Eduardo Penhavel

Multifuncionalidade e Níveis de Análise:
O Papel do Conectivo *e* na Organização do Discurso

unesp

1910001418

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

EDUARDO PENHAVEL

MULTIFUNCIONALIDADE E NÍVEIS DE ANÁLISE: O PAPEL DO CONECTIVO *E* NA ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

BIBLIOTECA
T. 3418/05

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de concentração: Análise Lingüística).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto - SP

2005

H41
P399m

07/10/2005
Doação
R$ 27,00
Autor(a)

Penhavel, Eduardo.
Multifuncionalidade e níveis de análise : o papel do conectivo *e* na organização do discurso / Eduardo Penhavel. - São José do Rio Preto : [s.n.], 2005
132 f. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Gomes Camacho
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Análise lingüística. 2. Gramática comparada e geral - Conectivos. 3. Orações coordenadas. 4. Lingüística textual. 5. Marcadores discursivos. 6. Gramática funcional. I. Camacho, Roberto Gomes. II. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU - 81'42

BIBLIOTECA

COMISSÃO JULGADORA

Membros Titulares

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

Profa. Dra. Maria Beatriz do Nascimento Decat

Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher

Membros Suplentes

Profa. Dra. Cláudia Nívea Roncaratti de Souza

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

a Pe. Brito

verdadeiro amigo, inteligência inspiradora,
que me ajudou, concretamente, a seguir este caminho

Agradecimentos

a meus pais, Milton e Dolores

por terem construído uma estrutura tão forte,
tão bonita, o meu respaldo, que me dá segurança para me embrenhar
por desafios diversos

Roberto Gomes Camacho (orientador)
por me inspirar o amor pela lingüística
por não hesitar em retomar os tópicos mais elementares e apresentá-los
por me tratar não como uma tabula rasa, *mas como um* bloco de mármore, *lapidando minhas conjecturas, me direcionando a uma reflexão pertinente*
enfim, por compartilhar comigo "os mistérios (in)sondáveis da linguagem"

Sebastião Carlos Leite Gonçalves (professor)
pela grande amizade pessoal e profissional, que tanto me dá segurança

Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher (professora)
por me despertar o hábito de pensar 24 horas por dia na minha dissertação e por nos integrar à lingüística internacional

Erotilde Goreti Pezatti (professora)
por nos ensinar a prudência na pesquisa e a humildade intelectual

FAPESP (agência de fomento)
por acreditar e investir no meu projeto, desde a Iniciação Científica (Proc. 01/12077-0) até o Mestrado (Proc. 02/10807-4)

Carolina (irmã)
por sua pureza e bondade, que me emocionam sempre

Alessandra (namorada)
por me ajudar a ir superando o lado negativo da minha capuíce

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS **1**

LISTA DE TABELAS **2**

RESUMO **3**

ABSTRACT **4**

INTRODUÇÃO **5**

I. Justificativa e Relevância do tema 5

II. Objetivos 7

III. Estrutura do trabalho 8

CAPÍTULO I – ABORDAGEM FUNCIONAL DO DISCURSO **11**

1.1 Introdução 11

1.2 Componentes funcionais do discurso 11

1.3 Modelos de discurso 19

1.4 Resumo 35

CAPÍTULO II – COORDENAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DISCURSIVA **36**

2.1 Introdução 36

2.2 Coordenação 37

2.3 Marcadores discursivos 47

2.4 *e*-coordenador e *e*-marcador discursivo 53

2.5 Resumo 55

CAPÍTULO III – DISCURSIVIZAÇÃO **56**

3.1 Introdução 56

3.2 Discursivização: aspectos gerais 57

3.3 Discursivização e gramaticalização 59

3.4 Resumo 64

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **65**

4.1 *Corpus* 65

4.2 Metodologia 65

CAPÍTULO V – ANÁLISE DE DADOS **72**
5.1 Níveis de atuação do conectivo *e* 72
5.2 *e*-coordenador: coordenação de termos 77
5.3 *e*-coordenador: coordenação de orações 79
5.4 *e*-marcador discursivo: funções de *e* na organização textual-interativa 84
5.5 Valores semântico-discursivos do conectivo *e* 108

CAPÍTULO VI – O FUNCIONAMENTO DO CONECTIVO *E*: SISTEMATIZAÇÃO **113**
6.1 Introdução 113
6.2 As funções do conectivo *e* 113
6.3 O lugar das funções de *e* na organização do discurso 117
6.4 Coordenadores e Marcadores Discursivos 119
6.5 Possível trajetória de discursivização do conectivo *e* 123
6.6 Resumo 127

CONCLUSÕES **128**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **130**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Um modelo de interação verbal 12
Figura 2 – Um modelo de discurso 20
Figura 3 – A representação dos enunciados 23
Figura 4 – Acomodação das camadas 25
Figura 5 – Designação das camadas 25
Figura 6 – Operadores 26
Figura 7 – Camadas, esquemas, operadores e satélites 27
Figura 8 – Esboço da GFD 30
Figura 9 – O nível interpessoal 31
Figura 10 – O nível representacional 32
Figura 11 – O nível de expressão 32

unesp

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Presença/Ausência de equivalência funcional entre os segmentos conectados por *e* 74

Tabela 2 – Tipo de estrutura coordenada 79

Tabela 3 – Componente do sistema lingüístico em que o conectivo opera predominantemente 84

Tabela 4 – Funções discursivas do conectivo *e* 85

Tabela 5 – Relação semântico-discursiva entre os segmentos ligados por *e* 108

Tabela 6 – Mudança potencial da ordem dos segmentos conectados 109

PENHAVEL, E. *Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel do conectivo* e *na organização do discurso*. São José do Rio Preto, 2005, 132p. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

RESUMO

MULTIFUNCIONALIDADE E NÍVEIS DE ANÁLISE:
O PAPEL DO CONECTIVO *E* NA ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

O conectivo *e* se caracteriza por desempenhar uma grande variedade de funções na organização do discurso, operando nos diferentes componentes, níveis e camadas de representação da linguagem. Com o objetivo de descrever, sistematizar e explicar esse uso multifuncional, este trabalho analisa o funcionamento de *e* desde o nível sentencial (em que opera a coordenação de termos e a de orações) até o nível discursivo (em que atua na articulação de grandes unidades de idéia e/ou no processamento da relação de interação verbal face a face entre os interlocutores), verificando, em ambos, o papel sintático, semântico e pragmático do conectivo. O trabalho fornece, especificamente, uma descrição da multifuncionalidade de *e* (destacando as funções de *coordenação de termos*, *coordenação de orações*, *seqüenciamento retroativo-propulsor*, *distinção de unidades discursivas*, *introdução de tópico discursivo*, *manutenção e assalto de turno conversacional* e *focalização*) e procura sistematizá-la distribuindo os usos do conectivo, no nível sentencial, pelas camadas dos termos e predicados, da predicação, da proposição e da oração (DIK, 1989) e, no nível discursivo (entendido como organização textual-interativa), pelos componentes interpessoal e ideacional do sistema lingüístico (HALLIDAY, 1970); essa sistematização considera, ainda, em ambos os níveis, o uso do conectivo nos domínios cognitivos referencial, epistêmico e conversacional (SWEETSER, 1991). A partir dos resultados obtidos na análise, visto que o conectivo ora funciona como coordenador, ora atua como marcador discursivo, e ora manifesta usos de difícil distribuição entre uma classe e outra, o trabalho oferece, ainda, um levantamento de propriedades características dessas duas classes e, inclusive, discute a determinação da fronteira que as separa. Como os dados evidenciam, nos diversos usos de *e*, a presença de um mesmo significado fundamentalmente aditivo, que assume os valores de adição propriamente, continuação e ênfase conforme a função que exerce, esta pesquisa admite uma possível trajetória de discursivização de *e* e considera que esse processo poderia ser uma explicação para a sua multifuncionalidade. Dois tipos de *corpora* são utilizados: (i) uma amostra de narrativas de experiência pessoal de 60 informantes de São José do Rio Preto, coletadas por Guiotti (2002), e (ii) uma amostragem do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, seleção operada sobre o material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC/Brasil), historiado por Castilho (1990). O processamento dos dados é realizado eletronicamente, por meio do uso instrumental do pacote estatístico VARBRUL (FAPESP – Proc. 02/10807-4).

Palavras-chave: *conectivo* e, *coordenação, marcadores discursivos, multifuncionalidade, níveis de análise, Gramática Funcional.*



PENHAVEL, E. *Multifunctionality and levels of analysis: the role of the connective* e *(and) on the speech organization*. São José do Rio Preto, 2005, 132p. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

ABSTRACT

MULTIFUNCTIONALITY AND LEVELS OF ANALYSIS:
THE ROLE OF THE CONNECTIVE *E* (AND) ON THE SPEECH ORGANIZATION

The connective *e* (and) is characterized by its capacity to perform a great variety of functions on the speech organization operating in the different components, levels and layers of language representation. With the objective of describing, systematizing and explaining this multifunctional usage, this paper analyses the *e* functioning from the sentencial level (in which it operates the coordination of terms and clauses) to the discourse level (in which it acts in the articulation of great idea units and/or in the processing of the face to face verbal interaction relation between interlocutors), verifying, on both, the syntactic, semantic and pragmatic role of the connective. The paper provides, mainly, a description of the multifunctionality of *e* (emphasizing the following functions: *coordination of terms*, *coordination of clauses*, *retroactive-propelling sequence*, *distinction of speech units*, *introduction of speech topoic*, *maintenance and onset of conversational turn*, and *focalization*). It tries to systemize this multifunctionality by distributing the uses of the connective, at the sentencial level, by the layers of terms and predicates, predication, proposition and clause (DIK, 1989) and, at the discouse level (conceived here as textual-interactive organization), by the interpersonal and ideational components of linguistics system (HALLIDAY, 1976); this systemizing also consider, at both levels, the use of the connective at the referencial, epistemic and conversational cognitive domains (SWEETSER, 1991). From the results of analysis, once the connective functions as a coordinator, as a discourse marker and sometimes it shows difficult distribution uses between one and another class, the paper also provides a survey of characteristic properties of both classes and it discuss the determination of the limits which separate them. As data show, in the several uses of *e*, the existence of a same meaning fundamentaly additive, which assumes the values of addition, continuing and emphasis, according to the function it has, this research accepts a possible discursivization cline of *e* and it considers that this process could be an explanation for its multifunctionality. Two types of *corpora* have been used: (i) a sample of personal experience narrative with 60 informants from São José do Rio Preto, collected by Guiotti (2002), and (ii) a sample of the minimal *corpus* of the Spoken Portuguese Grammar Project, a selection operated on the material collected by Standard Urban Norm Project NURC/Brazil, historied by Castilho (1990). The processing of the data is electronically executed, by instrumental use of VARBRUL statistict program (FAPESP – Proc. 02/10807-4).

Keywords: *connective* e *(and), coordination, discourse markers, multifunctionality, levels of analysis, Functional Grammar.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

INTRODUÇÃO

I. Justificativa e relevância do tema

Uma rápida análise de alguns minutos de interação verbal permite constatar que o conectivo *e* desempenha uma grande variedade de funções na organização do discurso e opera em diferentes domínios, componentes, níveis e camadas de representação lingüística. Esse funcionamento faz emergir a primeira e principal exigência na análise de *e*: a necessidade de olhar para o discurso em toda a sua extensão, ou seja, tanto para a organização das orações e das sentenças, quanto para a organização de grupos de sentenças que formam as diferentes unidades em que se segmenta o discurso, e, em cada nível, considerar as determinações sintáticas, semânticas e pragmáticas da língua.

Vários trabalhos sobre o funcionamento de *e* já foram realizados, conforme atesta a bibliografia sobre o assunto. Alguns (a grande maioria, na verdade) se voltaram para o papel do conectivo na organização inter e intra-sentencial, no âmbito dos estudos sobre a classe das *conjunções*. Outros se concentraram sobre o uso de *e* em procedimentos discursivos mais amplos, quando funciona como *marcador discursivo*. No entanto, a literatura parece não dispor de um trabalho mais extenso que se dedique conjuntamente a toda a multifuncionalidade de *e* e, principalmente, que considere os mais diversos usos do conectivo dentro de uma mesma concepção e de um mesmo modelo de discurso. Em outras palavras, um trabalho que trate de forma integrada e complementar as diversas funções do conectivo, submetendo-as a um mesmo conjunto de critérios de análise (a uma mesma metodologia de investigação), e que, enfim, proponha uma sistematização o mais exaustiva possível da multiplicidade de funções do conectivo (e, portanto, de sua relevância) na organização do discurso. Nisso consiste uma das principais motivações deste trabalho.

Por outro lado, a classe de palavras tradicionalmente denominada *conjunção* bem

unesp

como os mecanismos agrupados sob o rótulo de *marcadores discursivos* não dispõem ainda (principalmente no segundo caso) de definições e delimitações satisfatoriamente bem fundamentadas. Muitos itens funcionam em certos casos como conjunção, em outros, como marcador, e inexistem critérios mais rígidos que estabeleçam a relação entre essas duas funções e que permitam determinar precisamente, em cada uso particular, a natureza gramatical e funcional desses itens. Considerando que *e* ora funciona como uma conjunção prototípica (um *coordenador*, como adotado aqui), ora opera tipicamente como um marcador discursivo, e ora apresenta usos de difícil classificação entre uma função e outra, a análise "completa" da multifuncionalidade do conectivo pode reunir contribuições para uma conceituação mais precisa dessas duas classes e para o estabelecimento da fronteira que as separa, seja essa de natureza discreta ou gradual.

Finalmente, por abranger o papel de *e* ao longo de toda a extensão da organização do discurso, este trabalho se insere no contexto dos desenvolvimentos recentes da Gramática Funcional (GF), em que se busca a expansão da gramática do plano da sentença para o âmbito do discurso, visando à construção de uma Gramática Funcional do Discurso (GFD). Segundo Hengeveld (2000), há várias razões por que a GF deveria objetivar tal desenvolvimento. Em primeiro lugar, há muitos fenômenos lingüísticos que somente podem ser explicados em termos de unidades mais amplas do que a sentença individual: partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas verbais narrativas e muitos outros aspectos da gramática requerem uma análise que leve em consideração o contexto lingüístico mais amplo. Em segundo lugar, há muitas expressões lingüísticas menores que a sentença individual, mas que funcionam como enunciados completos e independentes dentro do discurso. Isso requer uma concepção de enunciado como ato discursivo e não como sentença, e o comportamento de *e* aponta justamente para essa necessidade. Assim, o estudo do conectivo possivelmente deve fornecer evidências que tenham implicações relevantes para a arquitetura da GFD.

unesp

II. Objetivos

Como mencionado acima, o conectivo *e* se caracteriza por desempenhar diversos papéis na organização do discurso e por operar nos diferentes componentes, níveis e camadas de representação lingüística. Com o objetivo de descrever, sistematizar e explicar esse comportamento, o presente trabalho propõe, numa primeira etapa, analisar o funcionamento de *e* desde o nível sentencial, em que opera a coordenação de termos e a coordenação de orações, até o nível discursivo, em que atua na articulação de grandes unidades de idéia e/ou no processamento da relação de interação verbal face a face entre os interlocutores.

Trata-se de fornecer uma descrição da multifuncionalidade de *e* e de sistematizá-la, distribuindo seus usos, no nível sentencial, pelas camadas dos termos e predicados, da predicação, da proposição e da oração (DIK, 1989) e, no nível discursivo (entendido aqui como organização textual-interativa), pelos componentes ideacional e interpessoal do sistema lingüístico (HALLIDAY, 1978); essa sistematização considera, ainda, em ambos os níveis, o uso do conectivo nos domínios cognitivos referencial, epistêmico e conversacional (SWEETSER, 1991).

A partir dos resultados obtidos na análise, e visto que o conectivo funciona não só como um coordenador prototípico (DIK, 1997; CAMACHO, 1999), mas também como um marcador discursivo bem definido (SCHIFFRIN, 1987), manifestando ainda usos com um estatuto intermediário entre as duas classes, o trabalho prevê, numa segunda etapa, fazer um levantamento de propriedades características dessas duas classes e, inclusive, discutir a determinação de uma fronteira que as separe.

Finalmente, a pesquisa se volta para a análise do valor semântico-discursivo que *e* assume nas suas diferentes funções, verificando, em cada uma delas, como se manifesta o significado fundamentalmente aditivo, ou seja, que nuance esse sentido comum, presente em qualquer emprego, adquire conforme a função do conectivo. Isso permite investigar a hipótese

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

de que o funcionamento de *e* seja o resultado de um processo de *discursivização* e de que essa seja a explicação para a sua multifuncionalidade.

Esses objetivos se relacionam a quatro questões principais que movimentam o trabalho: (i) quais as funções que *e* exerce na organização do discurso?; (ii) como essa multifuncionalidade pode ser sistematizada?; (iii) o que distingue *coordenação* e *estruturação discursiva*?; (iv) o que explica a multifuncionalidade de *e*? Porém, uma questão mais geral subjaz e contempla a todas essas, podendo ser definida como a **pergunta de pesquisa** deste trabalho: os vários usos de *e* correspondem a um mesmo item lingüístico, um conectivo, que exerce diferentes funções ao longo de toda a extensão do discurso, ou se trata de dois mecanismos diferentes, um coordenador na organização da sentença e um marcador na organização discursiva mais ampla?

A **hipótese** que orienta essa verificação privilegia a primeira possibilidade: o conectivo *e* exerce várias funções na organização do discurso, distribuídas pelos diversos níveis e camadas da estrutura lingüística e que podem ser agrupadas, em termos gerais, no plano da organização sentencial, quando *e* assume o papel de um coordenador, e no âmbito da organização discursiva mais ampla, quando funciona como um marcador. O conectivo deve conter um significado básico, fundamentalmente aditivo, que assume diferentes valores conforme sua função no discurso, o que garante sua unicidade e pode explicar seu uso multifuncional.

III. Estrutura do trabalho

Os capítulos iniciais, I, II e III, são o resultado da investigação teórica e de uma verificação prévia de dados. Esses capítulos reúnem uma discussão sobre como sistematizar a multifuncionalidade do conectivo. O capítulo IV, de metodologia, entre outros aspectos compreende a definição dos critérios que orientam o levantamento de dados. O capítulo V

constitui o contato com os dados reais de interação verbal e o capítulo VI, com base na verificação dos dados, retoma questões levantadas nos capítulos iniciais e apresenta, então, uma síntese da pesquisa.

Especificamente, o capítulo I trata da natureza e da integração das dimensões sintática, semântica e pragmática na constituição do discurso, definindo um aparato teórico para a sistematização da multifuncionalidade do conectivo *e*. O capítulo II discute as particularidades do processo de *coordenação* (fenômeno de natureza sentencial) e de mecanismos responsáveis pela *estruturação do discurso* (denominados *marcadores discursivos*), verificando até que ponto se sustenta e é produtiva a distinção entre organização sentencial e discursiva na análise de *e* e de conectivos em geral. O capítulo III consiste numa reflexão sobre o que gera a multifuncionalidade de *e*, ou seja, do que decorre a multiplicidade de funções exercidas pelo conectivo e a persistência, em todas elas, de um mesmo traço semântico fundamentalmente aditivo, considerando a possibilidade de conceber o funcionamento de *e* como sendo o resultado de um processo de discursivização.

O capítulo IV define o *corpus* utilizado na pesquisa, os critérios de análise (o conjunto de grupos de fatores) que orientam o levantamento e a análise e interpretação de dados, a seqüência de etapas a serem cumpridas para o desenvolvimento completo da pesquisa e os demais procedimentos metodológicos envolvidos.

O capítulo V compreende: a distribuição dos usos de *e* entre a coordenação de termos, a coordenação de orações, e a articulação de unidades discursivas; a distinção, dentro dessas três funções gerais, das diversas subfunções específicas que o conectivo exerce; e a análise do estatuto semântico-discursivo que assume nas suas diversas funções.

O capítulo VI apresenta, mais definitivamente: uma tipologia das funções de *e*; uma definição de seus lugares dentro da organização do discurso; uma relação de propriedades características da classe dos coordenadores e da classe dos marcadores discursivos e um conjunto de critérios de distinção entre o *e-coordenador* e o *e-marcador discursivo*; e uma

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

possível trajetória de discursivização do conectivo *e*.

A seção final reúne algumas conclusões gerais depreendidas ao longo da pesquisa e, especialmente, alguns passos prospectivos que o trabalho demonstrou serem possíveis, relevantes e necessários.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM FUNCIONAL DO DISCURSO

1.1 Introdução

Diante da multifuncionalidade de *e*, manifestada por sua flutuação pelos diversos componentes, níveis e camadas de representação da linguagem, uma primeira tarefa que se impõe é definir uma concepção e um modelo de organização do sistema lingüístico, no interior do qual seja possível contextualizar as diversas funções do conectivo e identificar sua contribuição para a construção do discurso.

A próxima seção (1.2), portanto, analisa as dimensões sintática, semântica e pragmática da linguagem, enfatizando sua natureza integrada como um aspecto definidor do discurso; a seção (1.3) discute os modelos de discurso de Schiffrin (1987) e Hengeveld (2000) e apresenta uma proposta de análise e sistematização das diferentes funções de *e*, que deve servir como critério na investigação dos usos encontrados no *corpus*; e (1.4) apresenta um esboço geral das questões discutidas no capítulo.

1.2 Componentes funcionais do discurso

A discussão sobre a natureza e a estrutura do discurso envolve uma série muito ampla de aspectos, tanto lingüísticos quanto extralingüísticos. No entanto, é enfatizada aqui apenas uma questão – central, porém – da organização do discurso: a **interação entre as dimensões sintática, semântica e pragmática da linguagem**. Trata-se de assunto especialmente relevante neste trabalho não só porque consiste em uma das propriedades definidoras do discurso – definidora, pois um discurso é, entre outras coisas, exatamente o resultado da interação entre essas dimensões –, mas também porque figura como tema inevitavelmente abordado no estudo dos conectivos.

Do ponto de vista do paradigma funcional, abordagem teórica assumida neste trabalho,

unesp

a língua é concebida como meio de interação social entre os seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relações comunicativas. Dentro desse paradigma, tenta-se revelar a instrumentalidade da língua em relação ao que as pessoas fazem e alcançam com ela na interação social. Uma língua natural, em outras palavras, é vista como uma parte integrante da competência comunicativa do Usuário de Língua Natural. A estrutura subjacente da expressão lingüística consiste num sistema de relações pragmáticas, semânticas e sintáticas, organizadas nessa ordem de determinação, ou seja, o pragmático determina o semântico, e esses determinam o sintático. Na verdade, do ponto de vista funcional, o lingüista deve lidar com dois tipos de sistemas de regras, ambos ratificados por convenção social: (i) as regras que governam a construção das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas). O sistema de regras (i) é visto como instrumental em relação às metas e objetivos do sistema de regras (ii): o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões lingüísticas deveriam ser descritas e explicadas em termos do esquema geral proporcionado pelo sistema pragmático de interação verbal (DIK, 1989, p.4).

A GF visa mostrar, portanto, como as intenções comunicativas dos falantes estão refletidas na estrutura da língua, o que é buscado pela exigência de adequação pragmática. Essa ênfase no pragmático é sistematizada no modelo de interação verbal apresentado por Dik (1989, p.8; 1997, p.410), transcrito na figura 1.

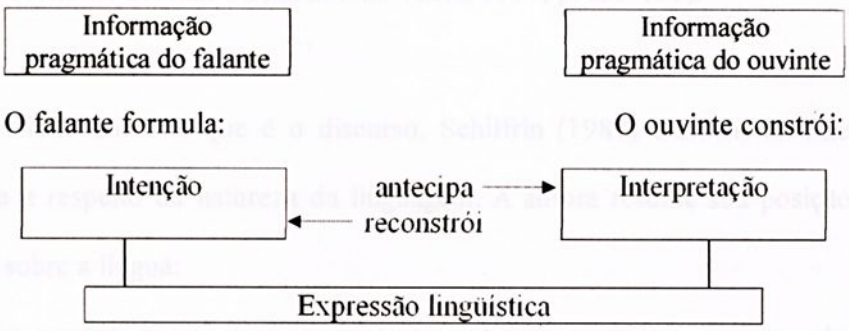


Figura 1: *Um modelo de interação verbal* (DIK, 1997, p.410).

Para Dik (1997), os aspectos importantes desse modelo são os seguintes: em qualquer forma de interação verbal, o falante (F) tem alguma intenção comunicativa que é, então, parcialmente codificada no conteúdo de uma expressão lingüística. A codificação pode ser mais ou menos explícita. O grau de explicitação é codeterminado pela informação pragmática de F, a totalidade de seu conhecimento ou conteúdo mental no momento da fala. Essa informação pragmática contém, como uma subparte própria, uma hipótese por parte de F sobre a informação pragmática do ouvinte (O) e uma antecipação de como O provavelmente vai interpretar a expressão lingüística. A tarefa de O, por sua vez, é tentar reconstruir a intenção de F em sua interpretação final do conteúdo. Fazendo isso, O é ajudado por sua própria informação pragmática que, novamente, contém a hipótese sobre a informação pragmática de F como uma subparte própria. A informação pragmática é dividida em (i) *informação geral*, (ii) *informação situacional*, (iii) *informação contextual.*

O que é essencial aqui é que, segundo o autor, como um modelo geral de comunicação verbal, esse modelo é relevante para a produção e interpretação não só da oração, mas também do discurso. Mais importante a esse respeito é que qualquer discurso é produzido com base na informação pragmática completa de F e projetado para a de O, e que nenhum discurso é interpretado apenas com base em seu conteúdo. Mesmo que certos tipos de discurso possam ser menos dependentes do conhecimento extradiscursivo do que outros, qualquer discurso depende, em seu desenvolvimento, de informação contextual e de grande quantidade de conhecimento geral de que F e O dispõem e parcialmente compartilham entre si em seu *conhecimento comum* ou *partilhado* (DIK, 1997, p.410-411).

Discutindo sobre o que é o discurso, Schiffrin (1987) também assume uma visão funcionalista a respeito da natureza da linguagem. A autora resume sua posição em quatro concepções sobre a língua:

(i) *a língua sempre ocorre em um contexto*: a língua sempre ocorre em algum tipo de

contexto, incluindo contextos cognitivos, em que experiência e conhecimento passados são reunidos e de onde esses são extraídos; contextos culturais, consistindo em significados compartilhados e visões de mundo; e contextos sociais, dos quais a própria pessoa e os outros extraem ordens institucionais e interacionais para construir definições de situação e ação. Essa concepção é comparável ao modo como, na GF, explicita-se o princípio de adequação pragmática, com a introdução do modelo de interação verbal.

(ii) *a língua é sensível ao contexto*: a língua não apenas ocorre sempre em um contexto, mas seus padrões – de forma e função, e nos níveis superficial e subjacente – são sensíveis a aspectos desse contexto. Análises de uma variedade de perspectivas documentaram relações sistemáticas entre língua e contexto que penetram em todos os níveis da linguagem, como, por exemplo, as análises sociolingüísticas quantitativas que focalizam o modo como restrições tiradas de domínios culturais, sociais, psicológicos e textuais afetam a variação fonológica, morfológica e sintática.

(iii) *a língua é sempre comunicativa*: como a língua é sempre dirigida a um destinatário (real ou intencionado) ela é sempre comunicativa. Uma visão muito ampla de comunicação é a de Roesch e Bateson (1951, *apud* SCHIFFRIN, 1987) e Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, *apud* SCHIFFRIN, *op. cit.*). Eles sugerem que qualquer coisa que ocorra na presença de um emissor e de um receptor é comunicativo, mesmo que não haja intenção comunicativa.

(iv) *a língua é projetada para a comunicação*: a língua é projetada para refletir suas bases comunicativas. Slobin (1975, *apud* SCHIFFRIN, *op. cit.*) sugere, por exemplo, que a grande quantidade de redundância na linguagem é projetada para facilitar o processo de compreensão. A ocorrência de tais aspectos pode ser interpretada como mecanismos que auxiliam a compreensão do processo comunicativo. Em outras palavras, como Lyons (1977, *apud* SCHIFFRIN, *op. cit.*) afirma, há muito na estrutura das línguas que somente

pode ser explicado com base no princípio funcionalista de que elas se desenvolveram para a comunicação na interação face a face (SCHIFFRIN, 1987, p.3-6).

Estabelecidos esses pressupostos, Schiffrin (*op. cit.*) identifica três propriedades do discurso – o discurso forma estruturas, transmite significados e realiza ações – e discute a natureza integrada dessas propriedades na constituição do discurso.

Quando a autora diz que o discurso forma **estruturas**, ela se refere ao fato de que todo discurso contém (ou talvez seja até determinado por) uma organização formal recorrente. A autora cita Harris (1952), que pretendeu estender os métodos da lingüística estrutural para a análise do discurso. Também van Dijk (1972, *apud* SCHIFFRIN, *op. cit.*) defendia a idéia de que textos poderiam ser tratados como extensões de sentenças e que uma gramática do texto poderia ser escrita da mesma forma que uma gramática sentencial gerativa.

Outros trabalhos, ainda, segundo Schiffrin (*op. cit.*), assumem uma abordagem mais liberal, incluindo fatores não textuais e sugerindo que a estrutura do discurso reflete o conteúdo informacional e a estrutura daquilo sobre o que se fala. A autora salienta que, embora os estudos mencionados se diferenciem em termos da inclusão de fatores não-textuais, todos eles vêem o discurso como uma composição estruturada de constituintes lingüísticos (morfemas, orações, sentenças).

O fato importante a depreender aqui, nesse sentido, é que o discurso contém uma estrutura formal e que, independentemente de essa ser autônoma ou determinada por outros fatores, uma série de constituintes lingüísticos e de procedimentos discursivos está a serviço da organização desse componente formal do discurso.

Além de um componente estrutural, a construção de um discurso envolve a organização de um **componente semântico**. Sobre esse ponto, Schiffrin (*op. cit.*) retoma Halliday e Hasan (1976), que argumentam que, embora a estrutura possa ser uma origem definidora de um texto, uma origem mais profunda está no nível das relações semânticas subjacentes. Portanto, itens particulares como pronomes, advérbios e conjunções ajudam a

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

criar o discurso não por causa de suas regras de distribuição, mas porque indicam uma ligação interpretativa entre duas partes do texto. E, embora possamos reconhecer um elemento coesivo por sua ocorrência superficial em uma oração, o que tal elemento expõe, na verdade, é uma conexão entre o conteúdo proposicional subjacente de duas orações.

A terceira propriedade considerada por Schiffrin (1987) é a de que o discurso realiza **ações**. Para a autora, trata-se de uma propriedade que emerge da organização de metas e intenções do falante, dirigidas para o ouvinte, e do modo como a língua é usada a serviço de tais metas. A língua não é usada apenas com uma função referencial (para transmitir informação sobre o mundo), mas com uma função social (para estabelecer, manter e ajustar relações com os outros) e com uma função expressiva (para expor vários sentimentos, orientações e estatutos dos interlocutores). E além disso, segundo a autora, essa concepção tem implicações não apenas para sentenças, mas para o discurso.

O aspecto mais relevante aqui da concepção de discurso de Schiffrin (*op. cit.*) é que, além de reconhecer as três propriedades acima, ela enfatiza a natureza integrada que possuem na constituição do discurso.

A autora sintetiza as relações entre essas propriedades discursivas dizendo que o discurso não pode ser considerado o resultado de qualquer dimensão ou aspecto único da fala. Se pretendemos analisar a estrutura (ou sintaxe) do discurso, sem também analisar o significado que é transmitido (ambos, semântico e pragmático) ou a ação que é realizada (a força interacional), e sem também ver tais propriedades como realizações conjuntas do falante e do ouvinte, não podemos avançar muito na compreensão de que qualidade (ou qualidades) distingue o discurso de uma coleção ocasional de sentenças, proposições ou ações.

O reconhecimento dessas três propriedades e da sua natureza integrada é decisivamente importante no contexto do presente trabalho. O funcionamento do conectivo *e*, a ser discutido nos capítulos seguintes, tanto no nível da organização sentencial quanto no nível discursivo mais amplo (da organização textual-interativa), evidencia essa característica

unesp

da linguagem. Em cada uso do conectivo, é possível identificar, simultaneamente, funções ligadas a cada uma das propriedades (ou componentes) do discurso, e essa parece ser a forma mais adequada e produtiva de descrever e explicar o funcionamento do conectivo aditivo na língua.

Uma última abordagem das questões discutidas acima, relevante para os propósitos deste trabalho, consiste na noção de Halliday (1976, 1978, 1985) sobre os componentes funcionais ideacional, interpessoal e textual do sistema lingüístico. O autor defende uma concepção funcional da organização da linguagem e, em toda sua obra, procura demonstrar como o uso da língua determina sua estrutura: "a língua é como é por causa daquilo que ela tem de fazer" (1978, p.143). O interesse recai sobre o modo como as pessoas usam a língua e como a língua varia de acordo com o uso que dela se faz. Os três componentes funcionais citados são concebidos como os reflexos lingüísticos altamente abstratos da multiplicidade de usos sociais da língua, que tomam a forma de uma gramática.

O **componente ideacional** é a parte do sistema lingüístico envolvida com a expressão de "conteúdo", com a função que a língua tem de ser sobre alguma coisa. Ele contém duas partes, a experiencial e a lógica; a primeira está mais diretamente envolvida com a representação da experiência, enquanto a segunda expressa as relações lógicas abstratas que derivam apenas indiretamente da experiência. O **componente interpessoal**, por sua vez, está envolvido com as funções social, expressiva e conativa da linguagem, com a expressão do ponto de vista do falante: suas atitudes e julgamentos, sua codificação das relações de papel na situação, e seu motivo para dizer alguma coisa de alguma forma. O **componente textual**, enfim, é o componente formador de texto no sistema lingüístico, o que compreende os recursos da língua para criar textos, ou seja, para ser operacionalmente relevante, dando coerência ao texto internamente e em sua relação com o contexto situacional (HALLIDAY e HASAN, 1976, p.26-27).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Os componentes ideacional e interpessoal determinam a maior parte do potencial de significado que é incorporado na gramática de cada língua. Halliday (1976, p.160) afirma que "simultaneamente comunicamos e interagimos via linguagem; e, como condição necessária de ambos os casos, criamos e reconhecemos o discurso (a função textual é assim instrumental das outras duas)" (grifos meus). Os procedimentos discursivos de formação do texto, seja no nível discursivo, seja no nível sentencial, perpassam tanto a organização ideacional quanto a interpessoal, o que origina as noções de componente **textual externo** e **textual interno**, respectivamente[1]. Em outras palavras, os mecanismos de processamento textual se ligam à organização ideacional e interpessoal, superficializando-a na estruturação discursiva. Os mecanismos de coesão textual, entre eles o conectivo *e*, são um bom exemplo: são itens superficiais que atuam no encadeamento textual do discurso, mas refletem relações semânticas (ideacionais, portanto) subjacentes entre unidades discursivas.

Halliday (1978) mostra que o componente ideacional envolve o sistema de transitividade, o interpessoal inclui a determinação de modo e modalidade, e o componente textual lida com a estrutura da informação (tema/rema, dado/novo) e com a coesão textual. No entanto, esses diferentes aspectos da organização da língua, tanto no nível da sentença quanto no nível global do discurso, são processados simultaneamente e envolvem todos os constituintes do enunciado, sendo que, na maioria das vezes, cada constituinte lingüístico e cada procedimento discursivo exercem uma função ligada a cada um dos componentes funcionais. A respeito dessa natureza integrada dos componentes do sistema lingüístico, Halliday (1978, p.157-158) diz o seguinte:

---

[1] Halliday e Hasan (1976) usam os seguintes exemplos para demonstrar essas duas noções:
a) Depois ele inseriu a chave na fechadura (*Next he inserted the key into the lock*);
b) Depois, ele era incapaz de inserir a chave na fechadura (*Next, he was incapable of inserting the key into the lock*).
Segundo os autores, ambos os casos expressam uma relação temporal. No entanto, a posterioridade é completamente diferente nas duas ocorrências. Em (a), ela é uma relação entre eventos: a sentença precedente poderia ser *Primeiro ele acendeu a luz* – primeiro uma coisa acontece, depois a outra. A seqüência temporal, em outras palavras, está no conteúdo do que está sendo dito. Em (b), por outro lado, a sentença precedente poderia ser *Primeiro ele não tinha condições de ficar em pé*; aqui não há eventos, ou melhor, há apenas eventos lingüísticos, e a seqüência temporal está na organização que o falante imprime em seu discurso (Halliday e Hasan, *op. cit.*, p.239).

> [...] as unidades lingüísticas da língua adulta servem todas as (macro-)funções ao mesmo tempo. Uma oração do inglês é a realização simultânea de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Mas esses componentes não são unidos de maneira discreta, de modo que possamos apontar um segmento da oração como expressando um tipo de significado e outro segmento da oração como expressando outro. A escolha de uma palavra pode expressar um tipo de significado, sua morfologia outro e sua posição na seqüência outro ainda; e qualquer elemento é passível de ter mais de um papel estrutural, como um acorde de uma estrutura polifônica, que participa simultaneamente de certo número de linhas melódicas.

O comportamento de *e* parece refletir exatamente a integração dessas funções. Em cada uso, o conectivo normalmente exerce ao mesmo tempo uma função ideacional e uma função interpessoal, com suas respectivas manifestações textuais, ora com ênfase em uma delas, ora com papel igualmente relevante entre elas.

A partir das considerações acima, parece possível estabelecer uma aproximação, respectivamente, entre os componentes interpessoal, ideacional e textual de Halliday, as propriedades de ação, significado e estrutura de Schiffrin, e as dimensões pragmática, semântica e sintática de Dik. O importante para o presente trabalho é que a consideração desses componentes e do modo como interagem, associada a uma compreensão distinta, embora interdependente, dos níveis sentencial e discursivo, parece a estratégia mais adequada para a sistematização do funcionamento do conectivo *e*.

1.3 Modelos de discurso

Esta seção apresenta a discussão dos modelos de discurso de Schiffrin (1987) e Hengeveld (2000) e a proposta de um esquema de análise para a sistematização da multifuncionalidade do conectivo *e* no português falado.

Tendo identificado as propriedades de estrutura, significado e ação, e sugerido a sua natureza integrada, Schiffrin (*op. cit.*) sintetiza essa concepção em um modelo de discurso, na

verdade, um modelo de coerência discursiva, já que a autora vê a coerência como uma propriedade responsável pela integração do discurso. A figura 2 apresenta o modelo.

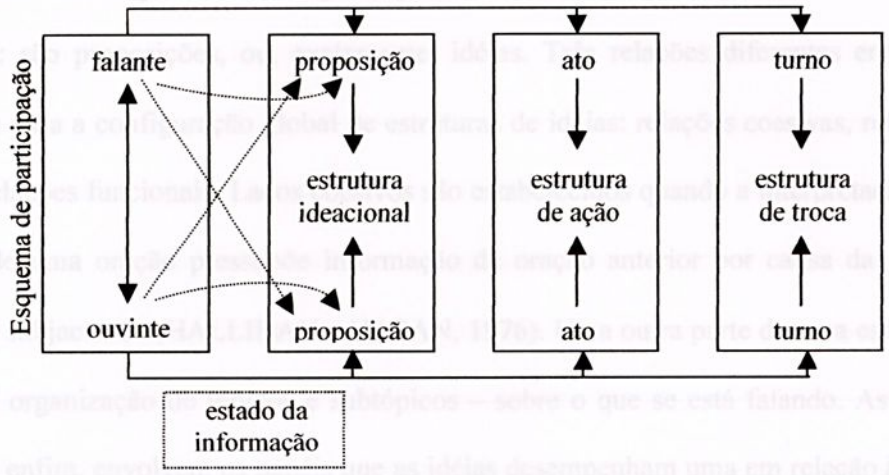


Figura 2: *Um modelo de discurso* (SCHIFFRIN, 1987, p.25).

Schiffrin (*op. cit.*) distingue primeiramente dois tipos de estruturas não-lingüísticas: uma estrutura de troca e uma estrutura de ação. As unidades discursivas em uma estrutura de troca são as unidades, seqüencialmente definidas, que, na abordagem etnometodológica, são rotuladas de "turnos". Em geral, estruturas de troca são resultados dos procedimentos de decisão por que os falantes alternam papéis seqüenciais e definem essas alternâncias uma em relação à outra (uma vez que, por exemplo, uma resposta se define em relação a uma pergunta).

A estrutura seguinte é uma estrutura de ação. Schiffrin (*op. cit.*) usa essa expressão para indicar que atos de fala são situados – não apenas em termos de identidades de falantes e grupos sociais, mas em termos de que ação precede o discurso atual, com que ação se pretende seguir o discurso, e que ação o segue, de fato. O termo "estrutura" é usado aí, portanto, pelas mesmas razões por que é usado na estrutura de troca – para direcionar a atenção a ordens de ocorrências e a procedimentos de decisão dos quais emergem tais ordens. Em resumo, ações ocorrem em seqüências lineares restritas – que não são ordenadas ocasionalmente; há um padrão e uma predizibilidade para suas ocorrências – e elas são interpretadas na situação em que aparecem.

Uma outra estrutura do discurso é a ideacional. Em contraste com estruturas de troca e ação (vistas pela autora como pragmáticas por causa do papel central que falantes e ouvintes desempenham ao negociar sua organização), as unidades dentro dessa estrutura são semânticas: são proposições, ou, exatamente, idéias. Três relações diferentes entre idéias contribuem para a configuração global de estruturas de idéias: relações coesivas, relações de tópico, e relações funcionais. Laços coesivos são estabelecidos quando a interpretação de um elemento de uma oração pressupõe informação da oração anterior por causa das relações semânticas subjacentes (HALLIDAY e HASAN, 1976). Uma outra parte de uma estrutura de idéia é sua organização de tópicos e subtópicos – sobre o que se está falando. As relações funcionais, enfim, envolvem os papéis que as idéias desempenham uma em relação à outra, e dentro do texto global: por exemplo, em uma narrativa, algumas idéias podem servir como um *background* descritivo para outras.

O próximo plano do discurso é o esquema de participação, que envolve as relações entre falante e ouvinte. Embora os termos "falante" e "ouvinte" ocultem uma série de distinções (diferentes "formatos de produção" e "formatos de recepção" (GOFFMAN, 1981, *apud* SCHIFFRIN, *op.cit.*) e diferentes relações institucionais de identidade, como professor/aluno, médico/paciente), eles representam, em geral, as diferentes maneiras como falante e ouvinte podem relacionar-se entre si. Há um outro aspecto dos esquemas de participação: embora falante e ouvinte estejam relacionados entre si, por causa da presença mútua e responsabilidade de fala compartilhada, eles estão também relacionados com a fala – com o que eles estão produzindo. As formas como os falantes e ouvintes podem estar relacionados com seus enunciados – com suas proposições, atos e turnos – é uma outra parte do esquema de participação, e essas relações também influenciam o modo como os interlocutores se relacionam entre si. Um bom exemplo disso é o que acontece quando o falante está contando uma história e passa da concatenação dos eventos (ações narrativas) para a seleção de uma interpretação subjetiva e de uma avaliação dos eventos (avaliação

unesp

narrativa). Embora isso seja uma mudança na relação entre o falante e o enunciado, tem também a função de abrir a história para a avaliação do ouvinte – o que é uma mudança nas relações falante/ouvinte. Assim, o esquema de participação capta tanto as relações falante/ouvinte quanto as relações falante/enunciado. É por isso que os esquemas de participação e as estruturas de ação e de troca são pragmáticos: envolvem relações dos falantes com os outros falantes e com o que está sendo dito, significado e feito.

O componente final nesse modelo é o estado da informação. Aí também falante e ouvinte desempenham um papel central, mas, ao contrário do esquema de participação, eles o fazem não em suas capacidades interacionais sociais, mas em suas capacidades cognitivas. Esse foco cognitivo se deve ao fato de o estado da informação envolver a organização e a administração de conhecimento e meta-conhecimento. O conhecimento do falante/ouvinte envolve o que um falante sabe e o que um ouvinte sabe: um falante pode ter acesso completo à informação, um ouvinte pode também ter esse acesso, ambos podem ter acesso completo (LABOV e FANSHEL, 1977, *apud* SCHIFFRIN, *op.cit.*). O meta-conhecimento do falante/ouvinte envolve o que falantes e ouvintes sabem sobre seus respectivos conhecimentos e sobre o conhecimento um do outro.

Schiffrin (*op.cit.*), enfim, sintetiza sua proposta dizendo que seu modelo de discurso tem estruturas não-lingüísticas (troca e ação) e estruturas lingüísticas (ideacional). Falante e ouvinte estão relacionados um com o outro, e com seus enunciados, em um esquema de participação. Seu conhecimento e meta-conhecimento sobre idéias são organizados e administrados em um estado da informação. A coerência local no discurso é, portanto, definida como o resultado de esforços reunidos dos interlocutores para integrar o conhecer, o significar, o dizer e o fazer.

Outro modelo de discurso em que também são reconhecidos diferentes planos do discurso – níveis e camadas hierárquicos, no entanto – e é enfatizada a natureza integrada

unesp

entre eles é o apresentado por Hengeveld (2000) no contexto das discussões sobre a expansão da Gramática Funcional (GF) em direção a uma Gramática Funcional do Discurso (GFD). Antes, porém, de verificar esse modelo, é necessário apresentar um breve esboço do modelo da GF, principalmente porque os trabalhos voltados para a arquitetura da GFD partem, de modo geral, da estrutura canônica da GF e porque a análise do conectivo *e* no nível da sentença proposta neste trabalho é baseada fundamentalmente nesse esquema de representação.

Hengeveld (1989, 1990) propõe representar os enunciados por meio de um modelo da oração em multi-camadas hierárquicas, na mesma linha adotada por Dik (1989, 1997). A figura 3 apresenta o formato geral do modelo.

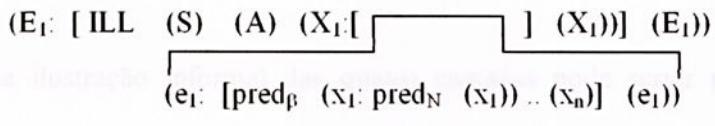


Figura 3: *A representação dos enunciados* (Hengeveld, 1990, p.3).

A estrutura na figura 3, como um todo, dá uma representação do ato de fala (E_1). Dentro desse ato de fala, um conteúdo proposicional (X_1) é processado. Esse conteúdo proposicional contém uma descrição de um estado de coisas (EsCo) (e_1). Esse EsCo envolve vários indivíduos (x_1)...(x_n).

O nível mais alto dessa estrutura é chamado *nível interpessoal*. Ele é estruturado com base em um esquema ilocucionário abstrato (ILL), que tem o falante S (*speaker*), o destinatário A (*addressee*) e o conteúdo proposicional X_1 como seus argumentos. O nível mais baixo é chamado *nível representacional* e é estruturado com base em um esquema de predicado, que tem um ou mais indivíduos (x_1)...(x_n) como seus argumentos. Segundo o autor, um dos aspectos mais importantes dessa estrutura é que as camadas de complexidade mais baixa estão completamente contidas nas camadas de complexidade mais alta. Por exemplo,

cada proposição contém uma predicação, isto é, cada conteúdo proposicional contém uma descrição de um EsCo.

Dentro da estrutura hierárquica apresentada nas quatro camadas da figura 3, cada uma pode ser distinguida como portadora de sua própria variável. Todas as variáveis são seguidas por restritores de complexidade decrescente, os quais contêm a informação principal sobre suas respectivas camadas. As quatro camadas aparecem em (1):

(1) Formato geral das camadas

oração:	$(E_1: [ILL\ (S)\ (A)\ (X_1: etc\ (X_1))]\ (E_1))$
proposição:	$(X_1: [e_1: etc\ (e_1)]\ (X_1))$
predicação:	$(e_1: [pred_\beta\ (x_1)^n]\ (e_1))$[2]
termo:	$(x_1: pred_N\ (x_1))$

Uma ilustração informal das quatro camadas pode servir para dar uma primeira aproximação das diferenças entre elas:

(2) Ilustração das camadas

oração:	(E_1: "João foi?" (E_1))
proposição:	(X_1: "João foi" (X_1))
predicação	(e_1: "a ida de João" (e_1))
termo	(x_1: João (x_1))

Em (2), a interrogativa total E_1 ("João foi?") contém uma proposição questionada X_1 ("João foi"), dentro da qual há referência ao EsCo e_1 ("a ida de João"), que envolve um único participante x_1 ("João"). Assim, as camadas de complexidade mais baixa estão completamente contidas dentro das camadas de complexidade mais alta, como mostra a figura 4.

[2] O *n* nessa fórmula indica que uma predicação pode conter mais do que um termo.

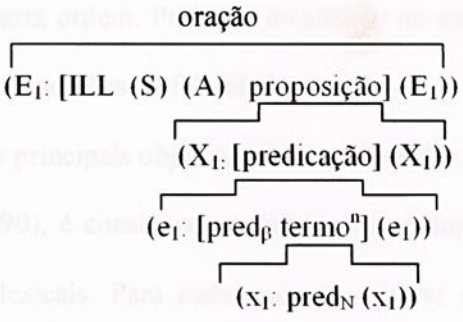


Figura 4: *Acomodação das camadas* (Hengeveld, 1990, p.4).

O formato de cada camada, uma variável seguida por um restritor, é o proposto para os termos em Dik (1978, *apud* HENGEVELD, *op. cit.*) e para as predicações em Vet (1986, *apud* HENGEVELD, *op. cit.*). Cada camada é portadora de sua própria variável porque cada uma pode servir como um antecedente para uma referência anafórica e porque a natureza das diferenças entre as quatro camadas pode ser entendida em termos dos tipos de entidades que elas designam, como representa a figura 5:

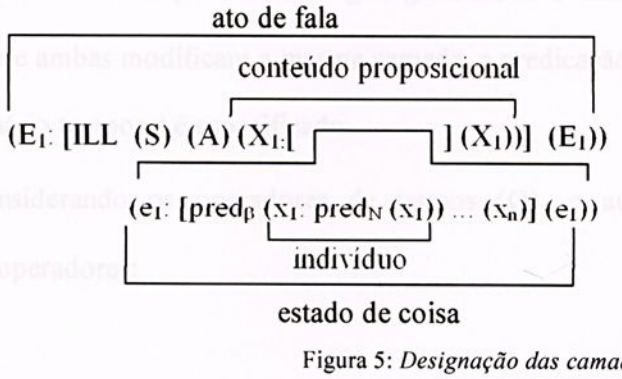


Figura 5: *Designação das camadas* (HENGEVELD, *op. cit.*, p.5).

Cada uma das quatro camadas designa uma entidade de uma ordem diferente. Um *indivíduo* é uma entidade de primeira ordem. Pode ser localizado no espaço e pode ser avaliado em termos de sua existência. Um *EsCo* é uma entidade de segunda ordem. Pode ser localizado no espaço e no tempo e pode ser avaliado em termos de sua realidade. Um *conteúdo proposicional* é uma entidade de terceira ordem. Não pode ser localizado nem no espaço e nem no tempo e pode ser avaliado em termos de sua verdade. Um *ato de fala* é uma

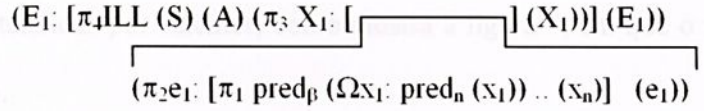
entidade de quarta ordem. Pode ser localizado no espaço e no tempo e pode ser avaliado em termos de suas condições de felicidade.

Um dos principais objetivos do modelo hierárquico do enunciado na figura 4, segundo Hengeveld (1990), é considerar as relações de escopo entre os vários tipos de modificações gramaticais e lexicais. Para cada camada existem categorias particulares de operadores e satélites que servem para fornecer, respectivamente, informações gramaticais e lexicais adicionais sobre suas respectivas camadas, sobre o conteúdo principal do que é fornecido pelas estruturas do miolo (mais internas), que funcionam como seus primeiros restritores. Consideremos, por exemplo, a sentença seguinte:

(3) Eu o vi ontem

Em (3), a forma de passado do verbo e o advérbio *ontem* localizam o EsCo "minha visão dele" no eixo do tempo. As estratégias gramaticais e lexicais têm aproximadamente a mesma função e ambas modificam a mesma camada, a predicação, que designa um EsCo para o qual um cenário temporal é especificado.

Desconsiderando os operadores de termos (Ω), o autor distingue as seguintes categorias de operadores:



π_1: operadores de predicado
π_2: operadores de predicação
π_3: operadores de proposição
π_4: operadores de ilocução

Figura 6: *Operadores* (HENGEVELD, *op. cit.*, p.9).

Operadores de predicado (π_1): captam os meios gramaticais que especificam propriedades adicionais de um EsCo designado por uma predicação aberta. Essas

propriedades adicionais podem se referir à constituição temporal interna do EsCo (aspecto qualificacional), à sua constituição espacial interna e à presença ou ausência da propriedade ou relação expressada pelo predicado (negação do predicado).

Operadores de predicação (π_2): captam os meios gramaticais que localizam o EsCo designado pela predicação em um mundo real ou imaginário e, assim, restringem o conjunto potencial de referentes da predicação à(s) situação(ões) externa(s) que o falante tem em mente. Essa função de restrição pode referir-se ao tempo de ocorrência do EsCo (*tense*), à freqüência de ocorrência do EsCo (aspecto qualificacional) e à realidade de ocorrência do EsCo (modo objetivo [*realis-irrealis*], polaridade).

Operadores de proposição (π_3): captam os meios gramaticais por meio dos quais o falante especifica sua atitude em relação ao (à verdade do) conteúdo proposicional que ele coloca para consideração. O falante pode fazê-lo especificando a fonte do conteúdo proposicional (modo evidencial) ou especificando sua avaliação do conteúdo proposicional (modo subjetivo).

Operadores de ilocução (π_4): captam os meios gramaticais por meio dos quais o falante modifica a força da ilocução básica de seu enunciado de modo a ajustá-la a sua estratégia comunicativa. O falante pode fazê-lo mitigando a força do ato de fala (modo de mitigação) ou reforçando-a (modo de reforço).

Exatamente como cada camada pode ser modificada por operadores, elas também podem ser estendidas por satélites, como mostra a figura 7, em que o modelo do enunciado está completo.

$$(E_1: [\pi_4 ILL: \sigma_4 (S) (A) (\pi_3 X_1: [\quad\quad] (X_1): \sigma_3 (X_1))] (E_1): \sigma_5 (E_1))$$

$$(\pi_2 e_1: [\pi_1 pred_\beta \sigma_1 (\Omega x_1: pred_N (x_1)) \ldots (x_n)] (e_1): \sigma_2 (e_1)$$

Camadas e esquemas	Operadores	satélites
x_1: termo	Ω: operadores de termo	
pred: esquema de predicado	π_1: operadores de predicado	σ_1: satélites de predicado
e_1: predicação	π_2: operadores de predicação	σ_2: satélites de predicação
X_1: proposição	π_3: operadores de proposição	σ_3: satélites de proposição
ILL: esquema ilocucionário	π_4: operadores de ilocução	σ_4: satélites de ilocução
E_1: enunciado		σ_5: satélites de enunciado

Figura 7: *Camadas, esquemas, operadores e satélites* (Hengeveld, 1990, p.12).

As funções dos satélites são comparáveis às dos operadores correspondentes. Assim, *satélites de predicado* (σ_1) especificam propriedades do EsCo (Maneira, Direção), *satélites de predicação* (σ_2) especificam cenário espacial, temporal e cognitivo do EsCo (Localização, Tempo, Causa), *satélites de proposição* (σ_3) são referidos como a validade do conteúdo proposicional (Atitude, Condição) e *satélites de ilocução* (σ_4) têm a ver com a estratégia comunicativa do falante (Modo (do ato de fala)). Finalmente, para considerar as relações textuais, existe uma classe de *satélites de enunciado* (σ_5), que não apresenta equivalente gramatical. Satélites dessa classe captam os meios lexicais por meio dos quais o falante localiza seu enunciado dentro do contexto do discurso e, assim, restringe o conjunto das perlocuções potenciais de seu enunciado. O seguinte exemplo ilustra essas funções:

(4) Honestamente (σ_4), você certamente (σ_3) dançou lindamente (σ_1) ontem (σ_2), se posso dizer isso (σ_5).

Já no contexto da expansão da GF para o discurso, Hengeveld (2000) afirma que as propostas nesse sentido representam duas abordagens diferentes: a *abordagem em camadas ascendentes* (segundo a qual o nível discursivo é coberto por camadas adicionais hierarquicamente superordenadas) e a *abordagem modular* (segundo a qual o nível discursivo

é administrado por um componente separado, ligado ao componente gramatical através de uma interface). Para o autor, um modelo adequado de gramática do discurso requer a integração dessas duas abordagens, isto é, são necessários a aplicação de camadas estendidas e o reconhecimento de vários níveis de análise.

Um aspecto principal do modelo proposto por Hengeveld (2000) é que ele trabalha num formato descendente, ou seja, decisões em níveis e camadas de análise mais altos determinam e restringem as possibilidades em níveis e camadas de análise mais baixos. Essa análise sugere que o falante primeiro decide sobre um objetivo comunicativo, seleciona a informação mais apropriada para alcançar esse objetivo, codifica essa informação gramatical e fonologicamente e, enfim, se move para a articulação. Segundo o autor, o modelo de produção de fala usado em GF (DIK, 1997) tem uma orientação completamente diferente. Ele começa com a seleção de esquemas de predicado que são gradualmente expandidos para estruturas mais abrangentes, que, quando completas, são expressas através de regras de expressão. Na visão de Levelt (1989, *apud* HENGEVELD, *op. cit.*) (e de muitos outros psicolingüistas), essa organização da gramática caminha contra o padrão de adequação psicológica que a GF deveria apresentar. No modelo defendido por Hengeveld (*op. cit.*), a produção é, portanto, descrita em termos de um modelo descendente, e não ascendente. Esse fato, além de ter um nível mais alto de adequação psicológica, é crucial para o desenvolvimento de uma gramática do discurso: em um modelo descendente, a geração de estruturas subjacentes, e, em particular, a interface entre os vários níveis, pode ser descrita em termos das decisões comunicativas que um falante toma quando constrói um enunciado (HENGEVELD, *op. cit.*).

A figura 8 dá o esboço básico da GFD. Ele mostra que a GFD distingue três níveis em interação: o nível interpessoal, o nível representacional e o nível de expressão, nessa ordem hierárquica.

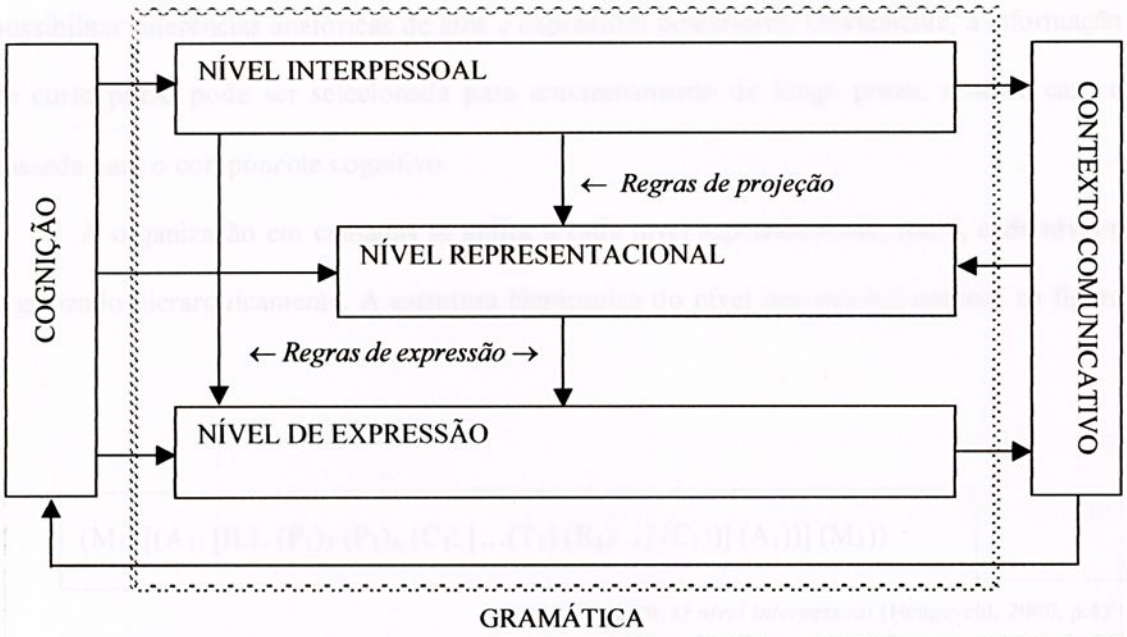


Figura 8: *Esboço da GFD* (Hengeveld, 2000, p.3).

Regras de projeção ligam o nível interpessoal ao representacional, naqueles casos em que o conteúdo semântico é necessário para transmitir uma certa intenção comunicativa. Regras de expressão, então, ligam os níveis interpessoal e representacional ao nível de expressão. Em casos em que somente o conteúdo pragmático tem de ser transmitido, regras de expressão ligam diretamente o nível interpessoal ao nível de expressão. Os vários mecanismos de ligação podem ser interpretados como interfaces que definem as correspondências possíveis entre camadas em diferentes níveis.

Os três níveis interagem com um componente cognitivo e com um componente comunicativo. O componente cognitivo representa o conhecimento (de longo prazo) do falante, tal como sua competência comunicativa, seu conhecimento de mundo e sua competência lingüística. O falante lança mão desse componente em cada um dos três níveis. O componente comunicativo representa a informação lingüística (de curto prazo) derivável do discurso precedente e da informação perceptual, não-lingüística, derivável da situação de fala. Até onde a informação lingüística está envolvida, o componente comunicativo é alimentado pelo nível interpessoal e pelo nível de expressão, e alimenta o nível representacional, para

possibilitar referências anafóricas de atos e expressões posteriores. Obviamente, a informação de curto prazo pode ser selecionada para armazenamento de longo prazo, e nesse caso é passada para o componente cognitivo.

A organização em camadas se aplica a cada nível separadamente, isto é, cada nível é organizado hierarquicamente. A estrutura hierárquica do nível interpessoal aparece na figura 9:

$$(M_1: [(A_1: [ILL\ (P_1)_S\ (P_2)_A\ (C_1: [\ldots(T_1)\ (R_1)\ldots]\ (C_1))]\ (A_1))]\ (M_1))$$

Figura 9: *O nível interpessoal* (Hengeveld, 2000, p.4)[3].

No nível interpessoal, uma unidade central de analise é *move* (M) definido em Kroon (1995, *apud* HENGEVELD, *op. cit.*), seguindo Sinclair & Coulthard (1975, *apud* HENGEVELD, *op. cit.*) como a "menor unidade livre do discurso que é capaz de entrar em uma estrutura de troca". Como tal, M é o veículo para a expressão de uma intenção comunicativa do falante. Exemplos de tais intenções comunicativas são: convite, informação, questionamento, ameaça, advertência, recomendação etc.

Para alcançar essa intenção comunicativa, o falante executa um ou mais atos discursivos (*discourse acts* (A)), definidos em Kroon (*op. cit.*) como as "menores unidades identificáveis de comportamento comunicativo". Um M consiste em um ato central, que pode ser sustentado por um ou mais atos subsidiários. Cada ato pode ser caracterizado em termos de sua ilocução (ILL). As ilocuções são representadas como esquemas ilocucionários abstratos, que tomam os participantes (P_n) no ato discursivo, isto é, o falante (*Speaker* (P_S)) e o ouvinte (*Addressee* (P_A)), e o conteúdo comunicativo (C), isto é, a informação transmitida no ato discursivo, como seus argumentos. Para construir o conteúdo comunicativo, o falante

[3] As siglas em inglês são mantidas por razões de adequação terminológica à teoria.

pode ter que executar um ou mais atos atributivos (*ascriptive acts* (T)) e um ou mais atos referenciais (*referential acts* (R)): é o falante que se refere a entidades usando expressões de referência, e é o falante que atribui propriedades a entidades aplicando predicados a essas expressões de referência.

A figura 10 apresenta a estrutura hierárquica do nível representacional:

$(p_1: [(e_1: [(f_1)\ (x_1)]\ (e_1))]\ (p_1))$

Figura 10: *O nível representacional* (Hengeveld, 2000, p.5).

Ao transmitir sua intenção comunicativa, o falante, em muitos casos, terá de preencher seu enunciado com conteúdo semântico básico, isto é, com descrições de entidades como elas ocorrem no mundo não-lingüístico. Essas entidades são de diferentes ordens: entidades de terceira ordem ou conteúdos proposicionais (p); entidades de segunda ordem ou estados de coisas (e); entidades de primeira ordem ou indivíduos (x); e entidades de ordem zero ou propriedades (f). Dentro da representação maximamente hierárquica dada na figura 8, o conteúdo proposicional (p_1) contém a descrição de um estado de coisas (e_1), que contém a descrição de uma propriedade (f_1) e a descrição de um indivíduo (x_1).

Finalmente, a estrutura hierárquica do nível de expressão aparece na figura 11:

$(Para_1: [(S_1: [(Cl_1: [(PrP_1: [(Lex_1)]\ (PrP_1))\ (RP_1: [(Lex_2)]\ (RP_1))]\ (Cl_1))]\ (S_1))]\ (Para))$

Figura 11: *O nível de expressão* (HENGEVELD, *op. cit.*, p.5).

Essa representação, segundo Hengeveld (*op. cit.*), é apenas um exemplo simplificado do modo como o nível de expressão pode se apresentar. É um exemplo, já que cada língua tem suas próprias possibilidades de expressão, que levam a diferentes unidades de expressão em suas gramáticas. É simplificado, já que as possibilidades de expressão de uma língua são

geralmente muito mais refinadas do que no exemplo dado aqui. Esse exemplo simplificado é suficiente, porém, para ilustração do nível de expressão. Ele é uma representação da estrutura de constituintes que começa no nível do parágrafo (Para), que pode consistir de uma ou mais sentenças (S), cada uma das quais podendo conter uma ou mais orações (*clauses* (Cl)), que podem conter uma ou mais frases de predicado (*predicate phrases* (PrP)) e frases referenciais (*referencial phrases* (RP)), cada uma das quais podendo conter um ou mais lexemas (Lex)[4].

Considerando, pois, as dimensões gerais da organização do sistema lingüístico discutidas na seção anterior, as camadas da organização sentencial e os níveis, camadas e estruturas da organização discursiva, parece que a verificação dos dados e a tentativa de estabelecer algum tipo de sistematização da multifuncionalidade de *e* devem passar pela contextualização dos seus diferentes usos no quadro da organização global do discurso, observando as seguintes distinções:

organização discursiva (textual-interativa): procedimentos interpessoais (textuais-internos)

procedimentos ideacionais (textuais-externos)

organização sentencial: camada da oração (interpessoal)

camada da proposição (interpessoal[5])

camada da predicação (ideacional)

camada dos termos e predicados (ideacional)

[4] Hengeveld (2004) apresenta uma versão atualizada e mais completa dessa versão da GFD, que não pôde, contudo, ser adotada aqui, por ser muito recente e ainda estar em fase de construção. Pelo mesmo motivo, o modelo da GFD não é utilizado diretamente para a sistematização das funções de *e* sugerida aqui, mas apenas serve como embasamento para a análise proposta.

[5] Na versão mais recente da GF, o conteúdo proposicional tem sido tratado no âmbito do componente ideacional, chamado, na verdade, de *nível representacional*; de qualquer forma, a camada da proposição ainda é considerada aqui conforme concebida na versão padrão da teoria, ou seja, como uma noção de natureza interpessoal.

unesp

Não se trata de impor uma categorização prévia à análise de dados; ao contrário, qualquer tipo de formalização deve emanar dos dados reais de interação verbal. Trata-se antes de definir uma concepção geral da organização do discurso que norteie o levantamento, a análise e a interpretação dos dados.

Paralelamente, a descrição da multifuncionalidade de *e* deve incluir seu uso nos domínios cognitivos **referencial**, **epistêmico** e **conversacional**. No âmbito da abordagem funcional-cognitiva, Sweetser (1991) sustenta que modelamos nossa compreensão de processos lógicos e de raciocínio em nossa compreensão do mundo físico e social; e, simultaneamente, modelamos a própria expressão lingüística não apenas (i) como descrição (um modelo do mundo), mas também (ii) como ação (um ato no mundo sendo descrito) e, ainda, (iii) como uma entidade lógica ou epistêmica (uma premissa ou uma conclusão em nosso mundo argumentativo).

Para Neves (1999), podemos estabelecer o seguinte paralelo:

a) a predicação (estado de coisas), em correspondência com o nível de conteúdo de Sweetser (*op. cit.*);
b) a proposição (fato possível), em correspondência com o nível epistêmico de Sweetser (*op. cit.*);
c) a frase (ato de fala), em correspondência com o nível conversacional ou nível dos atos de fala de Sweetser (*op. cit.*).

Sweetser (*op. cit.*) e Camacho (1999) mostram que o conectivo *e*, no nível da sentença, opera nos três domínios cognitivos, sendo, inclusive, ambíguo quanto ao domínio de aplicação (fenômeno denominado "ambigüidade pragmática"). E, em trabalho anterior (Penhavel, 2002), expando essa análise, mostrando que, no nível textual-interativo, o conectivo *e* manifesta comportamento similar.

unesp

O levantamento, a análise e a interpretação dos dados, contudo, desenvolvidos nos capítulos V e VI, é que evidenciam, de fato, a forma mais adequada de sistematizar a multifuncionalidade de *e*.

1.4 Resumo

Este capítulo tratou da discussão de questões gerais sobre a natureza e organização do sistema lingüístico, particularmente as dimensões pragmática, semântica e sintática da linguagem (DIK, 1989), as propriedades de ação, idéias e estrutura (SCHIFFRIN, 1987) e os componentes interpessoal, ideacional e textual do sistema lingüístico (HALLIDAY, 1978), enfatizando a natureza integrada entre esses sistemas como um aspecto definidor do discurso. Em seguida, procedeu à análise dos modelos de discurso de Schiffrin (1987) e Hengeveld (2000), propondo uma forma de sistematizar a multifuncionalidade de *e* que distingue os níveis sentencial e discursivo (distintos, mas intrinsecamente integrados) e, em ambos, identifica funções ideacionais e interpessoais.

CAPÍTULO II

COORDENAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DISCURSIVA

2.1 Introdução

O capítulo anterior apresentou um quadro teórico para abrigar a sistematização da multifuncionalidade do conectivo *e*, o qual sugere distinguir os níveis sentencial e discursivo (distintos, mas intrinsecamente integrados) e, em ambos, identificar funções ideacionais e interpessoais do conectivo. O presente capítulo discute as particularidades do processo de **coordenação** (fenômeno de natureza sentencial, em que operam itens denominados *coordenadores*, entre os quais o conectivo *e*) e de mecanismos responsáveis pela **estruturação do discurso** (denominados *marcadores discursivos*, cujas propriedades são apresentadas por *e* em muitas de suas funções), verificando até que ponto se sustenta e é produtiva a distinção entre organização sentencial e discursiva na análise de *e* e de conectivos em geral.

Para fundamentar, então, a investigação do conectivo de uma tal maneira, a seção (2.2) traz o tratamento do processo de coordenação postulado por Dik (1997), dentro do modelo da GF. A seção (2.3), como ponto de partida para a investigação do papel de *e* na estruturação discursiva, discute algumas propriedades definidoras dos mecanismos denominados marcadores discursivos, defendendo que esses itens podem ser analisados com referência a duas funções gerais de organização discursiva: funções textuais (que pressupõem o componente ideacional) e funções interacionais (que se enquadram no interior do componente interpessoal do sistema lingüístico). A seção (2.4) apresenta a distinção entre *e-coordenativo* e *e-conjuntivo* estabelecida por Halliday e Hasan (1976), similar ao que é mencionado aqui sobre o papel do conectivo no nível da coordenação (*e*-coordenador) e no nível da estruturação discursiva (*e*-marcador discursivo). Finalmente, (2.5) apresenta uma síntese das questões levantadas ao longo do capítulo.



2.2 Coordenação

A classe de palavras tradicionalmente conhecida como "conjunção", embora passível de uma série de questionamentos, consiste em um assunto mais discutido e relativamente mais consensual se comparado ao campo dos mecanismos denominados marcadores discursivos. O conectivo *e*, ao desempenhar algumas de suas funções, constitui um exemplo prototípico de uma conjunção, como nos exemplos (1) e (2):

(1) O Marcos comprou uma calça ***e*** uma camisa.

(2) A Liliane comeu um salgado ***e*** a Moema tomou um refrigerante.

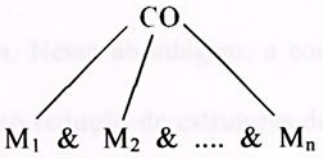
Os itens considerados conjunções propriamente ditas são *e*, *ou* e *mas*. Porém, o termo "conjunção" é utilizado, na gramática tradicional, para se referir, além desses, a itens como *logo*, *pois*, *portanto*, *porque*, *como*, *embora*, *se*, *caso*, *quando*, *que* etc., que estabelecem relações de coordenação ou subordinação em períodos compostos. O termo é também empregado com referência à relação semântica de adição estabelecida pela conjunção *e*, e outros mecanismos equivalentes, paralelamente às relações de "disjunção", estabelecida por *ou*, e de "contrajunção", marcada por *mas*.

No entanto, para garantir uma maior coerência terminológica, e mesmo teórica, convém adotar, neste trabalho, o termo "coordenação", para referência ao processo geral de encadeamento de orações e de termos, e o termo "coordenador", referindo-se, especificamente, aos itens lingüísticos que realizam essa função. Trata-se de uma adequação ao modelo de descrição da relação de coordenação proposto por Dik (1997), apresentado nesta seção, o qual permite analisar, muito satisfatoriamente, o funcionamento de *e* ao desempenhar várias de suas funções.



Segundo Dik (1997), "a coordenação é uma construção que consiste em dois ou mais membros funcionalmente equivalentes, conectados no mesmo nível da estrutura por meio de mecanismos de ligação" (p.189)[1]. Dik (*op. cit.*) sugere o esquema abaixo como uma representação geral da coordenação:

(3)



em que "CO" é a coordenação como um todo, "M" representa os membros (n>1) e "&" simboliza o "mecanismo de ligação" por meio do qual os membros são combinados. Como diz a definição, pode haver dois ou mais membros na coordenação. Esses membros são coordenados no mesmo nível estrutural, isto é, nenhum dos membros M é subordinado a outro ou dependente de qualquer um dos outros. Eles estão todos par a par e são membros iguais da coordenação CO. O "mecanismo de ligação" pode estar oculto, casos que Dik (*op. cit.*) identifica como *justaposição*, ou pode estar explicitado. Nesse último caso, consistirá em um ou mais *coordenadores* que servem para indicar a relação coordenativa entre os membros.

O autor salienta que um aspecto muito importante na definição de coordenação é que os membros coordenados devem ser *funcionalmente equivalentes*. Muitas abordagens da coordenação, segundo ele, requerem que seus membros sejam *categorialmente* equivalentes. No entanto, a estrutura categorial interna dos membros coordenados pode diferir desde que sua função externa seja a mesma. No que diz respeito aos membros coordenados, a equivalência funcional significa que os membros devem ter as mesmas funções sintática, semântica e pragmática. Dik (*op. cit.*) observa, porém, que parece haver uma exceção

[1] Cf. o original: *A coordination is a construction consisting of two or more members which are functionally equivalent, bound together at the same level of structure by means of a linking device.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

sistemática a esse princípio de equivalência funcional: palavras QU podem freqüentemente ser coordenadas mesmo quando têm funções semânticas diferentes.

O autor assume a chamada Abordagem Direta na descrição de construções coordenadas, segundo a qual, o esquema de coordenação pode ser ativado em diferentes lugares e em vários níveis da estrutura subjacente da oração e, assim, levar a coordenações locais de diversos tipos. Essa abordagem se opõe à Abordagem Reducionista, muito praticada no âmbito da Gramática Gerativa. Nessa abordagem, a coordenação de elementos menores que orações plenas é descrita como redução de estruturas de orações plenas coordenadas. De acordo com a Abordagem Direta, por outro lado, não apenas constituintes, mas também pares, triplos etc. de constituintes podem ser coordenados, isto é, localmente multiplicados[2]. Assim, o autor distingue três tipos gerais de coordenação: (i) *coordenação simples*, se somente constituintes únicos são multiplicados; (ii) *coordenação múltipla*, se a coordenação simples se aplica a diferentes constituintes dentro da mesma construção; (iii) *coordenação simultânea*, se a coordenação se aplica a pares, triplos (em geral n-múltiplos) de itens.

Dentro do âmbito da coordenação simples, Dik (1997) reconhece a *coordenação de sentenças*, *de orações*, *de proposições*, *de predicações*, *de termos*, *de predicados*, a *coordenação de (ou dentro de) restritores*, e a *coordenação de operadores e de funções*.

A coordenação de orações plenas, segundo Dik (*op. cit.*), a princípio, não é problemática. Simplesmente temos duas ou mais orações, que conservam sua integridade, em uma relação coordenada ou por justaposição ou por coordenação explícita. Surge uma complicação, no entanto, quando constituintes extra-oracionais (CEOs) são associados à oração. CEOs são constituintes que precedem, seguem ou interrompem a oração, e são a elas pragmaticamente associados de uma maneira "frouxa". Muitos desses CEOs podem ser parte de um membro de uma construção coordenada. No entanto, se uma oração é encaixada, seus CEOs dificilmente podem ser encaixados junto com ela. Da mesma forma, orações

[2] Para uma visão mais completa sobre as Abordagens Direta e Reducionista, ver Dik (*op. cit.*, p.193-196).

unesp

coordenadas contendo CEOs dificilmente podem ser encaixadas sob um predicado de nível mais alto. Dik (1997), então, usa o termo "sentença" para representar a unidade que consiste da oração mais seus CEOs associados. Assim, orações podem ser coordenadas não só quando têm estatuto independente, mas também quando são encaixadas sob um predicado de nível mais alto; sentenças, no entanto, só podem ser normalmente coordenadas quando apresentam estatuto independente.

Dik (*op. cit.*) salienta que a coordenação de orações (independentes ou dependentes), em geral, exige que os membros coordenados tenham a mesma ilocução. Há, no entanto, segundo o autor, certas condições em que a coordenação de orações com diferentes ilocuções não é totalmente excluída (4).

(4) Eu não sinto vontade de ir lá ***e*** por que eu deveria?[3]

Embora Dik (*op. cit.*) não enfoque mais detidamente essa situação, (4) constitui um caso muito relevante para o presente trabalho, pois, ao coordenar orações com forças ilocucionárias diferentes, o conectivo parece dar um primeiro passo na direção de uma função menos estrutural, mais discursivizada, nesse caso devido à intensificação do caráter interacional que a construção assume.

Situação similar ocorre no âmbito da coordenação de proposições e de predicações. Dik (*op. cit.*) afirma que predicados como *acreditar* tomam termos proposicionais como segundo argumento: termos especificados por uma estrutura proposicional que designa o fato possível em que se acredita. Tais termos proposicionais podem ser coordenados. Predicados como *forçar*, por sua vez, tomam termos predicacionais como segundo argumento. Esses termos especificam o estado de coisas que uma pessoa deve executar. Tais termos predicacionais também podem ser coordenados. O autor mostra, porém, que esses dois tipos

[3] Cf. o original: *I don't feel like going there and why should I?*

diferentes de complementos, predicacionais e proposicionais, não podem ser coordenados um ao outro.

Ao tratar da coordenação, portanto, Dik (1997) não salienta casos como (5), em que observamos a coordenação de orações com diferentes graus de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo proposicional.

(5) O Carlos foi ao centro ***e*** acho que ele vai comprar um carro novo.

Casos como esse, bem como casos do tipo de (4) acima, apresentam características em comum com coordenações prototípicas, como a estabelecida entre orações com equivalência funcional completa. No entanto, apresentam alguma propriedade que os distancia um pouco da coordenação propriamente dita e dificulta incluí-los nesse mesmo paradigma. Esses casos certamente se localizam numa região intermediária entre a função de *e* na sentença e sua atuação no discurso.

No que diz respeito à coordenação de termos, Dik (*op. cit.*) observa que, na maioria das línguas, termos únicos (argumentos e satélites) podem ser coordenados entre si naturalmente, como em (6). Como, nesses casos, cada um dos termos estabelece uma relação independente com o predicado, esse tipo de coordenação pode ser facilmente descrito por multiplicação direta, como mencionado acima.

(6) O Carlos *e* o Roberto chegaram.

Porém, a coordenação de termos traz uma complicação devido a estruturas como (7):

(7) a. João *e* Maria viram um fantasma. (cada um viu um fantasma).

b. João *e* Maria viram um fantasma. (os dois juntos viram um mesmo fantasma).[4]

[4] Exemplos extraídos de Camacho (1999).

Em (7a), a função semântica é expressa sobre cada termo coordenado; em (7b), é expressa somente uma vez sobre todo o conjunto coordenado. As diferentes interpretações associadas a (7a-b) originam, respectivamente, as noções de coordenação de termos e coordenação intratermos (CAMACHO, 1999). Dik (1997) explica esse fato a partir dos seguintes exemplos:

(8) a. O rei ***e*** a rainha são inteligentes.[5]
b. O rei ***e*** a rainha são um casal feliz.[6]

Usos como (8a) constituem casos diretos de coordenação de termos, que podem ser explicados por meio do esquema geral de coordenação apresentado em (3) acima. Em (8b), no entanto, o predicado (*ser*) *um casal feliz* toma o conjunto todo formado por *o rei e a rainha* como um único argumento. Para isso, a multiplicação separada de posições de termos não é adequada, uma vez que os termos não estabelecem uma relação separada com o predicado, como em (8a), mas formam uma unidade de nível mais alto que, como um todo, constitui um único argumento do predicado. Em (8b), a expressão *o rei e a rainha* representa um argumento simples unificado do qual *ser um casal feliz* é predicado. Assim, temos, nesse caso, coordenação inserida num termo e não coordenação de termos. Como (9) mostra, é a esse termo complexo, formado por *o rei e a rainha*, que o predicado é aplicado.

(9) {(um casal feliz)} (x_1: {(o rei) e (a rainha)})

A coordenação de predicados, exemplificada em (10), por sua vez, também oferece algum problema para a teoria.

---

[5] Cf. o original: *The king and the queen are intelligent.*
[6] Cf. o original: *The king and the queen are a happy couple.*

unesp

(10) João compra *e* vende carros usados.[7]

Construções como essa apresentam dificuldade para o modelo da GF, porque os predicados *comprar* e *vender* têm, cada um, seu próprio esquema de predicado, e não há posição de predicado aberta que poderia ser facilmente multiplicada em uma série coordenada de predicados, como no caso de termos. Para resolver esse problema, Dik (1997) lança mão da chamada "variável de predicado". Com a variável de predicado explicitada, o esquema de predicado de *comprar*, por exemplo, assume a seguinte forma:

(11) $(f_1: comprar[V])\ (x_1: <hum>)_{Ag}\ (x_2)_{Me}$

Em um nível mais abstrato, podemos considerar, segundo o autor, um *esquema de predicado* da seguinte forma:

(12) $(f_1)\ (x_1)\ (x_2)\ \ldots\ (x_n)$

Como um padrão abstrato para predicações nucleares, esse esquema pode ser comparado ao de termos. Podemos, então, dizer que os esquemas de predicado no léxico instanciam o esquema de predicado. A variável de predicado no esquema de predicado pode ser usada como um rótulo para a multiplicação coordenativa, para se chegar à construção (13):

(13) $(f_1)\ (x_1: <hum>)_{Ag}\ (x_2)_{Me}$
& (f_j)

Podemos agora tomar (13) como marca de que nas posições (f_1) e (f_j) é possível selecionar dois predicados do léxico que tenham a mesma valência quantitativa e qualitativa. *Comprar* e *vender* são predicados desse tipo, e podem, portanto, ser aplicados na estrutura coordenada dada em (14):

[7] Cf. o original: *John buys and sells second hand cars.*

(14) $(f_1$: *comprar*[V]) & $(f_j$: *vender*[V]) $(x_i$: *João*$)_{Ag}$ $(x_j$: *carros usados*$)_{Me}$

Dik (1997) propõe distinguir ainda, no âmbito da coordenação simples, a coordenação de restritores de termos e a coordenação dentro de restritores de termos. A coordenação de restritores de termos consiste na conexão de restritores que não mantêm entre si uma relação de escopo, não havendo, portanto, uma diferença hierárquica implicada entre as propriedades especificadas, o que fica claro em (15b):

(15) a. Eles têm uma casa antiga linda.
b. Eles têm uma casa antiga ***e*** linda.[8]

A coordenação dentro de restritores, por sua vez, consiste na formação de um restritor composto. Nesse caso, os itens coordenados constituem uma unidade que designa uma propriedade única e complexa, como em (16b):

(16) a. Na loja nós vimos vestidos pretos ***e*** brancos.
b. Na loja nós vimos vestidos preto ***e*** branco.[9]

Como última forma de coordenação simples, Dik (*op. cit.*) observa que, em uma pequena escala, a coordenação também pode se aplicar a categorias não-lexicais menores, tais como operadores e funções. À medida que seja possível, esse tipo de coordenação pode ser descrito por multiplicação direta da posição relevante de operador ou função. Entre os operadores de termo, numerais e demonstrativos normalmente podem ser coordenados (17); a coordenação de operadores de definitude/indefinitude, por outro lado, já é mais difícil (18); funções semânticas podem ser coordenadas diretamente se elas são expressas por adposições independentes que, se governam algum caso, governam o mesmo caso (19); mesmo certos

---

[8] Cf. o original: a. *They have a beautiful old house.*
b. *They have a beautiful, old house.*

[9] Cf. o original: a. *In the shop we saw black and white dresses.*
b. *In the shop we saw black-and-white dresses.*

unesp

operadores-π podem ser diretamente coordenados se eles são expressos por palavras independentes que assumem o mesmo tipo de complemento e operam no mesmo nível (20) (DIK, 1997, p.208):

(17) Você poderia me emprestar três *ou* quatro dólares?[10]

(18) Você quer um *ou* o disco de Elvis Presley?[11]

(19) Eles deram suas vidas para *e* por Deus e seu país.[12]

(20) João pode *mas* não irá pedir a seus amigos para ajudarem.[13]

A coordenação múltipla ocorre quando várias posições na estrutura subjacente da oração são multiplicadas independentemente, como no exemplo (21), em que ocorre coordenação nas posições de Sujeito e Objeto.

(21) João ***e*** Pedro compraram um livro ***e*** um jornal.[14]

Como a coordenação múltipla envolve a multiplicação coordenativa independente de posições que podem ser assim multiplicadas, uma grande variedade de tipos de coordenação múltipla pode ser distinguida, mas o fenômeno como tal não traz acréscimos qualitativos à noção de coordenação simples, ou seja, as posições multiplicadas são independentes entre si (e, por isso, o número de itens em cada posição não necessita ser o mesmo) e funcionam como casos de coordenação simples. Convém, no entanto, segundo Dik (*op. cit.*), verificar certos casos de coordenação de predicados e termos, já que isso apresenta alguns problemas especiais. Vejamos (22):

---

[10] Cf. o original: *Could you lend me three or four dollars?*
[11] Cf. o original: *Do you want a or the Record by Elvis Presley?*
[12] Cf. o original: *They gave their lives to and for God and their country.*
[13] Cf. o original: *John may but won't ask his friends for help.*
[14] Cf. o original: *John and Bill bought a book and a newspaper.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

(22) João tomou um avião *e* foi para Nova Yorque.[15]

Em abordagens em que a combinação Verbo+Complemento é considerada como um constituinte (um SV), poderia ser dito simplesmente que essa é uma questão de coordenação de SVs. A GF, contudo, não reconhece um constituinte tal como SV, e, portanto, (22) não poderia ser assim analisado. O autor argumenta, então, que o modo mais apropriado de lidar com esse tipo de construção dentro da GF é considerá-lo como devido à anáfora zero no segundo conjunto, tal que obtemos uma estrutura subjacente nos moldes de (23) tanto para (24a) quanto para (24b) (esse método também é válido para casos em que um predicado intransitivo é coordenado a um predicado transitivo + segundo argumento):

(23) João (x_1) tomou um avião *e* (Ax_1) foi para São Paulo.

(24) a. João tomou um avião *e* ele foi para São Paulo.

b. João tomou um avião *e* foi para São Paulo.

A última forma de coordenação identificada por Dik (1997), a coordenação simultânea, ocorre quando duas ou mais posições de termo são multiplicadas simultaneamente dentro da mesma estrutura de oração, como em (25):

(25) João comprou um livro *e* Pedro um jornal.[16]

O autor mostra que, dado o aparato teórico da GF, o modo mais apropriado de descrever essa construção consiste em assumir que pares, triplos, em geral n-múltiplos de posições podem ser multiplicados simultaneamente:

(26) *comprar* [V] $\{(x_1: <hum>)_{Ag} \quad (x_2)_{Me}\}$

& $\{(x_1: <hum>)_{Ag} \quad (x_2)_{Me}\}$

[15] Cf. o original: *John took a plane and went to New York.*

[16] Cf. o original: *John bought a book and Peter a newspaper.*

Em tal caso, podemos dizer que o par $\{(x_1: <hum>)_{Ag}, (x_2)_{Me}\}$ é o valor relevante para "M" no esquema de regra (6). Esse modo de descrição, segundo o autor, tem a vantagem adicional de explicar imediatamente por que, nessa forma de coordenação, o número de membros coordenados em cada posição deve ser o mesmo, como mostra (27):

(27) a. João comprou um livro e Pedro um jornal.
b. *João comprou um livro e Pedro.

Como mencionado acima, o aparato teórico apresentado nesta seção constitui a base para a investigação empírica do funcionamento do conectivo *e* na sentença. O levantamento e a análise dos dados, no entanto, explicitarão os critérios mais definitivos que determinarão a sistematização do funcionamento de *e* no nível sentencial.

2.3 Marcadores discursivos

Marcadores discursivos (MDs), em termos gerais, são mecanismos que atuam no nível do discurso (aqui entendido como organização textual-interativa), estabelecendo algum tipo de relação entre unidades textuais e/ou entre os interlocutores. Consistem em recursos imprescindíveis e muito recorrentes na construção do discurso, mas não constituem ainda uma classe bem definida. Na literatura sobre o assunto, há, inclusive, uma ausência de consenso terminológico, pois, referindo-se a mecanismos que desempenham basicamente a mesma função, é possível encontrar expressões como *marcadores conversacionais*, *conectivos discursivos*, *operadores discursivos*, *marcadores de estruturação da conversação*, *apoios do discurso*, *sinais de estruturação* etc. Adotando as palavras de Pottier (1992, p.53 *apud* RISSO *et al.*, 1996) a respeito dos advérbios e transferindo-as para o contexto dos marcadores, Risso *et al.* (*op. cit.*) dizem que "se tem incluído sob a rubrica de 'marcadores', todos os recursos

discursivos 'com os quais não se sabe o que fazer. A sua lista não se fecha nunca e não se lhes dá uma definição integrante'".

Embora a classe dos MDs não disponha de critérios definidores suficientemente precisos, a bibliografia disponível apresenta um importante ponto de convergência no que se refere à função dos MDs. É possível observar, em diferentes autores, uma análise dos MDs que se fundamenta em duas funções gerais que exercem na organização do discurso, uma integrada mais estreitamente ao componente ideacional, e outra, ao componente interpessoal do sistema lingüístico, as quais identifico, neste trabalho, como "funções textuais" e "funções interacionais", respectivamente.

Fraser (1999) observa a existência de duas classes principais de MDs: *MDs que relacionam mensagens* (aqueles que relacionam algum aspecto das mensagens veiculadas pelos segmentos que seguem e que precedem o marcador) e *MDs que relacionam tópicos* (marcadores que envolvem algum aspecto da condução discursiva).

Nessa direção, referindo-se a mecanismos que, em trabalho posterior (RISSO *et al.*, 1996), identifica como MDs, Risso (1996a, p.31) atesta "a presença de um conjunto de palavras ou locuções envolvidas no 'amarramento' textual das porções de informação progressivamente liberadas ao longo da fala, e no encaminhamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, no ato interacional". Ainda segundo a autora (1996b, p.423), a natureza da atuação discursiva desses mecanismos permite distribuí-los "entre dois planos não necessariamente exclusivos, antes quase sempre interrelacionados, conforme seu envolvimento maior com a organização da informação, na estrutura ideacional do discurso, ou com a organização das relações entre os interlocutores, na estrutura interpessoal".

Num dos trabalhos mais bem sucedidos e esclarecedores sobre o assunto, Risso *et al.* (*op. cit.*) identificam os MDs como um amplo grupo de mecanismos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por meio desses elementos, o plano da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a organização textual-interativa. Adotando a denominação "marcadores discursivos", os autores procedem a um extenso levantamento de propriedades definidoras da classe sob enfoque e apresentam os seguintes traços como núcleo piloto na delimitação do conjunto dos MDs:

(i) como mecanismos verbais da enunciação, atuam no plano da enunciação textual-interativa, com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais – quando o foco funcional não está no seqüenciamento de partes do texto – e a proeminência da articulação textual – quando a dominante deixa de estar no eixo da interação;

(ii) manifestam um processo de acomodação do significado literal da(s) palavra(s) que o constitui (constituem) à sinalização de relações dentro do espaço discursivo;

(iii) operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo; por isso mesmo, são exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos;

(iv) analisados do ponto de vista da integração sintática na estrutura oracional, os MDs são unidades independentes, que, portanto, não se constituem como parte integrante dessa estrutura;

(v) realizam-se, na maior parte das vezes, com o acompanhamento de uma pauta prosódica demarcativa, ora bem definida, ora bastante sutil;

(vi) são insuficientes para constituírem enunciados completos em si próprios, ou seja, do ponto de vista comunicativo, são unidades não-autônomas (RISSO *et al.*, 1996).

Para os autores, as duas funções correlacionadas na propriedade (i) acima, projeção das relações interpessoais e proeminência da articulação textual, delineiam dois subcampos

que exaurem as funções gerais dessas marcas lingüísticas sob enfoque.

Essas características coincidem quase que totalmente com a noção de Constituinte Extra-Oracional (CEO). Para Dik (1997), produzimos freqüentemente uma variedade de expressões que não podem ser analisadas como orações, nem como fragmentos de orações. Essas expressões podem estar sozinhas, ou preceder, seguir, e até mesmo interromper uma oração, estando associadas a ela de forma mais frouxa do que aqueles constituintes que fazem parte da oração propriamente dita. Tais expressões constituem os chamados CEOs. Trata-se, portanto, de um conceito que a princípio parece apreender na GF a noção de MDs, embora o conceito postulado por Dik (1997) inclua outras categorias textuais-interativas.

Marcuschi (1986), por sua vez, investiga mecanismos que correspondem aos aqui enfocados, embora os denomine *Marcadores Conversacionais* (MCs). O autor verifica que, quanto a funções específicas, cada qual pode ter *funções sintáticas* (responsáveis tanto pela sintaxe da interação quanto pela segmentação e pelo encadeamento das estruturas lingüísticas) e *funções conversacionais*. Ainda segundo o autor (1989, *apud* CASTILHO, 1998), sob um enfoque, ao que parece, reformulado em relação ao anterior, é possível reconhecer dois grandes tipos funcionais de MCs: *marcadores textuais* (direcionados para a orientação do texto – *marcadores ideacionais* para Castilho, *op. cit.*); e *marcadores pragmáticos* (orientados para a interação verbal – *marcadores interpessoais*, segundo Castilho, *op. cit.*).

Em consonância com essa perspectiva na análise dos marcadores, Schiffrin (1987), adotando também a denominação "marcadores discursivos", define esses itens como mecanismos seqüencialmente dependentes que delimitam unidades discursivas. Com base no modelo de discurso transcrito na figura 2, no capítulo I acima, a autora identifica, por exemplo, duas funções gerais do marcador *e* na organização do discurso: *e* coordena unidades de idéia (função ligada à estrutura de idéia em seu modelo) e continua uma ação do falante (o que está integrado às estruturas de ação e de troca e ao esquema de participação).

O quadro abaixo resume de modo geral, apenas para efeito comparativo, as macro-

unesp

funções atribuídas aos marcadores discursivos pelos autores mencionados.

(28)

MDs	Fraser	Risso *et al.*	Marcuschi	Castilho	Schiffrin
Funções textuais	Relação entre mensagens	Articulação textual	Funções sintáticas/ Marcadores textuais	Marcadores ideacionais	Construção do texto
Funções interacionais	Relação entre tópicos	Relações interpessoais	Funções conversacionais/ Marcadores pragmáticos	Marcadores interpessoais	Continuação de uma ação

Diante desse cenário, convém optar, por ora, pela denominação "marcadores discursivos". "Marcadores" simplesmente por ser o termo mais recorrente (embora também deva ser repensado); "discursivos" parece o mais adequado por ser mais neutro e geral, pressupondo tanto a organização textual quanto a articulação interacional da linguagem (ao contrário, por exemplo, do termo "conversacionais", que sugere, inevitavelmente, um comprometimento exclusivo com um tipo de texto oral, que é a conversação (RISSO *et al.*, 1996), e que parece privilegiar apenas aspectos interacionais, em detrimento de textuais). A opção pelas expressões "função textual" e "função interacional" se deve a uma adequação à terminologia adotada por pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado, que reconhecem o nível de organização lingüística denominado "textual-interativo," detendo-se consideravelmente sobre a análise de MDs, e à possibilidade de uso satisfatório dessas noções e dessas expressões em Gramática Funcional.

Os MDs exercem **funções textuais** quando atuam na organização do conteúdo informacional do discurso. Nesse caso, se integram ao componente ideacional da linguagem, operando num nível hierarquicamente superior ao da sentença. Funcionam como mecanismos de coesão textual, estabelecendo algum tipo de relação semântica, e, às vezes, quase puramente estrutural, entre diferentes unidades discursivas. Propiciam, por exemplo, abertura, expansão, retomada e fechamento de tópicos e distinção de estruturas de figura e fundo. Algumas formas típicas que realizam essa função são: *agora*, *então*, *e*, *mas*, *aí*, *ou seja*, *enfim*,



em resumo etc. Os MDs exercem **funções interacionais** quando atuam na articulação da interação conversacional, quando cumprem alguma função advinda diretamente da relação face a face entre os interlocutores, integrando, portanto, o componente interpessoal da linguagem. Como os MDs textuais, não são constituintes sentenciais, são exteriores ao conteúdo proposicional e sintaticamente independentes de suas unidades adjacentes. Algumas formas típicas são: *entende?*, *né?*, *sabe?*, *tá?*, *bom...*, *olha...*, *certo*, *claro*, *sei*, *uhn uhn* etc. O exemplo (29) ilustra uma função textual, e (30) mostra uma função interacional dos MDs:

(29) ... mas a gente não pode/se lembrar:: que esta curva é obtida através::... de tes:::tes né?... em que PAR::tem do princípio de que a inteligência é contínua...
[...]
agora se eu partir do princípio por exemplo de um outro modelo... de que a inteligência não é algo CONtínuo...
[...]
agora se nós tivéssemos...éh:: por exemplo no mode::lo:::behaviorista... nós confeccionaríamos os instrumentos de outra FORma...
[...]
agora no modelo psicogenético... (NURC-EF-SP-377)[17].

(30) Bem... *todas as três são vergonhosas...* ***né?*** aquela coisa assim deplorável... cada vez estão colocando mais impostos... *impostos absurdos... pra se pagar...* ***né?*** tipo esse imposto do cheque... e::... várias coisas, ***né?***... aí... é::... é complicado *porque eu acho uma pouco vergonha...* ***né?***[18]

Há uma forte tendência para os MDs desempenharem simultaneamente uma função textual e uma função interacional. Risso *et al.* (1996) mostram que essa relação pode se dar de três formas diferentes: (i) com predominância de uma das funções em relação à outra; (ii) com expressão forte das duas funções; (iii) com uso fracamente expressivo de ambas as funções.

[17] Exemplo extraído de Risso (1996a).
[18] Exemplo extraído de Martelotta e Alcântara (1996).

Os autores verificam, no entanto, que a primeira possibilidade é a mais freqüente; na verdade, o contrabalanceamento dessas duas funções constitui uma das principais propriedades definidoras dos MDs.

2.4 *e*-coordenador e *e*-marcador discursivo

Halliday e Hasan (1976) admitem uma diferença no funcionamento de *e* muito similar à distinção aqui mencionada entre o uso do conectivo como coordenador e como MD. Os autores concebem a relação que denominam de "conjunção", juntamente como os processos de referência, substituição e elipse, como um mecanismo de coesão textual, operando relações entre sentenças, no interior do componente formador de texto, ou seja, no componente textual do sistema lingüístico. A descrição da conjunção como uma estratégia coesiva não focaliza propriamente relações semânticas, mas um aspecto particular que se refere à função de relacionar entre si elementos lingüísticos que ocorrem sucessivamente, mas não são relacionados por outros meios estruturais.

Halliday e Hasan (1976) consideram a relação *e* como uma das formas de conjunção (a mais simples, contudo, ao lado das relações estabelecidas por *mas* (*but*), *ainda* (yet), *assim* (so) e *então* (then)). Eles estabelecem uma distinção entre *e* coordenativo (uma relação de natureza mais estrutural) e *e* conjuntivo[19]. Para eles, estritamente falando, a relação lógica elementar de *e* é estrutural, e não conjuntiva, ou seja, ela é incorporado à estrutura lingüística, sendo realizada na forma de uma relação estrutural particular, a coordenação (uma estrutura do tipo paratática). A relação *e* é sentida pelos falantes como estrutural, e não como coesiva, o que é perceptível, por exemplo, pela sensação de desconforto que temos diante de uma sentença que, na língua escrita, comece com *e*.

Porém, salientam os autores, é um fato que o conectivo é usado coesivamente para

[19] Os autores utilizam as expressões *coordinate and* e *conjunctive and.*

ligar uma sentença a outra, e, portanto, a relação *e* deve ser incluída entre as relações semânticas que compõem a categoria geral de conjunção. O que distingue as duas funções é que, na forma lógica elementar, a relação é expressa através da mediação da estrutura lingüística, e o conectivo *e* é o marcador dessa relação estrutural.

A relação de coordenação representada por *e* pode ser estabelecida entre pares de itens (ou entre conjuntos de itens) funcionando mais ou menos em qualquer lugar na estrutura da língua. Tais itens podem ser nomes, ou sintagmas nominais; verbos ou sintagmas verbais; advérbios ou sintagmas adverbiais ou preposicionais; ou podem ser orações. Um par ou um conjunto de itens conectados por coordenação funcionam como um elemento complexo único da estrutura; eles funcionam da mesma maneira que os elementos simples equivalentes. A relação *e* como uma forma de conjunção, por outro lado, comparada a seu escopo como uma estrutura, é algo modificado e estendido. Para se referir ao *e* conjuntivo, então, os autores adotam o termo mais geral "aditivo", para sugerir algo mais flexível e menos estrutural do que é representado por "coordenativo". Assim, a relação coordenativa é estrutural, ao passo que a relação aditiva é coesiva. A relação aditiva é uma relação semântica generalizada no componente formador de texto do sistema lingüístico, baseada na noção lógica de *e*, constituindo uma das relações agrupadas sob a noção de "conjunção", que compreendem também as relações adversativa, causal e temporal (HALLIDAY e HASAN, 1976).

Quando a relação *e* opera conjuntivamente, entre sentenças, para dar coesão ao texto, ela é restrita a apenas um par de sentenças. Isso propicia um indício da diferença entre *e* como um relação estrutural (coordenativa) e *e* como uma relação coesiva (aditiva). Um item coordenado como *homens e mulheres* funciona como um todo único; constitui um elemento único na estrutura de uma unidade mais ampla, por exemplo, sujeito da oração. Não há uma razão por que essa potencialidade deveria ser limitada a dois itens; poderíamos ter três, como em *homens, mulheres e crianças*, ou até mais. E se há mais do que dois, podemos ainda estruturá-los em camadas, como em *homens e mulheres, e meninos e meninas*, ou seja,

unesp

((homens e mulheres) e (meninos e meninas)). Não há limite fixado nem para a profundidade nem para a extensão de estruturas coordenadas. Com *e* como uma relação conjuntiva, por outro lado, a situação é totalmente diferente. A relação se dá entre sentenças, e sentenças seguem-se umas às outras à medida que o texto se desdobra; elas não podem ser rearranjadas, como uma estrutura coordenada pode, em diferentes seqüências e diferentes camadas. Assim, não se coloca a questão de ligar todo um conjunto de sentenças por uma relação *e* única. Cada nova sentença é, ou não, ligada a sua antecessora (por algum mecanismo de ligação) como um fato independente; e, sendo ligada, o conectivo *e* é uma maneira pela qual ela pode ser assim conectada. (31) exemplifica essa situação (HALLIDAY e HASAN, 1976):

(31) "Eu quero saber se todas as coisas se movem junto com a gente?" pensava a pobre Alice. E a rainha parecia adivinhar seus pensamentos, pois ela gritava "Mais rápido! Não tente falar!"[20]

Nesse sentido, a análise e a interpretação de dados enfatizam a investigação do papel mais local/estrutural ou mais discursivizado (com escopo textual mais amplo, estruturalmente mais frouxo e/ou fortemente interacional) de *e* nos seus diversos usos levantados no *corpus*.

2.5 Resumo

Este capítulo analisou o tratamento do processo de coordenação postulado por Dik (1997), dentro do modelo da GF, e propriedades definidoras da classe dos MDs, considerando que esses itens podem ser analisados com referência a duas funções gerais que exercem na organização discursiva: funções textuais (que pressupõem o componente ideacional) e funções interacionais (que se enquadram no componente interpessoal do sistema lingüístico).

[20] Cf. o original: *"I wonder if all the things move along with us?", thought poor puzzled Alice. And the Queen seemed to guess her thoughts, for she cried "Faster! Don't try to talk!"*

unesp

CAPÍTULO III

DISCURSIVIZAÇÃO

3.1 Introdução

Os capítulos anteriores abordaram a multifuncionalidade do conectivo *e* propondo formas de sistematizar seu funcionamento. O capítulo I, discutindo questões mais gerais sobre a natureza e a organização do discurso, sugere distribuir as ocorrências do conectivo entre os níveis sentencial e discursivo e, em ambos, tratá-las conforme suas funções ideacionais e interpessoais. O capítulo II, então, tratou das particularidades do comportamento de *e* no plano sentencial, em que o conectivo opera o processo de coordenação, e no plano discursivo, em que atua na estruturação do discurso, e define, relativamente a essas duas diferentes macro-funções, a distinção, respectivamente, entre *e*-coordenador e *e*-marcador discursivo.

No entanto, uma questão fundamental ainda não foi mencionada: o que gera a multifuncionalidade do conectivo *e*? Em outros termos, do que decorre a multiplicidade de funções exercidas pelo conectivo e a persistência, em todas elas, de um mesmo traço semântico fundamentalmente aditivo? Este capítulo traz uma discussão sobre a possibilidade de conceber o funcionamento de *e* no português falado, entre outras coisas, como sendo o resultado de um processo de discursivização, que o leva a assumir funções cada vez mais diversas na organização do discurso.

Assim, a seção (3.2) apresenta um quadro geral do processo de discursivização; (3.3) ilustra o caso particular da discursivização da partícula *né?* e sugere de que forma postulações sobre o processo de gramaticalização podem servir como ponto de partida para considerações sobre o processo de discursivização, admitindo a possibilidade de tratar o funcionamento do conectivo como um caso de discursivização e, assim, explicar sua multifuncionalidade; e (3.4) traz o resumo do capítulo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

3.2 Discursivização: aspectos gerais

A discursivização é o processo pelo qual itens lingüísticos assumem a função de marcador discursivo. Martelotta *et al.* (1996) propõem que a discursivização, como um processo de mudança unidirecional, leva o elemento a assumir gradativamente funções mais abstratas relativamente à organização do discurso. Assim, o elemento vai perdendo sentido referencial para assumir um conjunto de funções não-discretas, voltadas para a viabilização do processamento discursivo.

Castilho (2003) propõe uma teoria modular da língua, na qual o Léxico é concebido como um conjunto de propriedades abstratas (discursivas, gramaticais e semânticas) anteriores à enunciação. Discurso, Gramática e Semântica, localizados em torno do Léxico, são postulados como módulos que dispõem de regras próprias, situando-se em pé de igualdade uns em face dos outros. Tendo como base essa teoria modular, o autor afirma que é possível propor três grandes processos de constituição da língua: a gramaticalização, a semanticização e a discursivização. Nesse contexto, a discursivização é concebida como o uso discursivamente relevante de itens lexicais, conceito que se aproxima do de Martelotta *et al.* (*op. cit.*), desconsiderando-se o aspecto modular e multidirecional proposto por Castilho (*op. cit.*).

Os estudos sobre o processo de discursivização, no entanto, são pouco desenvolvidos e se limitam, em geral, à análise de casos específicos desvinculados de uma teoria de discursivização que defina princípios comuns aos diversos casos e identificadores do processo. Segundo Martelotta *et al.* (*op. cit.*), muito pouco se sabe a respeito do processo de discursivização, pois são raros os trabalhos dedicados ao assunto. Os autores dizem que há questões fundamentais ainda sem respostas, para as quais procuram apontar alguns caminhos:

(i) *O que é de fato a discursivização e o que a motiva?* A discursivização é um processo de mudança lingüística que basicamente gera marcadores discursivos (sendo a função de

preenchedor de pausa a que reflete estágios mais avançados de discursivização, por ser a que menos guarda características dos usos originais). O que motiva esse processo é o fato de que o falante precisa de elementos que marquem estratégias interativas no sentido de reorganizar o fluxo do pensamento e, ao mesmo tempo, registrar essa reorganização para o ouvinte.

(ii) *Que mecanismos efetivam o processo e quais são as suas possíveis trajetórias?* Observando alguns itens e construções que se discursivizam, os autores notam que, em casos como o de *assim*, a trajetória do processo de discursivização é marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática. Ou seja, um elemento, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical e, em seguida, assume a função de marcador (p.68). No caso de elementos como *sabe?*, *né?*, *entendeu?*, *tá?*, há uma clara passagem do léxico para o discurso, no sentido de que eles deixam de expressar seus sentidos originais para assumir, como perguntas retóricas, a função de marcar estratégias relacionadas ao processamento do discurso. É difícil, contudo, encaixar aí o processo intermediário da gramaticalização, como no caso do elemento *assim*. Ocorre, nesse caso, portanto, uma trajetória léxico > discurso.

(iii) *Quais os pontos de partida e os resultados do processo?* Os pontos de partida da discursivização tendem a ser elementos lexicais que apresentam um valor semântico que se presta a ser estendido para usos textuais e interativos. Para funcionar como preenchedores de pausas, conseqüentes de perdas da linha de raciocínio, nada melhor, por exemplo, do que elementos que checam a comunicação (*sabe?*, *entendeu?*, *sacou?* etc.) (p.71). Por outro lado, os resultados da discursivização tendem a se identificar com elementos lingüísticos que segundo Vincent *et al.* (1993), tendem a apresentar as seguintes características: a) asseguram um ritmo dinâmico aos enunciados emitidos em intervenções longas; b) constituem elementos repetitivos no discurso e não têm valor relacional; c) ocorrem no fim de um sintagma prosódico; d) são fracos e podem sofrer

unesp

redução fonética (MARTELOTTA *et al.*, 1996).

Os trabalhos sobre discursivização normalmente são associados ao processo de gramaticalização. Alguns autores (por exemplo, VINCENT *et al.*, 1993, *apud* MARTELOTTA *et al.*, *op. cit.*) referem-se à discursivização com o termo *pós-gramaticalização* (post-grammaticalization). Esse termo, no entanto, parece impróprio por sugerir um processo posterior à gramaticalização, o que, como apontado acima, nem sempre ocorre. De qualquer forma, dados os pontos de convergência entre os dois processos, é proveitoso verificar como alguns mecanismos e princípios referentes à gramaticalização podem descrever certos aspectos da discursivização, o que pode propiciar um ponto de partida mais fundamentado para lidar com este último processo.

3.3 Discursivização e gramaticalização

Martelotta *et al.* (*op. cit.*), observando o comportamento sintático e as acepções semântico-pragmáticas da partícula *né?*, notam que, por meio de um processo de discursivização, a partícula vem se distanciando de seu sentido original como pergunta referencial ou pergunta não-retórica.

Nesse sentido, propõem que os usos da partícula *né?* sofrem um processo de mudança por discursivização, seguindo a seguinte trajetória: *né?* em pergunta não-retórica > *né?* em pergunta secundariamente orientada para a resposta do ouvinte > *né?* como marcador discursivo > *né?* como preenchedor de pausa. Para eles, a partícula *né?* apresenta duas características básicas dos elementos em processo de discursivização: (i) sofre redução fonética (pois é o resultado da trajetória *não é verdade?* > *não é?* > *né?*); (ii) sofre desgaste semântico (pois passa a funcionar inicialmente como pergunta retórica, que não pede a resposta do ouvinte, e, em seguida, como preenchedor de pausa).

É possível observar já aí a presença de duas das noções referentes à gramaticalização:

a redução fonológica e a alteração semântica. Neste último caso, os autores falam em "desgaste semântico". Essa expressão não deve ser entendida com valor pejorativo. Na verdade, deve ser vista como o uso de um item com ênfase progressivamente menor em seu valor semântico em favor das funções discursivas que pode assumir dado esse seu valor semântico original. Esse traço semântico fundamental persiste nos diversos usos do elemento em discursivização, e parece ser exatamente essa conservação de significado que possibilita a expansão discursiva processada. No caso da partícula *né?* persiste o traço semântico fundamental de "pedido de confirmação", inicialmente uma "confirmação referencial do enunciado" e, com a continuidade do processo, uma "confirmação do discurso do locutor".

O exemplo (1) demonstra o uso como pergunta não-retórica, que marca o início do processo:

(1) Mamãe vai sair hoje, ***né?*** Responda logo, porque, se ela for, eu quero ir com ela.[1]

Os autores afirmam que, nesse exemplo, a partícula *né?* mantém seu sentido original, referente a uma pergunta não-retórica, que, de fato, pede ao ouvinte a confirmação do que foi dito anteriormente. A partícula, então, começa a assumir função discursiva quando marca comentários do falante em relação ao assunto falado. Nesse contexto, a pergunta já começa a se tornar retórica na medida em que, embora tenha estrutura de pergunta e possa, em alguns casos, pedir a resposta do ouvinte, marca comentário do falante, no plano da enunciação, acerca do enunciado. O exemplo (2) ilustra esse caso:

(2) ... o carro estava lá intacto... e tinha muita coisa dentro do carro... tinha muita/ ele era/ época de natal... e ele estava assim... com todos os brindes... ele é o dono de uma *boite*... todos dos brindes da *boite* estavam dentro... camise::ta... essas coisas todas... né? estava tudo dentro do carro... então tinha milhões:: assim... além do carro... e estava tudo

[1] Os exemplos (1)-(4) são extraídos de Martelotta *et al.* (1996).

dentro... neguinho não tinha tirado... nada... incrível... ***né?*** [...]

Aqui, explicam os autores, o *né?* ocorre em final de sintagma com forma de pergunta, que expressa comentário acerca do conteúdo falado. A função do *né?*, nesses contextos, é pedir a aceitação do ouvinte para esses comentários. Essas perguntas, no entanto, são apenas secundariamente orientadas para uma possível resposta do ouvinte, pois o falante não quer propriamente saber a opinião de seu interlocutor a respeito do assunto narrado, mas sua aceitação ou sua concordância.

Martelotta *et al.* (1996) mostram ainda que há casos semelhantes a esse, em que a partícula *né?* marca perguntas essencialmente retóricas, ou seja, perguntas que não pedem efetivamente a resposta do ouvinte. Nesses casos, a partícula já desempenha a função de marcador discursivo, como podemos observar no exemplo seguinte:

(3) ... ele passou em frente à delegacia... e viu o carro dele... aí entrou na delegacia e perguntou "ah... e aí? quer dizer que vocês acharam meu carro?" "não... a gente não achou seu carro não" "Ué... mas como?" e tal "mas... pô... vocês falaram que iam achar..." e tal... ele se fez de desentendido...***né?*** "Vocês...pô... não é possível... cara... vocês falaram que iam achar meu carro..." e tal [...]

Os autores afirmam que, nesse caso, a pergunta marcada pelo *né?* expressa um comentário avaliativo referente à narrativa, mas não pede a resposta do ouvinte.

Esse uso, como marca de comentário do falante em relação ao conteúdo do discurso, constitui um estágio mais definitivo na trajetória de discursivização, que leva progressivamente a partícula *né?* a assumir basicamente três macro-funções distintas, mas não discretas, que se confundem entre si: (i) *né?* com função modalizadora (marcando atenuações, hesitações e reformulações explícitas na fala); (ii) *né?* como marcador de orações de fundo; (iii) *né?* como marcador de tópico (fazendo de sintagmas nominais ou oracionais informações básicas para o que vai ser dito em seguida). Essas três macro-funções estão direta ou

indiretamente ligadas a pós-reflexões decorrentes da improvisação característica do discurso falado e caracterizam os marcadores discursivos (MARTELOTTA *et al.*, 1996).

Com a continuidade do processo, a partícula *né?* assume a função de preenchedor de pausa, um uso mais abstrato, em que a partícula perde o que ainda lhe resta de valor referencial, para se tornar basicamente orientada para a organização do discurso. A partícula deixa definitivamente de ser usada com atenção em seu valor referencial em benefício da função discursiva que pode assumir. Sua função é, então, a de preencher pausas decorrentes da simultaneidade da produção e execução da modalidade falada da língua, que visam a uma reorganização do fluxo da informação ou a uma busca de novas estratégias comunicativas, que, por um motivo ou por outro, passam a ser mais viáveis dentro da seqüência de informações que vai tomando forma lógica no decorrer da construção improvisada do discurso falado (MARTELOTTA *et al.*, *op. cit.*). O exemplo abaixo demonstra essa função de *né?*:

(4) ... mas que adianta um casamento tão lindo... gastam tanto... para no final eh... viv/ fica dois ... três dias... depois se separam... entendeu? eu acho isso aí um absurdo... porque... poxa... eu seu lá... sabe? num... ***né?*** a vida::/ tudo bem... tá tudo difícil... mas a pessoa... eu acho que a pessoa tem que saber... diretamente aquilo que quer...

Os autores explicam que, nesse exemplo, o informante perde, por um momento, a linha de raciocínio e usa outros mecanismos associados a *né?* (*poxa... eu sei lá... sabe?*) para preencher o vazio causado por essa perda, enquanto tenta formular o discurso subseqüente. Trata-se de casos típicos de preenchimento de pausa, pois esses termos praticamente se despojam de seu valor semântico original, para funcionarem como organizadores do discurso. Martelotta *et al.* (*op. cit.* p.291) sintetizam sua análise da partícula *né?* de uma forma que demonstra muito apropriadamente o que seria o processo de discursivização:

unesp

> Em resumo, esse uso como preenchedor de pausa é o mais abstrato de um processo de discursivização em que a partícula *né?*, inicialmente indicadora de pergunta não-retórica, vai perdendo progressivamente suas marcas referenciais, até assumir, como marcador discursivo, as funções de modalizador, de marcador de informações de fundo e de marcador de tópico, todas relacionadas a pós-reflexões decorrentes da criatividade eventual da fala. Apenas com a continuação do processo de discursivização, a partícula passa a funcionar como preenchedor de pausa, perdendo mais radicalmente traços de pergunta ainda presentes nos usos típicos do *né?* como marcador discursivo, tornando-se basicamente orientada para o processamento do discurso.

Além dos processos de redução fonológica e alterações semânticas, também os princípios postulados por Hopper (1991) parecem adequar-se satisfatoriamente à trajetória de discursivização da partícula *né?*. Considerando o princípio da estratificação, podemos observar que a partícula, nos seus quatro estágios de discursivização, mantém uma relação de estratificação com vários outros mecanismos discursivos. O *né?* com função modalizadora (considerada como macro-função), por exemplo, mantém certa variação com itens como *tá?*, *certo?*, *entende?*, *concorda?*. Cada um desses itens obviamente, embora podendo atuar dentro do mesmo domínio funcional (no caso, a macro-função modalizadora), é mais apropriado para exercer certas subfunções específicas. Essa situação, porém, é justamente o caso previsto no princípio da especialização. Também o princípio da divergência parece viável na trajetória de *né?*, pois os diferentes usos da partícula, correspondentes aos diferentes estágios do processo, convivem claramente no português falado e obedecem às coordenadas dos paradigmas em que se situam. Como mencionado acima, o valor semântico fundamental de "pedido de confirmação" se conserva nos diversos usos da partícula *né?*, o que torna pertinente e necessário considerar também o princípio da persistência no estabelecimento de generalizações sobre o processo de discursivização. O princípio da descategorização parece não se aplicar ao caso da partícula *né?*, mas é claramente visível na discursivização de outros itens, como *sabe?*, por exemplo.

unesp

As diversas funções que o conectivo *e* exerce ao longo da organização do discurso parecem compartilhar um mesmo traço semântico, fundamentalmente aditivo, que se manifesta de diferentes modos (assume diferentes nuances) conforme a função do conectivo. E, considerando o caráter mais ou menos evidente desse significado aditivo, parece possível dispor os diferentes sentidos desse significado fundamental num continuum de natureza similar ao que é verificado em itens certamente decorrentes de discursivização, como *né?*. Se esse comportamento se verificar de fato, talvez seja pertinente considerar que o conectivo *e* seja o resultado de um processo de discursivização e que essa seja uma possível explicação para sua multifuncionalidade.

3.4 Resumo

As reflexões desenvolvidas neste capítulo são motivadas por um duplo propósito: sugerir uma alternativa para o desenvolvimento da pesquisa sobre discursivização, aproveitando conceitos e procedimentos metodológicos dos estudos sobre gramaticalização, e propor uma hipótese para explicar a multifuncionalidade do conectivo *e*.



CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 *Corpus*

Este trabalho utiliza dois tipos de *corpus* dado o conhecimento prévio da atuação do conectivo *e* nos domínios ideacional e interpessoal, embora utilize ambos os *corpora* indiferentemente para o levantamento desses dois tipos de ocorrência do conectivo. Um *corpus* consiste em uma amostra de narrativas de experiência pessoal de 60 informantes da cidade de São José do Rio Preto, coletada por uma equipe de alunos sob a coordenação de uma mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Unesp/SJRP para análise de variável sociolingüística (GUIOTTI, 2002). É imprescindível contar com uma amostra desse gênero para a verificação das funções de *e* na delimitação de unidades discursivas e no estabelecimento de certas relações entre elas.

Para completar o levantamento com dados em que intervêm determinações interacionais, o universo de investigação inclui também uma amostragem do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que constitui, por sua vez, uma seleção operada sobre o material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravado com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, historiado por Castilho (1990). Desse *corpus* mínimo, que já vem sendo exaustivamente descrito, são utilizadas as seguintes entrevistas: Porto Alegre: D2 291; Rio de Janeiro: D2 355; São Paulo: D2 360; Recife: D2 005; Salvador: D2 098.

4.2 Metodologia

Após proceder à investigação teórica, apresentada nos capítulos I, II e III, e tendo definido acima o *corpus* da pesquisa, o primeiro passo para a investigação empírica do funcionamento do conectivo *e* é a definição de um conjunto de critérios de análise aos quais

sejam submetidas todas as ocorrências do conectivo encontradas no *corpus*. Estabelecidos, então, grupos de fatores e feito o levantamento de dados, estes são submetidos a processamento eletrônico, por meio do uso instrumental de alguns programas do pacote estatístico VARBRUL, para a obtenção de freqüências de uso e de relações entre determinados grupos de fatores. Após isso, o capítulo V desenvolve a análise dos dados levantados e a interpretação dos resultados obtidos no processamento eletrônico; e o capítulo VI, com base na análise de dados reais de fala, retoma as questões suscitadas nos capítulos iniciais do trabalho, conduzindo a algumas considerações conclusivas. No restante desta seção, são definidos detalhadamente os grupos de fatores que orientam o levantamento de dados.

A primeira tarefa no levantamento de dados consiste em identificar todas as ocorrências do conectivo *e* no *corpus* selecionado e classificá-las conforme o nível em que operam: sentencial (coordenação intra e inter-oracional) ou discursivo, o que é realizado a partir do grupo de fatores 1.

1. Nível de atuação do conectivo
   a. intra-oracional (coordenação de termos)
   b. inter-oracional (coordenação de orações)
   c. discursivo (articulação de unidades discursivas)
   d. casos intermediários

A distribuição dos usos de *e* entre os processos de coordenação e estruturação discursiva, focaliza duas questões principais. Por um lado, permite verificar se a consideração de tal distinção relativamente à natureza e funcionamento do conectivo é possível, pertinente e necessária, em termos teóricos e metodológicos. Por outro lado, em se verificando a pertinência dessa distinção, tal procedimento deve conduzir à definição de um conjunto de critérios que determinem a distinção entre coordenação e estruturação discursiva e que marquem a fronteira entre os dois processos. Esse tratamento, enfim, deve reunir

características gerais definidoras da classe dos coordenadores e da classe dos marcadores discursivos, um dos objetivos centrais deste trabalho.

Os grupos de fatores 2, 3 e 4 são direcionados para levantar as diversas funções desempenhadas por *e*, com o objetivo de descrever a multifuncionalidade que o caracteriza na organização do discurso.

2. Tipos de constituintes oracionais coordenados
   a. coordenação de termos
   b. coordenação de predicados
   c. coordenação de (ou dentro de) restritores
   d. coordenação de operadores e funções
   e. coordenação múltipla
   f. coordenação simultânea
   /. não se aplica (coordenação de orações, articulação de unidades discursivas)

3. Tipo de estrutura coordenada
   a. coordenação de sentenças
   b. coordenação de orações
   c. coordenação de proposições
   d. coordenação de predicações
   /. não se aplica (coordenação de termos, articulação de unidades discursivas)

4. Funções na organização textual-interativa
   a. seqüenciamento retroativo-propulsor
   b. distinção de unidades discursivas (norma textual/desvio da norma)
   c. introdução de tópico
   d. focalização
   e. manutenção/assalto de turno conversacional
   /. não se aplica (coordenação de termos e de orações)

Os grupos de fatores 2 e 3, respectivamente, enfocam o uso de *e* nas coordenações de termos e de orações. Tendo em vista o objetivo central deste trabalho – a descrição da

multifuncionalidade do conectivo *e* – a análise aqui proposta do papel de *e* na organização da sentença consiste fundamentalmente na investigação dos diferentes tipos de estruturas coordenadas que podem ser estabelecidas pelo conectivo, ou seja, a pergunta sobre qual a função de *e* na organização da sentença se traduz na análise de quais estruturas o conectivo pode coordenar[1]. Assim, a tipologia de construções coordenadas postulada por Dik (1997) constitui a base para a análise do nível sentencial. O grupo de fatores 4 trata do levantamento das funções de *e* na organização discursiva mais ampla (no nível textual-interativo).

O grupo de fatores 5 abaixo permite uma extensão um pouco mais específica do que fornece o grupo de fatores 2.

5. Natureza hierárquica do conjunto coordenado
   a. coordenação entre constituintes (coordenação propriamente dita)
   b. coordenação no interior de um constituinte (formação de predicado composto)
   /. não se aplica (coordenação de orações e articulação de unidades discursivas)

Na coordenação de termos, de predicados e de restritores, Dik (*op. cit.*) distingue entre a coordenação desses constituintes propriamente (a coordenação de suas posições na estrutura subjacente) e a coordenação desses constituintes para a formação de um constituinte único, composto (a coordenação se dá, portanto, no interior de uma mesma posição desses constituintes). No caso de termos, a autor fala em *coordenação de termos* e *coordenação inserida num termo*, o que, em Dik (1980, *apud* CAMACHO, 1999), é tratado como *coordenação de termos* e *coordenação intratermos*. Na coordenação de predicados, Dik (1997) similarmente considera a possibilidade de que predicados podem se fundir em uma única unidade semântica e conceitual. Quanto a restritores, o autor distingue a *coordenação de restritores* e a *coordenação dentro de restritores*. Dik (*op. cit.*), no entanto, resolve essa distinção afirmando que esses casos de coordenação inserida no interior de um constituinte

[1] Isso se deve, na verdade, à natureza mais estrutural da relação *e* no nível sentencial, como observado por Halliday e Hasan (1976), relativamente à função do conectivo no nível discursivo.

podem ser analisados por meio de regras de formação de predicado. De qualquer forma, a focalização desse aspecto é consideravelmente relevante para este trabalho, pois explicita uma face da diversidade de funções de *e* e atesta, inclusive, a flutuação do conectivo por níveis diversificados de organização e análise lingüística mesmo numa camada textualmente local como a de termos e predicados (nesse sentido, Dik (1997, p.202-203), referindo-se ao exemplo *O rei e a rainha são um casal feliz*, afirma que, "partindo dos termos separados *o rei* e *a rainha*, uma unidade de nível mais alto pode ser formada e pode ser usada para se referir à entidade constituída pelo par formado pelas entidades designadas pelos dois termos" (grifos meus))[2].

O grupo de fatores 6 dá condições para a verificação do princípio de equivalência funcional entre os membros coordenados e de exceções sistemáticas a esse princípio. A equivalência pressupõe, na coordenação de termos, que os membros desempenhem a mesma função sintática, semântica e pragmática e, na coordenação de orações, que apresentem uma mesma força ilocucionária e o mesmo grau de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional; nos usos de *e* como marcador discursivo, essa verificação não se aplica sempre, pois há casos em que não há dois segmentos materialmente expressos conectados por *e*.

6. Equivalência funcional entre os membros coordenados
   a. presença
   b. ausência
   /. não se aplica (alguns casos de articulação de unidades discursivas)

A *coordenação de orações*, nos termos de Dik (1997), exige que os membros coordenados tenham a mesma ilocução. O autor admite que, sob certas condições, a coordenação de orações com diferentes ilocuções não é totalmente excluída, porém não

[2] Confira o original: [...] *starting from the separate terms* the king *and* the queen, *a higher level unit can be formed which can be used to refer to the entity constituted by the pair formed by the entities designated by the two terms*.

sugere um tratamento mais detalhado para tal situação[3]. Paralelamente, as noções de *coordenação de proposições* e *de predicações* apenas são consideradas quando a estrutura coordenada é encaixada em um predicado de nível mais alto, por exemplo, *acreditar* e *forçar*, respectivamente; e não há considerações mais detalhadas sobre a coordenação de orações independentes com o grau explicitamente expresso de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional, ou com diferentes graus de comprometimento com o fato possível. O grupo de fatores 7, então, admite a possibilidade de definir uma sistematização que dê maior relevância a construções coordenadas em que as duas orações contenham ilocuções heterogêneas entre si ou diferentes graus de comprometimento com a verdade da proposição.

7. Causa da ausência de equivalência funcional entre os membros coordenados
   a. orações com ilocuções diferentes
   b. orações com diferentes graus de comprometimento do falante com a verdade da proposição
   c. quebra da linearidade discursiva (certos casos de articulação de unidades discursivas)
   d. divergência de funções sintática, semântica ou pragmática (coordenação de termos)
   /. não se aplica (presença de equivalência)

O grupo de fatores 8 prevê uma distribuição geral das ocorrências de *e* conforme sua função predominante integre a organização do componente ideacional ou interpessoal do sistema lingüístico. Essa verificação se aplica a todas as ocorrências de *e*, mas privilegia os usos discursivos, para verificar a possibilidade de sistematizar esses usos contextualizando sua função na organização dos componentes ideacional e interpessoal.

8. Componente do sistema lingüístico em que o conectivo opera predominantemente
   a. interpessoal

[3] Na verdade, o autor focaliza um princípio geral de que coordenações heterogêneas quanto à ilocução não podem ser encaixadas, explicando que isso ocorre porque o encaixamento requer um verbo de ato de fala mais alto que está de acordo com a ilocução da oração a ser encaixada e que é difícil encontrar verbos de ato de fala mais altos que sejam compatíveis com ambas as ilocuções.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

b. ideacional

c. função simultânea acentuada na organização de diferentes componentes

O grupo de fatores 9 verifica o caráter simétrico/assimétrico entre os segmentos conectados por *e* e levanta os aspectos que geram a assimetria. Essa análise checa a hipótese de que o estatuto simétrico/assimétrico da relação estabelecida por *e* seja um critério que permita identificar usos mais e menos discursivizados do conectivo.

9. Mudança potencial da ordem dos segmentos conectados

a. relação simétrica

b. ordem estilística

c. relação semântica entre os segmentos conectados (ordem temporal, causa, adversidade, condição, finalidade)

d. motivação discursiva/argumentativa (assimetria decorrente do encadeamento do discurso)

} relação assimétrica

Finalmente, para refletir mais diretamente sobre a hipótese de discursivização discutida no capítulo III, o grupo de fatores 10 focaliza a relação semântico-discursiva entre os segmentos relacionados pelo conectivo, para detectar que valores o significado fundamentalmente aditivo de *e* assume nas suas diversas funções.

10. Relação semântico-discursiva entre os segmentos relacionados por *e*

a. adição propriamente

b. continuação

c. ênfase

O capítulo seguinte compreende a análise e a interpretação dos resultados obtidos na aplicação desses grupos de fatores e o capítulo VI apresenta algumas alternativas de sistematização das questões trabalhadas na pesquisa, suscitando as considerações conclusivas e alguns passos prospectivos possíveis, sintetizados na seção final.

unesp

CAPÍTULO V

ANÁLISE DE DADOS

5.1 Níveis de atuação do conectivo *e*

O primeiro procedimento do levantamento de dados consistiu na classificação dos usos de *e* conforme o nível em opera: sentencial (coordenação de termos e de orações) ou discursivo (articulação de unidades discursivas), ou, ainda, casos intermediários. Durante o levantamento, três critérios se mostraram relevantes nessa primeira segmentação geral do funcionamento do conectivo. São eles:

(i) presença de dois (ou mais) membros coordenados;
(ii) equivalência funcional entre os membros coordenados;
(iii) escopo da função textual e/ou grau de saliência da função interacional do conectivo.

Vejamos como esses critérios se aplicam aos diferentes usos de *e* que essa primeira manipulação dos dados permitiu distinguir. Consideremos inicialmente os exemplos (1) e (2).

(1) aí eu ***i*** a DeNIzi:: saimu correndu né (NEP 15).

(2) nós távamus tomandu uma cerveja cuns amigus... ***e*** um dus amigus contô ... uma piadinha lá quele tinha pegadu na iterneti ... (NEP 23).

(1) e (2) representam casos bem claros de coordenação. Em (1), são coordenados dois termos que desempenham, ambos, as funções de Sujeito, Agente e Tópico. Em (2), a coordenação incide sobre duas orações que apresentam a mesma força ilocucionária, o mesmo grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição e estados de coisas do mesmo tipo. Nesses dois casos, portanto, há claramente dois membros coordenados, que

apresentam equivalência funcional entre si, e o escopo da relação estabelecida pelo conectivo não ultrapassa o nível da sentença em que ele ocorre.

A situação se torna mais complexa no exemplo (3), que parece representar uma situação limítrofe entre um processo de coordenação e um processo mais amplo de seqüenciamento retroativo-propulsor.

(3) eu acho que comer é uma, uma coisa muito séria porque o homem fica muito vinculado a uma dependência ***e*** acho que o co(mer) o comer está exatamente dentro dum prato requintado, bem apresentado, uma mesa bem posta ***e*** que o, eu não sinta, exatamente aquela, aquele momento a necessidade de comer, mas também um prazer (NURC-D2-PA-291:3).

Por um lado, (3) conserva uma organização muito semelhante a uma estrutura tipicamente coordenada: ***eu acho*** [...] ***e*** ***acho que*** [...] ***e*** ***que*** [...]; as orações, inclusive, compartilham o tópico comum "comer". Por outro lado, as orações são associadas de forma relativamente frouxa: o falante não imprime à construção um paralelismo estrutural mais rígido (como em estruturas coordenadas típicas) e as orações são interrompidas, reformuladas; isso aproxima o segmento discursivo em questão da situação em que novas porções textuais vão sendo adicionadas, por meio de *e*, ao texto já enunciado.

Um emprego igualmente intermediário entre um uso mais estrutural e um mais discursivizado é o ilustrado em (4).

(4) eu pensava em ficá aqui dentru ***i*** se ele abri a porta? (NEP 19).

Nesse caso, há explicitamente duas orações relacionadas pelo conectivo, mas não há equivalência funcional entre elas, pois as orações possuem forças ilocucionárias diferentes. Essa ausência de equivalência funcional tem um efeito muito relevante, pois direciona o foco para o componente interpessoal do sistema lingüístico, de um modo diferente de (2), em que



ambos os membros conectados apresentam ilocuções declarativas sem nenhum outro efeito perlocucionário sobre o interlocutor senão o de simplesmente transmitir informação. Assim, é difícil identificar se (4) constitui uma estrutura coordenada que se resolve no nível mais local e estrutural da sentença ou se se trata de um procedimento no nível da organização textual-interativa. Esse certamente é também um caso limítrofe entre coordenação e estruturação discursiva.

A tabela 1 evidencia a presença/ausência de equivalência funcional como um critério para a distinção entre coordenação e estruturação discursiva: a presença de equivalência funcional diminui à medida que o nível de análise se torna mais abrangente.

Tabela 1: Presença/Ausência de equivalência funcional entre os segmentos conectados por *e*

		Presença de Equivalência Funcional	**Ausência de Equivalência Funcional**	**Total**
Intra-sentencial	N	114	1	115
	%	**99,0**	1,0	25,0
Intersentencial	N	187	5	192
	%	**97,0**	3,0	42,0
Discursivo	N	36	109	145
(Textual-interativo)	%	**25,0**	75,0	32,0
Intermediário	N	4	1	5
	%	80,0	20,0	1,0
Total	N	341	116	457[1]
	%	75,0	25,00	100,0

Consideremos agora os exemplos (5), (6) e (7).

[1] Os dados totais de algumas tabelas não coincidem devido aos casos em que a propriedade analisada não se aplica; a presença/ausência de equivalência funcional, por exemplo, não se aplica nos usos de *e* como MD em que não haja dois segmentos discursivos conectados expressos.

(5) Inf. só tinha essa escola no bairru... ***i*** eu saía dez horas da escola ***i***::.. por incrível qui pareça...

Doc. [dez horas da noite?

Inf. NÃO da manhã ((vozes)) eu era pequena... tinha u quê TINHA dez anus mais ou menus... foi que eu me lembru mais assim que eu... passei medu... ***i***::ah:: eu saía dez horas ***i***:: eu tinha qui vir pra minha casa né... qui minha mãe trabalhava meu pai trabalhava mas eu vinha almoçava e ficava na casa duma vizinha... aí na hora ***i***:: nesse dia a polícia tava perseguinu um cara... (NEP 19).

(6) L2 mas então foi-se prorrogando a validade do concurso

L1 ***e*** daí você só ter sido chamada ... (NURC-D2-SP-360:18).

(7) L2 (eu acho que a coisa) é humana ((risos)) né?

[

L1 é humano né? a::

L2 é humano

L1 defendem o::

L2 é ... e:: ***e*** é verdade porque para a mulher ... (NURC-D2-SP-360:20).

O exemplo (5) já constitui um caso mais claro de estruturação discursiva. (5) conserva uma semelhança com o processo de coordenação devido à presença de orações aparentemente coordenadas (como na coordenação de três, quatro ou mais membros) e à equivalência funcional entre elas. No entanto, algumas características (como a alta freqüência de uso, a ocorrência de pausa seguindo o conectivo e o alongamento prosódico) evidenciam que as orações são "coordenadas" não para a construção de sentenças, mas cada uma é conectada a todo um bloco textual precedente para a construção de uma unidade maior, no caso, uma narrativa.

(6) e (7) constituem casos prototípicos de estruturação discursiva. Em (6), os membros "coordenados", embora possam ser identificados e apresentar equivalência funcional, pertencem a turnos de interlocutores alternados. Trata-se, na verdade, de um procedimento de assalto a turno conversacional, o que constitui um mecanismo de coesão discursiva (no

sentido de que integra uma das formas pelas quais os falantes alternam turnos de fala e dão continuidade ao discurso) e concentra a prioridade no componente interpessoal. No exemplo (7), enfim, o conectivo *e* é claramente um marcador discursivo, pois não há um segmento anterior à sua ocorrência com o qual o segmento por ele introduzido poderia formar uma estrutura coordenada mais característica e o conectivo tem um papel fortemente interacional, exercendo a função de focalizador.

Esses fatos evidenciam uma propriedade definidora na postulação da relação entre coordenação e estruturação discursiva e do próprio conceito de discurso. Em todos os exemplos de (5) a (7), o conectivo exerce a função de MD, mas manifesta propriedades diferentes. Em (7), *e* exerce um papel especial no componente interpessoal, mas o seu uso não incide sobre unidades discursivas extensas, limitando-se à sentença em que ocorre, colocando em foco a proposição *é verdade*. Em (5), ao contrário, a função principal do conectivo, que lhe confere o estatuto de MD, é exatamente estruturar unidades discursivas inteiras. Em (6), por outro lado, o caráter discursivo de *e* se deve tanto a uma função coesiva de continuidade discursiva (que compreende uma grande extensão do discurso), quanto a uma função interacional de disputa de turno de fala. Portanto, o estatuto discursivo do conectivo parece ser o resultado da interação e do contrabalanceamento entre uma <u>função textual</u>, como organização lingüística (ligada ao componente ideacional) acima da sentença e uma <u>função interacional</u> (que integra o componente interpessoal do sistema lingüístico). Em resumo, o conectivo *e* é um marcador discursivo se articula porções textuais acima da sentença e/ou se exerce uma função interacional altamente relevante.

Sem ignorar a natureza gradual entre coordenadores e marcadores discursivos, este trabalho considera, para efeito metodológico, funções como as exemplificadas em (1)-(4) como casos de **coordenação** e funções similares a (5)-(7) como processos de **estruturação discursiva**. Essa distinção se mostrou relevante durante o levantamento de dados, e os três critérios definidos acima, adequados e suficientes para proceder a essa análise. Dessa forma,

unesp

convém analisar inicialmente as ocorrências de *e* nos níveis intra-sentencial, intersentencial e discursivo separadamente, considerando as diferentes funções do conectivo, e em seguida algumas propriedades que perpassam todos os níveis.

Assim, este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: as seções (5.2), (5.3) e (5.4) tratam, respectivamente, da análise das ocorrências de *e* classificadas como *coordenação de termos*, *coordenação de orações* e *articulação de unidades discursivas* (*e*-MD) e (5.5) verifica que diferentes valores semântico-discursivos o conectivo assume nas suas diversas ocorrências.

5.2 *e*-coordenador: coordenação de termos

O levantamento de dados permitiu identificar os seguintes tipos diferentes de coordenações dentre as aqui agrupadas sob o rótulo geral de *coordenação de termos*:

(8) ela se dedica exclusivamente ... à dona de casa ***e*** à mãe (NURC-D2-SP-360:19).

(9) eli virô ***i*** falô (NEP 23).

(10) é estrada de primeira classe ***e*** ( ) asfaltada categoria especial (NURC-D2-BA-098-4).

(11) Doc. seus filhos estão com que idade H.?
L2 com três ***e*** cinco anos (NURC-D2-SP-360:9).

De acordo com a tipologia de construções coordenadas definida por Dik (1997), (8) é *coordenação de termos*, (9) é *coordenação de predicados*, (10) é *coordenação de restritores* e (11) é uma *coordenação de operadores*. Os demais tipos de coordenação postulados por Dik (*op.cit.*) no nível intra-oracional não ocorreram no *corpus*, o que não invalida sua postulação, pois parecem ocorrer naturalmente em situações de interação verbal.

Por outro lado, o conectivo se mostrou igualmente relevante na coordenação entre

posições de termos e na coordenação no interior de uma mesma posição para a formação de um termo complexo, que, considerando especificamente a *coordenação de termos* (em oposição à de *predicados*, *restritores* etc), são denominadas, respectivamente, *coordenação inter-termos* e *coordenação intra-termos* (DIK, 1980 *apud* CAMACHO, 1999). Esse fato atesta a dinamicidade do funcionamento de *e*, operando naturalmente em níveis hierárquicos distintos. (12) e (13) exemplificam os respectivos usos de *e*.

(12) ele ***e*** o Barte é que vão pra cozinha (NURC-D2-POA-291:4).

(13) eu tive que pagar vinte ***e*** três mil cruzeiros (NURC-D2-RJ-355:5).

Como mencionado acima, a presença/ausência de equivalência funcional e a relação simétrica/assimétrica entre os membros coordenados se verificam em todos os níveis de atuação do conectivo. A coordenação de termos, contudo, apresenta uma maioria quase absoluta de construções com equivalência funcional, como mostra a tabela 1 acima, e a maior incidência de coordenação simétrica (a seção (5.5) discute esses percentuais).

Apenas o caso (14) manifesta ausência de equivalência funcional, decorrente de uma certa divergência de função semântica entre os membros (de forma relativamente similar a exemplos clássicos da literatura, como *conheço-o de vista* ***e*** *de chapéu*, de Machado de Assis). E na coordenação de termos, além da incidência mais significativa da relação simétrica (relativamente à coordenação de orações e à articulação de unidades discursivas), as construções assimétricas decorrem sobretudo de motivações de ordem estilística (15), e não de alguma relação semântica entre os membros, sendo logicamente possível a mudança potencial de ordem.

(14) L2 a BR-262 já tá pronta né?
L1 tá ... pronta ... ***e*** linda ... (NURC-D2-BA-098:4).

(15) a gente tava passeando prá lá ***i*** pra cá (NEP 08).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Esses dados evidenciam a natureza mais estrutural da coordenação de termos, com a função predominante da conjunção de conteúdos, em que *e* tem um sentido efetivamente aditivo. A esse respeito, os dados mostram que, em 100% dos casos de coordenação de termos, o conectivo opera no componente ideacional do sistema lingüístico e no domínio cognitivo referencial.

5.3 *e*-coordenador: coordenação de orações

Como no caso da *coordenação de termos*, analisar as funções de *e* no nível da *coordenação de orações* significa basicamente (dado o caráter mais estrutural desse uso de *e*) verificar que diferentes tipos de estruturas podem ser coordenadas pelo emprego do conectivo. A tabela 2 mostra os resultados dessa verificação.

Tabela 2: Tipo de estrutura coordenada

		sentenças	**orações**	**proposições**	**predicações**	**total**
coordenação	N	18	167	6	1	192
de orações	%	9,0	87,5	3,0	0,5	100,0

Os dados revelam duas características mais relevantes: (i) a diversidade de empregos de *e* considerados aqui sob o rótulo geral de *coordenação de orações* pode ser satisfatoriamente analisada considerando os quatro tipos de estruturas coordenadas postulados por Dik (1997), *coordenação de sentenças*, *de orações*, *de proposições* e *de predicações*; (ii) como mostra a tabela, a maioria quase absoluta dos casos se trata de *coordenação de orações*, o que evidencia que esse constitui o caso típico de estrutura coordenada no nível inter-sentencial[2].

[2] A expressão *coordenação de orações* é usada aqui tanto num sentido mais geral, em oposição à *coordenação de termos* e à articulação de unidades discursivas, quanto no sentido mais específico utilizado por Dik (1997), em oposição à *coordenação de sentenças, de proposições* e *de predicações*. Portanto, para evitar ambigüidades, quanto se tratar deste último caso, a expressão deve vir acompanhada da referência a Dik, da seguinte forma: *coordenação de orações (Dik)*.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

A *coordenação de orações* (Dik) compreende a coordenação de orações sintaticamente independentes e de orações encaixadas em um predicado verbal de ato de fala, como *dizer*; a primeira situação, contudo, é disparadamente mais comum. Os exemplos (16)-(19) são representativos dos casos encontrados no *corpus* com maior freqüência.

(16) aí u luís foi tentá ligá nu mateus pá tirá satisfação u mateus disligava u telefone na cara deli... aí u luís ficô muitu PUtu... ***i*** foi lá na casa du mateus tirá satisfação... (NEP 03).

(17) NU qui eu tô INDU pra lá...qui eu desci du carru...fui pegá minha subrinha du carru abri a porta ***i*** sigurei pela janela...a porta du carru... (NEP 11).

(18) eli foi lá ***i*** tentô consertá a tor::nera (NEP 17).

(19) o menino detesta escola...então::... ele acor::da ... ***e*** te pergunta do quarto dele se tem aula ... (NURC-D2-SP-360:11).

De acordo com o levantamento de dados, (16)-(19) podem ser considerados como exemplos do que é prototipicamente o processo de coordenação de orações.

Embora pouco recorrentes como mostra a tabela 2, também ocorreram no *corpus* casos de *coordenação de sentenças*, *coordenação de proposições* e *coordenação de predicações*, exemplificadas em (20), (21) e (22), respectivamente.

(20) o que acontece é o seguinte o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa...**entendeu**...com uma lagezinha bem fininha ***e*** botar em cima um depósito de/ de/ de PEso muito grande...a casa cai...entende... (NURC-D2-SSA-098:5).

(21) agora quando ele **viu** que os irmãos aprendiam francês...***e*** ele só que não falava...então ele...quis aprender francês também (NURC-D2-SP-360:41).

(22) ele é capaz mas não gosta de estudar...e ele **gosta** MUIto:: de desmontar coisas ***e*** montar...ele descobre o porquê das coisas (NURC-D2-SP-360:36).

unesp

O levantamento forneceu alguns esclarecimentos acerca do processo de coordenação. Em primeiro lugar, Dik (1997) salienta que *sentenças* podem ser coordenadas entre si, mas não podem ser coordenadas e encaixadas em predicados de nível mais alto. Essa afirmação se confirma nos dados analisados, já que, dos casos de estruturas coordenadas encaixadas, nenhum consiste em coordenação de sentenças.

Em segundo lugar, que é o fato esclarecedor aqui, os dados mostram que só é pertinente falar em coordenação de proposições e coordenação de predicações quando se trata de estruturas encaixadas em predicados de nível mais alto, respectivamente, proposicionais e predicacionais, como em (21) e (22) acima[3]. Quando as orações são sintaticamente independentes, elas contêm todas as camadas da estrutura subjacente da oração, e, portanto, o que ocorre é uma *coordenação de orações* (Dik), cada uma delas com todas as camadas subjacentes preenchidas. Mesmo, por exemplo, nos casos em que duas orações coordenadas apresentam satélites proposicionais explícitos (como no exemplo hipotético em (23)), que aparentemente fazem a relação de coordenação incidir sobre a camada da proposição ou dão ênfase a essa camada, não convém falar em coordenação de proposições.

(23) O José **realmente** foi ao centro ***e*** o Pedro **talvez** vá também.

Nesses casos, o que ocorre, simplesmente, é a *coordenação de orações* (Dik) com manifestação explícita do comprometimento do falante com o conteúdo proposicional do enunciado ou orações com diferentes graus de comprometimento do falante.

A *coordenação de orações* (Dik), porém, pode se dar naturalmente entre orações estruturalmente independentes, como em (16)-(19) acima, que é o caso majoritariamente presente no *corpus*, e entre orações encaixadas em predicados verbais de ato de fala (como em

[3] Essa questão foi também esclarecida em discussão pessoal com Kees Hengeveld, por ocasião da II Jornada de Estudos Funcionalistas, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF) na Unesp/S. J. Rio Preto, em julho de 2004.

(24)), que projetam, como seu complemento, orações com força ilocucionária própria, ou seja, com a estrutura subjacente completamente preenchida. Trata-se, na verdade, de observações de certa forma já presentes em Dik (1997), mas pouco enfatizadas e por vezes não muito evidentes.

(24) aí eli falo assim bom a outra opção é eu cortá u dedu amputá u dedu ***i*** ce vai sem u dedu (NEP 11).

A análise permitiu verificar a relevância do princípio de equivalência funcional na configuração do processo de coordenação e confirmar a hipótese de que a diminuição do grau de equivalência funcional constitui um dos principais fatores que determinam a passagem de um uso mais estrutural do conectivo para um uso discursivamente mais amplo, estruturalmente mais livre. A esse respeito, como mostra a tabela 1 acima, o levantamento de dados levou a identificar os casos típicos de coordenação de orações e alguns poucos casos que, embora, em termos de sistematização, possam ser considerados coordenação, constituem exatamente casos limítrofes ou intermediários entre a organização sentencial e a organização discursiva mais ampla; (4), repetido em (25), e (26) são as ocorrências encontradas no *corpus* mais representativas dessa situação.

(25) eu pensava em ficá aqui dentru ***i*** se ele abri a porta? (NEP 19).

(26) a nossa conversa está em torno de dinheiro, de inflação, de desvalorização de moeda ***e*** **eu acho** que primeiro por incapacidade minha, despreparo em relação a mercado de capitais, e, a outros (NURC-D2-RJ-355:6).

A equivalência funcional implica que os membros coordenados apresentem a mesma força ilocucionária, o mesmo grau de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional e o mesmo tipo de estado de coisas, e se localizem na mesma camada da estrutura subjacente. Porém, a construção mais se afasta da coordenação prototípica quando a

ausência de equivalência se dá nas camadas do ato de fala (25) e da proposição(26).

Casos como (25), especialmente, conservam uma semelhança com a coordenação prototípica, mas têm um caráter fortemente interacional, já que a segunda oração, uma interrogativa, é diretamente dirigida ao interlocutor; e, inclusive, esse emprego de *e* é tratado em diversos trabalhos como exemplo de marcador discursivo. Assim, parece adequado considerar tais situações como um dos pontos intermediários, limítrofes entre os processos de coordenação e de estruturação discursiva.

A noção de equivalência funcional, num sentido restrito, deveria, em princípio, se estender à camada da predicação, como mencionado, exigindo que as orações representassem estados de coisas estritamente similares, o que oporia (27) a (28), o primeiro apresentando equivalência, e o segundo não.

(27) <u>três es/ vão para o colégio</u> ***e*** <u>dois vão para uma ... um cursinho ... de matemática</u> ... (NURC-D2-SP-360:5).

(28) <u>eli voltô sim depois di uma meia hora</u> ***i*** <u>falô assim qui u bancu tava MUItu cheiu</u>... (NEP 31).

(27) e (28) constituem casos tradicionalmente conhecidos como coordenação simétrica e assimétrica, respectivamente (cf. LAKOFF, 1971). Nesse sentido, tratar-se-ia, portanto, de considerar a assimetria na construção coordenada como um fator de ausência de equivalência funcional. No entanto, casos como (28) são arrolados na bibliografia sobre o assunto como manifestações típicas de coordenação e, inclusive, no levantamento de dados, se mostraram como a construção majoritariamente recorrente (ver (5.5) abaixo). Portanto, parece mais adequado tratar a noção de equivalência funcional num sentido mais amplo, dado o objetivo aqui de considerá-la como um critério de distinção entre coordenação e estruturação discursiva, permitindo relacioná-la apenas às camadas da proposição e do ato de fala.

Finalizando esta seção, convém observar que os dados evidenciam ainda o

comportamento do conectivo *e*, no nível da sentença, como um caso de ambigüidade pragmática, como mostram Sweetser (1991) e Camacho (1999). Além do uso mais comum como conjunção de conteúdo, no domínio referencial, o conectivo flutua pelos domínios ilocucionário e epistêmico, como ilustram respectivamente os exemplos (25) e (26) logo acima.

5.4 *e*-marcador discursivo

Funções de *e* na organização textual-interativa

Uma das características do funcionamento de *e* que mais chamou a atenção ao longo da análise foi a simultaneidade de funções de *e*-MD numa mesma ocorrência. Esse aspecto do comportamento do conectivo já era previsto, o que, aliás, conduziu à ênfase dada, no capítulo I, à natureza altamente integrada dos componentes do sistema lingüístico. No entanto, essa tendência se mostrou muito mais marcante do que o esperado e do que o mencionado na bibliografia sobre o assunto, como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Componente do sistema lingüístico em que o conectivo opera predominantemente

		Interpessoal	**Ideacional**	**Simultâneo**	**Total**
Intra-sentencial	N	0	115	0	115
	%	0,0	**100,0**	0,0	23,0
Intersentencial	N	10	182	0	192
	%	5,0	**95,0**	0,0	38,0
Discursivo	N	13	26	154	193
(Textual-interativo)	%	7,0	13,0	**80,0**	38,0
Intermediário	N	0	5	0	5
	%	0,0	100,0	0,0	1,0
Total	N	23	328	154	505
	%	5,0	65,0	30,0	100,0

As ocorrências de *e* como coordenador se localizam quase absolutamente no interior do componente ideacional, como mostra a tabela acima, o que evidencia um estatuto mais delimitado do uso de *e* como coordenador, aplicando-se à conjunção de conteúdo. No entanto, na grande maioria dos usos de *e* como MD, é possível identificar duas funções muito semelhantes, mas de naturezas distintas, ligadas, respectivamente, à organização dos componentes interpessoal e ideacional do sistema lingüístico, o que atesta um funcionamento discursivamente mais livre, mais diversificado do conectivo.

Nesse sentido, o restante desta seção se destina à análise das diferentes funções do *e*-MD identificadas no *corpus*. Para introduzir a análise específica de cada função, a tabela 4 apresenta seus resultados quantitativos.

Tabela 4: Funções discursivas do conectivo *e*

		Seqüenciamento Retro-prop	**Distinção Unidades**	**Introdução Tópico**	**Manutenção/ Assalto de Turno**	**Focalização**	**Total**
e-MD	N	105	30	15	22	21	193
	%	54	15	9	11	11	100

Seqüenciamento retroativo-propulsor

Observemos uma narrativa em que *e* exerce a função de *seqüenciamento retroativo-propulsor* (termo emprestado de Gorski *et al.*, 2003):

(29)

1 Inf. bom éh:: a situaçãu dididi pirigu mais recenti ... fo::i quandu eu tava viajanu
2 ... eu dô aula fora também ... ***i***:: já tava iscuru era umas oitu horas da noiti
3 mais ou menus ... ***i***:: u carru qui tava na minha frenti ... era uma pista dupla a
4 gente tava ultrapassanu um caminhão ... éh:: ***i***::ne/nessi pontu da rodovia
5 tinha um postu di gasulina i uma pessoa tava atravessanu ... aa pista ***i***:: mas
6 era iscuru ... ***i***:: comu a genti tava ultrapassanu u caminhão ...

7 Doc. Uhun
8 Inf. u carru qui tava na minha frenti .. éh:: atropelô ... essa pessoa ... *i*:: só qui eu
9 num vi... nada purqui tava iscuru divia tá uns::... sei lá uns:: cinqüenta metrus
10 atrais... *i*:: eu num NA::da (...) eu só vi qui u carru da frenti começô brecá ...
11 vi a luz de freiu acendunu ...
12 Doc. Uhum
13 Inf. i eu já diminuí a velocidadi ... éh:: *i* u cara parou u carru na frenti i:: engatô a
14 ré ... intãu acendeu a luz di ré ... aí eu achei MU::itu istranhu ... aí eu puxei u
15 meu carru prá direita um pocu ... falei ah alguma coisa né? pedra buracu
16 enfim ... nu momentu qui eu puxei u meu carru pra direita ... u:: cara qui tinha
17 sidu atropeladu tava vindu rolanu pela pista ... intãu u:: carru da frenti passô
18 ... por/pelo/atropelô essi cara só qui u cara continuô na pista ...i eu ia:: passá
19 por cima deli literalmenti né? tava iscuru ... *i* eu assim pur intuiçãu falei bom::
20 u carru parô devi sê alguma coisa i Puxei prá direita ... quandu eu puXEI prá
21 direita u cara passô rolanu du meu ladu ... [...] (NEP 01).

Nessa narrativa, o informante conta o episódio de um dia em que, dirigindo um carro por uma rodovia, quase passou por cima de uma pessoa caída na pista que havia sido atropelada pelo carro que estava uns cinqüenta metros a sua frente. Como em qualquer narração quotidiana, uma série de acontecimentos vai sendo encadeada numa seqüência cronologicamente organizada, para a construção da história final. Dentre os vários recursos lingüísticos utilizados para o encadeamento das ações, o uso do conectivo *e* é um dos mais característicos. Nesse pequeno trecho narrativo, podemos observar 9 ocorrências do conectivo desempenhando essa função (casos em que *e* aparece destacado). Nessas ocorrências, *e* é utilizado ou para adicionar um novo fato à seqüência narrativa ou para acrescentar alguma informação de fundo necessária à compreensão do contexto situacional em que se dão os fatos narrados.

O maior problema nesse tipo de ocorrência do conectivo é identificar se ele é, de fato, um MD, operando no nível textual-interativo, ou se é um coordenador, atuando na organização sentencial.

Segundo Lakoff (1971), para que uma coordenação possa ser realizada, é preciso haver a possibilidade de estabelecer uma "pressuposição" a respeito da existência de um tópico comum entre as orações conectadas, ou seja, os membros coordenados devem ter alguma coisa a ver um com o outro. O autor identifica três tipos diferentes de pressuposição a respeito da existência de um tópico comum entre os membros coordenados: na primeira, o tópico comum é representado por um mesmo item lexical nas duas orações coordenadas, na segunda, as orações representam um mesmo tipo de estado de coisas, e, na terceira, o tópico comum é depreendido a partir de conhecimento de mundo e/ou de deduções lógicas dos interlocutores.

Quanto às ocorrências do conectivo *e* grifadas na narrativa acima, parece não ser possível identificá-las com nenhum desses três tipos de coordenação. Vejamos a primeira ocorrência.

(30) ?... eu dô aula fora também ...*i*:: já tava iscuru era umas oitu horas da noiti mais ou menus...

Considerando a presença de um tópico comum, (30) não parece um tipo padrão de coordenação. Uma construção mais recorrente seria algo como (31) e (32):

(31) eu dô aula fora também ***i*** intãu tenhu qui viajá toda semana.

(32) tava difícil di dirigi purqui tava chuvenu ***i*** já tava iscuru era umas oitu horas mais ou menus.

Mesmo se pensarmos que a oração *eu dô aula fora também* é apenas uma oração intercalada e que, na verdade, as orações coordenadas sejam *eu tava viajanu* e *já tava iscuru era umas oitu horas da noiti*, ainda assim o resultado seria uma construção, no mínimo, atípica. A mesma situação pode ser verificada nas demais ocorrências do conectivo grifadas

na narrativa. A função desse tipo de ocorrência de *e* parece não ser a de ligar, num nível local, a oração que introduz à oração imediatamente anterior, mas a de ligar, num nível global, a oração (ou grupo de orações) que introduz a todo o bloco discursivo precedente. O segmento introduzido pelo conectivo vai constituir mais uma das muitas informações necessárias à construção da informação global, não propriamente à organização local do conteúdo informacional de uma sentença. Por isso, parece pertinente conceber esse tipo de ocorrência de *e* não como um coordenador, mas como MD, atuando como mecanismo de continuação discursiva.

Essa noção é corroborada por duas características presentes em praticamente todos os casos de *e* que desempenham essa função: (i) há um número relativamente grande de conectivos num pequeno trecho textual e (ii) quase sempre *e* é precedido de alongamento de vogal e/ou pausa e/ou seguido também de alongamento e/ou pausa. A ocorrência mais comum é a de um *e* alongado precedido de pausa. Essa característica é uma marca formal decorrente das condições de produção da modalidade falada da linguagem. Como, nessa modalidade, a produção e a execução do discurso são simultâneas, a fala é marcada, entre outros aspectos, por truncamentos, correções, pausas e alongamentos, estes dois últimos para preencher o tempo em que o falante está planejando o discurso subseqüente.

Nesse sentido, o emprego de *e* alongado é estratégico: como esse conectivo parece conservar em qualquer ocorrência um valor semântico de adição, seu uso serve para ligar (para "engatar", para propor como relacionado) o que o falante vai dizer ao que já vem sendo dito, independentemente do que venha a ser dito, pois, ao que as ocorrências de *e* indicam (sobretudo aquelas em que é precedido por pausa e seguido de alongamento prosódico), é comum o falante usar o conectivo e ainda estar planejando a continuação de sua fala.

Isso explica por que é difícil fazer uma pressuposição sobre um tópico comum entre as orações imediatamente ligadas pelo conectivo e por que ocorrem construções "aparentemente estranhas", como a estabelecida pelo *e* da linha 6. Em termos de tópico comum, o que se pode

unesp

dizer das orações ligadas pelo conectivo é que compartilham um "tópico discursivo global", introduzido no início da narrativa, no caso específico aqui analisado, "um acidente de carro, numa rodovia, durante uma viagem". A presença desse tópico discursivo global não confere aos usos do conectivo o estatuto de coordenador, mas corrobora a idéia de que os enunciados por ele introduzidos tratam da expansão desse tópico global. Situação diferente é a verificada nas ocorrências não grifadas das linhas 5, 13, 18, e 20. Há nesses casos uma ligação em nível local, que tem como escopo um tópico oracional, como podemos verificar em (33) e (34), por exemplo, correspondentes às ocorrências das linhas 5 e 13 respectivamente:

(33) [nessi pontu da rodovia] tinha um postu di gasulina ***i*** uma pessoa tava atravessanu

(34) [eu] só vi qui u carru da frenti começô breca ... vi a luz di freiu acendenu ... ***i*** já diminuí a velocidadi

Essas ocorrências de *e*, em comparação com as ocorrências grifadas na narrativa, são bons exemplos para evidenciar a atuação do conectivo aditivo em diferentes níveis e para contrapor seu uso como coordenador a seu uso como MD.

Os usos de *e* com função de seqüenciamento retroativo-propulsor integram em princípio o componente formador de texto do sistema lingüístico (especificamente o textual-externo), já que constituem um mecanismo de coesão textual. Porém, esses usos superficializam, principalmente, uma função de continuidade tópica, ligada ao componente ideacional, e também uma função de manutenção de turno conversacional, que integra o componente interpessoal da linguagem.

Na narrativa em (29), as ocorrências de *e* com função de seqüencialmente retroativo-propulsor constituem um dos mecanismos por meio dos quais o informante descreve cenários e elenca os fatos que ocorreram durante sua viagem, e que narram o acidente que o informante presenciou, constituindo, assim, uma forma de continuidade tópica:

unesp

a. já tava iscuru era umas oitu horas da noiti mais ou menus;
b. era uma pista dupla a gente tava ultrapassanu um caminhão;
c. nessi pontu da rodovia tinha um postu di gasulina i uma pessoa tava atravessanu;
d. eu num vi ... nada;
e. u cara parou u carru na frenti;
f. eu assim pur intuiçãu falei bom:: u carru parô devi sê alguma coisa.

Também a função de manutenção de turno conversacional pode ser considerada sob a responsabilidade de *e* nessas ocorrências. Essa função na narrativa em (29) não é muito evidente, pois, como o informante é convidado a falar livremente, naturalmente, sem intervenções do documentador, ou seja, como não se trata de interação dialogada, não há preocupações com processos de disputa de turnos de fala. Em textos dialogados, por outro lado, a presença dessa função do conectivo é mais explícita, como fica evidente em outros exemplos no decorrer da seção.

Reconhecer, enfim, essas duas funções numa mesma ocorrência significa olhar para o conectivo e buscar a contribuição que oferece para a organização ideacional e interpessoal do discurso.

Distinção de unidades discursivas

A investigação do uso de *e* em associação a outros mecanismos para a delimitação de unidades discursivas parte da observação de Schiffrin (1987) a respeito do uso de *and* em oposição a "zero" e a *so* para distinguir as estruturas de *foreground* e *background* em textos narrativos e as estruturas de "suporte" e "posição" em textos argumentativos. Nessa função, o conectivo pode ocorrer em duas posições distintas: (i) em nível local, ou seja, dentro das estruturas de *foreground* e *background* em narrativas ou ligando argumentos dentro do

suporte em textos argumentativos; (ii) em nível global, isto é, ligando *foreground* a *background* e suporte a posição. O exemplo (35) ilustra o uso de *e* em contraste com *então*:

(35)

1 L2 na minha casa de manhã
[
2 L1 ( )
3 L2 é uma loucura ((risos))
4 L1 na minha casa também porque...saem...ahn::cinco...comigo de manhã
5 L2 ahn
6 L1 às sete horas...
7 L2 ahn
8 L1 para irem para a escola
9 L2 uhn uhn
10 L1 três es/ vão para o colégio e dois vão para uma...um cursinho...de matemática...
11 e o menor então esses cinco saem...e vão...para Pinheiros...
12 L2 uhn uhn...
13 L1 quando não é não é dia do meu marido ir para a faculdade eu fico por Pinheiros
14 e volto para casa agora em dois dias da semana eu levo faculdade também...não é?
15 *e*::depois volto para casa mas chego já apronto o outro para ir para a escola...
16 o menorzinho...
17 *e* fico na::quelas lides domésticas
[
18 L2 ahn ahn
19 L1 *e*::uma coisa e outra...
20 *e*::...agora à tarde vão dois para a escola mas...tem ativi/ os que ficam em casa
21 têm atividades extras...
22 L2 uhn uhn
[
23 L1 ***então*** é um corre-corre realmente...não é? (NURC-D2-SP-360:6).

Observemos a estrutura da fala de L1 no trecho transcrito em (35). L1 e L2 vêm conversando sobre ter vários filhos e sobre o trabalho que eles dão quando são pequenos. Na

linha 4, L1 afirma que a sua casa, de manhã, é uma loucura ("na minha casa também"). Logo em seguida, ainda na mesma linha, L1 já começa a justificar por que isso acontece ("porque ... saem ... ahn:: cinco ... comigo de manhã") e continua, até à linha 21, elencando fatos que explicam a razão de a sua casa ser uma loucura todos os dias na parte da manhã. Na linha 23, enfim, L1 retoma o que disse na linha 4, agora confirmada pelo que relatou entre as linhas 4 e 21. Embora o trecho compreendido entre as linhas 4 e 21 seja apresentado na modalidade narrativa, esse relato consiste, na verdade, em uma série de "argumentos" que defendem a "posição" apresentada em 4:

a) de manhã, cinco filhos saem com L1 para ir à escola, em Pinheiros (4-11);
b) em dois dias da semana, L1 também leva o marido para a faculdade (14);
c) voltando para casa, L1 apronta o filho menor para ir à escola (15-16);
d) então, L1 ocupa-se das lides domésticas (17);
e) L1 cuida de "uma coisa e outra" (19);
f) à tarde, L1 cuida de dois filhos que vão para a escola e dos outros que têm atividades extras em casa (20-21).

É possível identificar em (35), portanto, três estruturas distintas: (i) posição (4); (ii) suporte, conjunto de argumentos que "defendem a tese" exposta na posição (4-21); (iii) retomada da posição, confirmação da posição após a apresentação dos argumentos (23). O importante a observar aqui é a função que *e* e *então* desempenham para a construção e distinção dessas estruturas. A partir da linha 16, os argumentos são ligados por *e*. É possível perceber que a repetição de *e* no início de cada linha (*norma textual*, segundo SCHIFFRIN, 1987) contribui para produzir o sentido de "corre-corre" que caracteriza as manhãs de L1. Em 23, L1 quebra a seqüência de argumentos que vinha elencando por meio do uso de *e* e utiliza *então* (*desvio da norma*, segundo Schiffrin, 1987) para introduzir a conclusão (retomada e confirmação da posição) a que chega em decorrência da argumentação anteriormente desenvolvida. No início do suporte, da linha 4 à 15, os argumentos não são ligados por *e* (os

conectivos das linhas 10, 11 e 14 atuam na coordenação de orações dentro de argumentos, sem ligar um argumento a outro). No entanto, de 4 a 15, são apresentados apenas três argumentos, correspondentes aos três períodos que podem ser identificados nesse momento da fala de L1. O trecho se estende por várias linhas apenas porque cada argumento ocupa mais de uma linha e porque a fala de L1 é acompanhada por marcadores discursivos interacionais constantes de L2 (ahn, uhn). Portanto, embora *e* apareça somente a partir de 16, ele desempenha um papel relevante na ligação dos argumentos dentro do suporte.

(35) exemplifica uma função discursiva de *e* bastante recorrente, que pode ser sintetizada conforme o esquema abaixo, baseado em Schiffrin (1987):

POSIÇÃO
e argumento
e argumento
e argumento
} SUPORTE
então POSIÇÃO

Em casos assim, como *e* liga argumentos dentro do suporte, Schiffrin (1987) fala que o conectivo atua em nível local; *então*, por sua vez, opera em nível global, pois conecta as estruturas textuais de suporte e posição. Embora, em exemplos como (35), *e* seja usado aparentemente como coordenador, o conectivo evidencia um estatuto de MD, pois contribui não para a organização de sentenças, mas para a construção e distinção de unidades – blocos de sentenças – no nível mais amplo do discurso.

Em (36), ao contrário do que ocorre em (35), o conectivo *e* opera em nível global, com a mesma função de *então* em (35):

(36)

1 L1 o Nordeste só cresce em termos absolutos...
2 em termos relativos fica cada vez mais distante do Sul...

3 o Sul cresce cada vez mais aumentando a distância para conosco...
4 nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce
5 a gente tem que crescer também...
6 mas em termos relativos estamos indo pra trás
7 ***e*** é preciso denunciar isso [...] (NURC-D2-RE-005:6).

Em (36), não há uma estrutura de posição-suporte-posição como em (35), mas é possível notar a clara passagem de um relato de estados de coisas (1-6), em que L1 elenca argumentos, para a expressão de opinião pessoal (7), em que o falante se posiciona, opina, e chega a conclusões. Aqui também, é a oposição entre dois mecanismos de conexão ("zero" em nível local e *e* em nível global) que distingue as unidades discursivas.

O uso de *e*, e de outros mecanismos, para delimitar unidades discursivas e definir certas relações funcionais entre elas (um segmento como conclusão relativamente a todo um trecho precedente; uma série de enunciados como argumentação a favor de uma posição assumida em algum ponto do discurso etc.) constitui predominantemente uma função de caráter ideacional: refere-se ao modo como o falante organiza o conteúdo informacional de seu discurso. No exemplo (36), o conectivo parece acumular ainda uma função interpessoal de focalização: a quebra na seqüência de fatos descritos e o valor enfático que o significado aditivo de *e* pode assumir no discurso produzem o efeito de ênfase sobre o segmento que o conectivo introduz.

Introdução de tópico discursivo

Outra função característica do conectivo *e* envolve os usos agrupados aqui sob o rótulo de *introdução de tópico discursivo*. Essa noção inclui a introdução das funções pragmáticas de *Tópico discursivo* (global), *Tópico Novo*, *Tópico Dado*, *Subtópico*, *Tópico Retomado* e

Tema.

A função de introduzir um tópico discursivo global, embora não tenha ocorrido no *corpus* analisado, é muito recorrente na interação verbal do dia-a-dia. A noção de tópico discursivo global se refere ao assunto geral sobre o qual toda uma interação conversacional pode se ocupar. A ocorrência mais comum dessa função do conectivo se dá logo no início de uma conversa, após os rituais de saudação (como no exemplo hipotético (37)) e, sobretudo, ao longo de uma conversa, quando um tópico desenvolvido há algum tempo fica esgotado e um dos interlocutores, após uma pausa maior que o tolerável numa interação verbal, sugere um novo tópico discursivo (como na hipótese contida em (38)), considerando que em ambos os exemplos os interlocutores discorram, respectivamente, sobre "a faculdade" e sobre "Jorge" por um trecho relativamente extenso da interação.

(37) A: Oi, como vai?
B: Tudo jóia, você está bem?
A: Tudo ótimo. ***E*** a faculdade, você se forma neste ano? [...]

(38) A: [...] Então, você veja, é isso aí que acaba acontecendo.
B: Pois é, fazer o quê né? (pausa)
A: ***E*** o Jorge hein? Anda meio sumido [...]

O uso de *e* para introduzir Tema também não ocorreu no *corpus* analisado, porém constitui um recurso discursivo normalmente usado pelos falantes na organização de seus enunciados. O exemplo (39) ilustra essa possibilidade.

(39) Está difícil, estamos com muita coisa para fazer. ***E*** o Carlos, ele deu uma prova em que todos tiraram nota vermelha. Também tem os minicursos que dão muito trabalho [...]

O uso de *e* para introduzir Tópico Novo é outra função comum de *e*, mas que

novamente não foi encontrada no *corpus*. (40) exemplifica esse uso do conectivo.

(40) Está difícil, estamos com muita coisa para fazer. ***E*** o Carlos agora deu uma prova em que todos tiraram nota vermelha. Também tem os minicursos que dão muito trabalho [...]

Já o envolvimento de *e* na expressão do Tópico Dado se verifica no *corpus* analisado e compreende dois contextos levemente distintos. Em uma situação, o conectivo, de fato, introduz um constituinte já mencionado no discurso anterior, marcando uma estrutura típica de Tópico Novo e Tópico Dado, como no exemplo em (41). Em outra situação, em contextos como (29), já comentado acima, o conectivo é usado para providenciar a continuidade tópica do discurso, em particular, a expansão de um mesmo tópico discursivo global, um uso que, em última instância, pode ser visto como também relacionado à expressão do Tópico Dado.

(41) L1 agora a Salvador-Feira ( ) (vozes) trinta e três quilômetros
L2 sinalização completa
L1 mas principalmente...rampa...e curva
L2 curva e piso
L1 **piso pavimento**...quer dizer você sente porque você não tem curvas assim muito fortes prá fazer...cê não sobe...rampas violentas...não desce rampas violentas...entendeu? características geométricas...***e*** **o pavimento** em si que é um pavimento mais...espesso...prá agüentar um tráfego mais pesado... (NURC-D2-SSA-098:5).

O uso de *e* para introduzir Subtópico também ocorre no *corpus* e constitui uma das principais funções de *e* na organização do discurso. O exemplo (42) ilustra essa função do conectivo.

(42)L2 gostaríamos demais de mais filhos...embora eu fique quase biruta...((risos)) porque é MUIto a gente vive de motorista o dia inTEIRO mas o dia inTEIro...uma corrida BÁRBARA e leva na **escola** () e vai buscar...os dois estão na escola de manha --porque eu trabalho de manha-- ...então eu os levo para a escola...e vou trabalhar...depois saio na hora de buscá-los...aí depois tem **natação** segunda quarta e sexta...os dois...das duas às três...tem que...saio meio-dia da escola (então) tem que vir correndo...almoçar depressa para dar tempo de digestão para poder entrar às duas horas...depois eh::terça e quinta...a menina faz **fonoaudiologia** porque ela está com três anos e pouco...e ainda não fala...fala muito pouco...então ela faz... reeduca/...reeducação não mas seria...exercícios...com a fonoaudióloga para ver se::...se começa a falar mais rapidamente...

[

L1 (sei)

L2 ***e*** agora o menino quer **judô**...

L1 ele é menor?

L2 ele é menor ele tem cinco anos...e além da natação ele quer judô também agora... (NURC-D2-SP-360:4)

Em (42), L2 descreve as ocupações que tem com seus filhos no dia-a-dia, elencando algumas atividades que os filhos desenvolvem: a escola, a natação e a fonoaudiologia; para incluir, então, uma outra atividade, sobre a qual passa falar por um pequeno trecho do discurso, utiliza o conectivo *e* ("e agora o menino quer judô"). O emprego de *e* para introduzir Subtópico é típico nos contextos em que o falante procura expandir a informação solicitada em uma pergunta anterior ou elenca uma série de perguntas ao interlocutor (como é comum, por exemplo, em entrevistas). (43) e (44) mostram o uso de *e* em tal contexto.

(43) L2 a sua família é grande?

L1 nós somos:: seis filhos

L2 ***e*** a do marido?

[

L1 e a do marido ... eram doze agora são onze ... (NURC-D2-SP-360:2)

(44) [...]

Doc *e* as deficiências de Recife como como cidade...Recife e Olinda

L1 não são a são a...já quando como falou em Recife já já incluiu Olinda

[...]

Doc você gosta de literatura de cordel?

L1 e quem não gosta...quem não gosta?

[...]

Doc *e* essas festas folclóricas como...reisa::do...

L1 infelizmente eu acho que a tendência é morrer (NURC-D2-RE-005:4-9).

No exemplo (43), o segmento introduzido por *e* configura evidentemente uma intenção de expandir a informação obtida com a pergunta imediatamente anterior. Em (44), por outro lado, a situação é um pouco diferente. As três perguntas feitas pelo documentador se localizam em pontos relativamente distantes do discurso, entre os quais os falantes desenvolvem um trecho longo da interação a respeito do subtópico sugerido; mas, dentre as intervenções do documentador, são três casos sucessivos, isto é, ele não faz quaisquer outras perguntas ou comentários entre essas suas três interrupções. Isso revela que a introdução de um subtópico discursivo (e de qualquer dos tipos de tópico em geral), que constitui um procedimento ideacional, definindo e organizando o conteúdo do discurso, liga-se a uma função, na superfície discursiva, de progressão textual (no componente textual-externo), uma estratégia para expandir o discurso para frente, visto que, ao introduzir um tópico, o falante projeta todo um bloco textual para o discurso subseqüente. É interessante observar, inclusive, que, em entrevistas do tipo D2 (que é o caso em (44)), o documentador tem o objetivo de induzir os interlocutores a conversar por um tempo longo, fazendo um mínimo de interrupções possível. Nesse sentido, a introdução de subtópicos conforme o exemplo (44) constitui uma estratégia bem sucedida; e o envolvimento de *e* nesse processo é evidente, já que, no exemplo em questão, dois dos três subtópicos sugeridos pelo documentador são introduzidos pelo conectivo.

unesp

É possível observar que o uso de *e* em casos como (43) e (44) constitui a introdução da camada do *Move*, no modelo da GFD; cada ocorrência de *e* em (44) trata da introdução de um novo *Move* no decorrer do discurso. Uma situação diferente é o uso de *e* no exemplo (4), reescrito abaixo como (45), em que, no contexto de um mesmo *Move*, há a introdução de dois *Atos discursivos*, o segundo deles introduzido por *e*. Esses fatos sugerem que as camadas postuladas na estrutura da GFD parecem acomodar satisfatoriamente os usos de *e*.

(45) eu pensava em ficá aqui dentru ***i*** se ele abri a porta? (NEP 19).

Os exemplos (43) e (44) evidenciam ainda uma outra questão: o uso de *e* nos domínios referencial, epistêmico e ilocucionário também no nível das relações textuais-interativas. A aplicação de *e* no domínio referencial, a situação mais comum, pode ser observada, por exemplo, nas ocorrências já comentadas de seqüenciamento retroativo-propulsor e distinção de unidades discursivas. (43) e (44), a introdução de subtópico discursivo por meio de uma pergunta, mostram o uso de *e* no domínio ilocucionário. E o exemplo (46) ilustra *e* no domínio epistêmico, introduzindo um comentário avaliativo, conclusivo, em relação a um trecho discursivo anterior extenso.

(46) L2 eu pus em uma escola ele nao gostou daquela...aí eu achei que realmente a escola nao preenchia tudo...que eu gostaria (que) preenchesse entao eu tirei...aí eu procurei bastante escolhi/ foi escolhida a que eles estao...como sendo na opiniao de muita gente uma das melhores et cetera et cetera...tudo que tinha...peguei todos os requisitos...fiz ((risos))...estudei bem fiz um estudo certinho para ver qual era a melhor e foi determinado...foi visto que aquela era melhor...entao foi posto quer dizer nao foi uma escolha...

L1 sem::

L2 assim sem base

L1 ( )

unesp

L2 foi bem pensada bem escolhida *e* realmente a menina gosta muito... (NURC-D2-SP-360:12).

Retomando a análise do uso de *e* para introduzir tópico discursivo, a introdução de Tópico Retomado também apresenta algumas ocorrências no *corpus* analisado. (47) ilustra essa função do conectivo.

(47)

L2 eu acho que comer é uma, uma coisa muito séria porque o homem fica muito vinculado a uma dependência e acho que o co(mer) o comer está exatamente dentro dum prato requintado, bem apresentado, **uma mesa bem posta** e que o, eu não sinta, exatamente aquela, aquele momento a necessidade de comer, mas também um prazer e o prazer, não significa/ m/ muito, dentro de um, uma dosagem

L1 é a qualidade

L2 natura(lmente), exato, qualidade, eu acho que a qualidade, acho um negócio sensacional, inclusive

L1 agora, a qualidade

L2 digo isso porque eu gosto de fazer

L1 essa qualidade vai, vai, vai muda(r)

L2 ah! sim!

L1 de, de indivíduo

L2 pra indivíduo, claro

L1 conforme o grau

L2 isso

L1 porque ele tem inclusive de cultura

L2 claro, ***e* uma mesa bem posta** por exemplo, eu, eu acho que é uma exigência que, que se faz talvez, por formação já de berço (NURC-D2-PA-291:3).

Unesp - Biblioteca - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - S. J. Rio Preto
T. 3418/05

Em (47), L2 fala sobre o que considera "comer bem" e começa a dizer algo sobre a importância que tem para ele "uma mesa bem posta". No trecho imediatamente subseqüente, porém, L1 e L2 desviam o foco da conversa momentaneamente para a qualidade dos alimentos. L2, em seguida, utilizando *e*, retoma o tópico "uma mesa bem posta" e o

desenvolve por algum tempo. É interessante observar que, nesse caso, o conectivo não retoma o segmento discursivo imediatamente anterior, que está adjacente a ele, mas um ponto anterior no discurso que está separado do conectivo por um pequeno trecho da interação. Essa é a situação típica em que o valor semântico fundamentalmente aditivo de *e* assume uma função discursiva de continuação.

A função de introduzir tópico discursivo desempenha um papel relevante na organização do componente ideacional do sistema lingüístico, na medida em que vai definindo ao longo do discurso o assunto que os interlocutores desenvolvem, ou seja, a introdução dos diferentes tipos de tópico discurso define e organiza o conteúdo informacional do discurso. A função Tópico, por outro lado, juntamente com a função de Foco, é tratada por Dik (1989) como *função pragmática*. Ao introduzir um tópico, o falante convida o interlocutor para continuar a interação verbal sobre um determinado assunto. Assim, a introdução do tópico, além de uma função na articulação do conteúdo discursivo, tem um papel claro na organização do componente interpessoal do discurso, pois constitui um procedimento decisivo durante o processo de interação verbal face a face entre os interlocutores.

Manutenção/assalto de turno conversacional

Outra função do conectivo *e* na organização do discurso, mais exatamente no processamento da interação verbal face a face entre os interlocutores, é sua atuação nos procedimentos de assalto e manutenção de turno conversacional. Observemos o exemplo (48):

(48)

1 L1 a p/ a p/ é ...a programação havia sido planejada mas não deu certo ... ((risos))
2 L2 filhos da pílula não? ((risos))

3 L1 não ... ((risos))
4 L2 nem da tabela? ((risos))
5 L1 não justamente porque a tabela não::deu certo é que::((risos)) vieram ao acaso
6 L2 ahn ahn
7 L1 *e::* nós havíamos programado Nove ou dez filhos ... não é?
[
8 L2 (nossa que chique)
9 L1 então
10 L2 a sua família é grande?
11 L1 nós somos:: seis filhos
12 L2 *e* a do marido?
[
13 L1 e a do marido ... eram doze agora são onze ...
14 L2 ahn ahn
[
15 L1 quer dizer somos de família GRANdes *e::...* então ach/ acho que::... dado esse
16 fator nos acostumamos a:: muita gente
17 L2 ahn ahn
18 L1 *e::*
19 L2 *e* daí o entusiasmo para Nove filhos ...
20 L1 exatamente nove ou dez ...
[
21 L2 ( )
22 L1 é *e::* mas ... depois diante das dificuldades de conseguir quem me ajudasse ...
23 nó::s paramos no sexto filho ...
24 L2 ahn ahn
25 L1 não é? ... *e...* estamos muito contentes *e...*
26 L2 *e* dão muito trabalho tem esses problemas de juventude esses negócios ( )
27 (não está muito na idade né?)
28 L1 não por enquanto não porque ... estão entrando na as mais velhas estão
29 entrando agora na adolescência *e...* (NURC-D2-SP-360:2-3).

(48) é um exemplo muito interessante porque contém *e* utilizado tanto como estratégia de manutenção de turno (fala de L1) quanto como estratégia de assalto a turno (fala de L2).

Podemos notar que o conectivo, nas linhas 7, 15, 18 e 22, é prosodicamente alongado e, nas linhas 25 e 29, é seguido de pausa. Ora, como o conectivo é uma forma de assinalar que algo ainda está para ser dito (dado o valor semântico fundamentalmente aditivo que parece conservar em quaisquer de seus usos) e como a pausa e o alongamento são marcadores interacionais evidentemente indicadores de que o falante está ainda planejando o segmento discursivo subseqüente, essas ocorrências de *e* na fala de L1 (enunciadas nas formas *e::*, *e::...*, e *e...*) certamente desempenham a função discursiva de manutenção do turno conversacional.

As ocorrências de *e* nas linhas 12, 19 e 26, por outro lado, constituem mecanismos de assalto a turno. Na linha 12, L2 sobrepõe sua fala à de L1 (o que configura a tentativa de assalto ao turno) para expandir a informação obtida com a pergunta da linha 10. Esse comportamento de *e*, aliás, é muito comum, ou seja, o uso do conectivo para introduzir as perguntas numa série de pares adjacentes do tipo pergunta-resposta, como já mencionada acima. O emprego de *e* nesse esquema tem justamente o efeito de produzir um *continuum*, em que cada pergunta está relacionada à anterior, sendo uma continuação dela. Nas linhas 19 e 26, L2 aproveita respectivamente um alongamento e uma pausa na fala de L1 para lhe assaltar o turno. Trata-se, inclusive, do alongamento de um *e* e de uma pausa após outro *e*.

Os usos de *e* com as funções de manutenção e assalto de turno conversacional também chamam a atenção para a estrutura da GFD. Esses empregos do conectivo parecem atuar, respectivamente, nas camadas do Falante (P_S) e do Ouvinte (P_A).

Os procedimentos de manutenção e assalto de turno têm um papel predominantemente interpessoal, pois estão ligados à interação face a face entre os interlocutores. Os procedimentos de alternância de turnos na conversação revelam o tipo e o grau de integração entre os falantes, no sentido de que, às vezes, na conversação, os falantes observam atentamente e providenciam momentos de passagem consentida do turno de fala; em outros casos, ao contrário, os falantes manifestam outro comportamento, e há trechos longos de sobreposição de vozes; em certas situações, ainda, alguns falantes parecem querer falar o

unesp

tempo todo, sem dar vez ao interlocutor etc.; essas situações revelam comportamentos e concepções diversos sobre o processo de interação verbal.

Por outro lado, o emprego de *e* como mecanismo de manutenção de turno está intimamente associado à função ideacional de *continuidade tópica*, como já adiantado acima. Na narrativa em (48), por exemplo, as ocorrências do conectivo destacadas na fala de L1 acumulam uma função de assinalar que o falante quer continuar falando e uma função de acrescentar uma nova informação sobre o tópico discursivo "número de filhos". O uso de *e* como estratégia de assalto a turno, por sua vez, em muitos casos, acumula também uma função ideacional de introduzir um subtópico no discurso. Trata-se de uma situação especialmente comum em seqüências de pares adjacentes do tipo pergunta-resposta, em que algumas questões são introduzidas pelo conectivo, e na introdução de subtópicos ao longo do discurso.

Focalização

Observemos (49).

(49) 1 L1 eu, poderia me alimentar só de carne
2 L2 só carne?
3 L1 só carne, impressionante, ***e*** mal passada (NURC-D2-PA-291:2).

L1 e L2 vêm conversando sobre a alimentação do brasileiro em geral e do gaúcho especificamente. L1, então, ressalta, por meio de "só de" e de "impressionante", que poderia se alimentar exclusivamente de carne. Ressalta, ainda, que a carne pode ser mal-passada e usa, para isso, o conectivo *e*. O importante a constatar aqui é se o mecanismo responsável pela focalização de "mal passada" é, realmente, *e*.

Em primeiro lugar, é claramente perceptível que *e*, nesse caso, não é um coordenador típico, pois não há qualquer modificador incidindo sobre "carne" ao qual a expressão "mal passada" poderia estar conectada. Haveria aí uma coordenação se a linha 3 fosse algo do tipo "só carne, impressionante, gorda e mal passada". O conjunto coordenado "gorda e mal passada" poderia estar focalizado, porém o focalizador não seria mais *e*, mas uma entonação enfática, por exemplo. Não seria possível pensar, por outro lado, que, nesse tipo de construção, "mal passada" forme uma coordenação com "carne", porque a estrutura subjacente seria uma frase agramatical: *eu, poderia me alimentar só de carne e de mal passada".

O que parece ocorrer em (49) é que L1 dá primeiramente uma informação geral (a possibilidade de alimentar-se exclusivamente de carne) colocada como algo impressionante e, em seguida, acrescenta uma informação específica (a possibilidade de alimentar-se exclusivamente de carne mal passada) apresentada como mais surpreendente ainda. E parece ser justamente o uso de *e*, pela preservação de um valor semântico fundamentalmente aditivo, ao assumir uma função discursiva de ênfase, que sugere essa intensificação da força pragmática da expressão "mal passada".

Em termos gerais, o que fica saliente na análise dos usos de *e* como focalizador é que o segmento focalizado representa uma espécie de ruptura no encadeamento linear do discurso, uma quebra na expectativa do interlocutor, ou uma informação que fica muito saliente no contexto; ou seja, em muitos casos, o segmento focalizado por *e* constitui uma alteração no padrão sintático, semântico ou pragmático do encadeamento discursivo.

No exemplo (36) acima, repetido em (50), *e* atua na demarcação de unidades discursivas, mas, ao fazer isso por meio da ruptura de uma seqüência de argumentos e introdução de uma conclusão ou síntese, também focaliza o segmento que introduz.

(50) L1 o Nordeste só cresce em termos absolutos...

unesp

em termos relativos fica cada vez mais distante do Sul...
o Sul cresce cada vez mais aumentando a distância para conosco...
nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce
a gente tem que crescer também...
mas em termos relativos estamos indo pra trás
e é preciso denunciar isso [...] (NURC-D2-RE-005:6).

Em casos como (51), o falante elenca uma lista de argumentos, eventos, entidades etc. e, em seguida, após já ter concluído essa lista (no exemplo em questão, por meio de *compreendeu?*), lembra-se de algum outro item, ou decide acrescentar outro item à lista, incluindo-o pelo uso de *e*, de tal modo que esse item é focalizado, porque separado, destacado dos outros itens. Esse é um tipo de foco marcado por *e* muito recorrente, e é principalmente nesse sentido que se justifica a afirmação acima de que o segmento focalizado representa um desvio no encadeamento padrão do discurso; na verdade, esse desvio é exatamente um dos aspectos que produz o efeito de focalização (é o que ocorre no exemplo (49), em que, ao invés do padrão mais corrente *carne mal passada*, o falante segmenta o sintagma: *carne* [...] *e mal passada*).

(51) não não não é não é uma casa grande né...apenas com com um jardim com planta com passarinho com tudo quanto é bicho que pode existir...compreendeu? ***e*** a: a: a cem metros do rio Capibaribe que é o meu rio sagrado (NURC-D2-RE-005:3).

No exemplo (52), a natureza parentética do segmento discursivo introduzido por *e* já o configura como uma seqüência deslocada.

(52) L1 esse país::só pode crescer globalmente...se não crescer globalmente... [***e*** seria muito importante para o Brasil que o Nordeste crescesse porque::...não é bairrismo não aqui no Nordeste está o que há de mais autêntico da brasilidade em termos mundiais...porque::...enquanto lá o Sul sofreu influências externas que

possibilitaram a a a criação daquela daquela::...sociedade cosmopolita que::...trouxe desenvolvimento e que trouxe vantagem

L2 nós temos aqui a cultura da cana

[ ]

L1 nós aqui ficamos é...nós aqui ficamos mais autenticamente brasileiros...] **de modo que** é importante que essa socia essa é a sociedade BRAsileira cresça (NURC-D2-RE-005:6-7).

Nos exemplos (53) e (54), não ocorre exatamente uma ruptura no encadeamento discursivo, mas o segmento introduzido por *e* constitui uma reação que não é exatamente o esperado pelo interlocutor, caso de (53), ou constitui uma ação do falante direcionada para o interlocutor mais diretamente do que os segmentos adjacentes, caso de (54); as duas situações, na verdade, constituem um tipo de pergunta retórica.

(53) Doc. Você gosta de literatura de cordel?

L1 ***e*** quem não gosta ... quem não gosta? (NURC-D2-RE-005:7).

(54) L1 Hemingway dizia que as duas grandes tragédias americanas do século tinham sido Pearl Harbor e Pearl Buck...é...a grande tragédia pernambucana é olindense apaixonado ((riu))

L2 nada ***e*** quem não é apaixonado por Olinda? pra ser apaixonado por Olinda não precisa ser olindense (NURC-D2-RE-005:6-9).

A função de *e* como focalizador faz parte, de modo especial, do componente interpessoal do discurso, constituindo, aliás, uma *função pragmática*, como definido em Dik (1989). Adicionalmente, o processo de focalização parece desempenhar ainda uma função ideacional ligada ao gerenciamento do *estado da informação*, a articulação de *informação dada* e *informação nova*, processado superficialmente no componente textual (externo) do sistema lingüístico.

5.5 Valores semântico-discursivos do conectivo *e*

Uma das propriedades mais importantes do funcionamento do conectivo *e* no português falado, considerada nas hipóteses deste trabalho e confirmada na análise de dados, é a preservação de um mesmo traço semântico, fundamentalmente aditivo, nos seus diversos usos. Esse significado aditivo pressupõe a possibilidade de encontrar sempre, em algum lugar do discurso, pelo menos dois segmentos que estão sendo relacionados pelo conectivo, um subseqüente e um precedente a sua ocorrência. Considerando, então, o grau de explicitação da relação aditiva, o levantamento de dados mostrou que o valor de adição assume basicamente três nuances diferentes conforme o papel do conectivo na organização do discurso: adição propriamente, continuação e ênfase. A tabela 5 mostra os resultados dessa verificação.

Tabela 5: Relação semântico-discursiva entre os segmentos ligados por *e*

		adição	**continuação**	**ênfase**	**total**
Intra-sentencial	N	115	0	0	115
	%	**100,0**	0,0	0,0	23,0
Intersentencial	N	191	0	1	192
	%	**99,5**	0,0	0,5	38,0
Discursivo	N	8	151	34	193
(Textual-interativo)	%	4,0	**78,0**	18,0	38,0
Intermediário	N	5	0	0	5
	%	100,0	0,0	0,0	1,0
Total	N	319	151	35	505
	%	63,0	30,0	7,0	100,0

O fato mais evidente que os dados quantitativos manifestam é que, no processo de coordenação (de termos ou de orações), o conectivo é usado com o valor fundamental de adição e, nos usos com a função de marcador discursivo, tem o papel predominante de dar continuidade ao encadeamento discursivo. Vejamos, nos diferentes usos de *e*, como o significado aditivo se manifesta, iniciando pelos exemplos (54) e (55).

unesp

(54) u bandido ficava pulanu di casa em casa ***i*** ele tava armadu (NEP 19).

(55) aí:: desceru ***i*** bateru nu luís ... (NEP 03).

No exemplo (54), um caso de coordenação simétrica, é evidente a relação de **adição** devido à presença clara de dois membros coordenados, que são independentes entre si, retêm sua integridade e não adicionam significados um ao outro (CAMACHO, 1999). Em (55), uma coordenação assimétrica, a presença dos membros coordenados e da relação de adição é também evidente. Porém já há alguma modificação no significado do conectivo que lhe possibilita ocorrer num número muito amplo de contextos semânticos: temporal, causal, conclusivo, explicativo, adversativo, condicional e final. A aplicação de *e* a esses outros meios semânticos poderia sugerir, a princípio, que o conectivo assume, nesses casos, outros significados, como sucessão cronológica, causa etc. No entanto o que parece ocorrer é exatamente a situação inversa: há, na verdade, uma abstratização do sentido de *e*, uma neutralização, permitindo que ele seja usado num conjunto muito amplo de contextos.

Os dados da tabela 6 mostram que o caráter assimétrico da relação estabelecida por *e* parece acompanhar um possível percurso de discursivização dos usos do conectivo.

Tabela 6: Mudança potencial da ordem dos segmentos conectados

		Relação Simétrica	Relação assimétrica			Total
			Ordem estilística	Relação semântica	Motivação discursiva	
Intra-sentencial	N	30	77	1	7	115
	%	26,0	67,0	1,0	6,0	23,0
Intersentencial	N	37	2	110	43	192
	%	19,0	1,0	58,0	22,0	38,0
Discursivo	N	1	5	7	180	193
(Textuo-interativo)	%	0,5	2,5	4,0	93,0	38,0
Intermediário	N	3	0	0	2	5
	%	60,0	0,0	0,0	40,0	1,0
Total	N	71	84	118	232	505
	%	14,0	17,0	23,0	46,0	100,0

Na coordenação de termos, além da maior incidência de simetria, relativamente à coordenação de termos e ao *e*-MD, a assimetria decorre principalmente de razões estilísticas, e não de motivação de ordem semântica como na coordenação de orações. Nos usos mais discursivizados de *e*, por outro lado, a relação assimétrica é o caso predominante.

Vejamos agora (56), (57) e (58), os dois últimos já utilizados acima.

(56) a Letícia ficô tentandu incaxá a tor::NEra ... ((risos)) na paredi ... i ela ficô lá um temPÃO ... ***i*** nós rindu (dan) morrendu di dá risada ... ***i*** ispirrandu água pra tudu ladu ***i*** a tor::nera na mão da Letícia ... ***i***:: aquele mundu di água tudu na ropa da Letícia ... tudu indu na Letícia ...***i***:: u povinhu lá tudo olhandu dandu risada ... aí ... u::/u meninu foi chamá u donu da casa ... ***i***::... eli foi lá i tentô consertá a tor::nera i a genti saiu ... (começ) chegô in casa começamu ri contamu pra todo mundu ... ***i***:: a Letícia a Denizi:: ***i*** ... não a Letícia só tava toda insopada porque ela ficô ... tentandu pôr a tor::nera né ... ((risos)) foi ... um desastre ... ***i*** u ***i*** a Denizi ficamu só dandu risada intão não si molhô muitu (NEP 21).

(57)

L2 eu acho que comer é uma, uma coisa muito séria porque o homem fica muito vinculado a uma dependência e acho que o co(mer) o comer está exatamente dentro dum prato requintado, bem apresentado, **uma mesa bem posta** e que o, eu não sinta, exatamente aquela, aquele momento a necessidade de comer, mas também um prazer e o prazer, não significa/ m/ muito, dentro de um, uma dosagem

L1 [é a qualidade

L2 natural(mente), exato, qualidade, eu acho que a qualidade, acho um negócio sensacional, inclusive

L1 agora, a qualidade

L2 digo isso porque eu gosto de fazer

L1 essa qualidade vai, vai, vai muda(r)

L2 ah! sim!

L1 de, de indivíduo

L2 pra indivíduo, claro

L1 conforme o grau

L2 isso

L1 porque ele tem inclusive de cultura

L2 claro,] ***e*** **uma mesa bem posta** por exemplo, eu, eu acho que é uma exigência que, que se faz talvez, por formação já de berço (NURC-D2-PA-291:3).

(58)

L1 quer dizer somos de família GRANdes e::... então ach/ acho que::... dado esse fator nos acostumamos a:: muita gente

L2 ahn ahn

L1 e::

L2 ***e*** daí o entusiasmo para Nove filhos ... (NURC-D2-SP-360:2).

Em (56), um caso de seqüenciamento retroativo-propulsor, já é relativamente mais difícil identificar quais são os segmentos ligados por *e*, mas a função de adição persiste, agora no nível mais amplo do discurso. O papel do conectivo não é propriamente adicionar um conteúdo para a construção de uma sentença, mas constituir um meio de dar continuidade textual ao discurso. O valor de **continuação** é evidenciado pelo fato de, nesses casos, o conectivo ser, em geral, prosodicamente alongado e precedido de pausa. Esse sentido é evidente também em (57), em que o falante usa o conectivo para dar continuidade a um tópico interrompido momentaneamente. Em (58), ao usar *e* para assaltar o turno conversacional, o falante sugere a sua intervenção como uma continuação da fala do seu interlocutor, e até mesmo como uma contribuição a ela, o que representa uma forma de justificar o assalto ao turno. Na grande maioria de usos desse tipo, como mostra a tabela, o conectivo estabelece uma relação assimétrica por uma motivação discursiva, pois está diretamente vinculado ao processo de encadeamento do discurso, o que impede a mudança potencial na ordem dos segmentos conectados.

No exemplo retomado em (59), em que *e* tem a função de focalização, é mais difícil identificar uma relação de adição, pois não há um segmento anterior ao conectivo ao qual o elemento subseqüente poderia estar conectado formando uma construção gramatical. Porém, o uso de *e* propicia um valor de **ênfase** ao segmento em (59) (já que a construção poderia ser

unesp

parafraseada por algo como *eu <u>não só</u> posso me alimentar só de carne, <u>mas</u> de carne mal passada*), o que parece decorrer exatamente de um significado aditivo básico que o conectivo conserva.

(59)

L1 eu, poderia me alimentar só de carne

L2 só carne?

L1 só carne, impressionante, ***e*** mal passada (NURC-D2-PA-291:1).

O conectivo *e* parece assumir, portanto, os valores de adição, continuação e ênfase Nesse percurso, porém, persiste o traço semântico fundamental de adição da forma possivelmente mais básica ou original, e parece ser a conservação desse significado que explica o tipo de expansão discursiva de *e*.

CAPÍTULO VI

O FUNCIONAMENTO DO CONECTIVO *E*: SISTEMATIZAÇÃO

6.1 Introdução

Como previsto no início do trabalho, este capítulo constitui uma síntese das questões discutidas nos capítulos anteriores. A seção (6.2) apresenta um conjunto das funções de *e* aqui identificadas, estabelecendo as definições de cada uma delas. (6.3) trata da contextualização de cada uma dessas funções na organização do discurso. A seção (6.4) reúne algumas propriedades características da classe dos *coordenadores* e da classe dos *marcadores discursivos* e, especialmente, define alguns fatores que as distinguem e marcam a fronteira entre elas. A seção (6.5) apresenta uma possível trajetória de discursivização do conectivo *e*. E finalmente, (6.6) constitui um rápido balanço geral dessas questões.

6.2 As funções do conectivo *e*

O conjunto de funções de *e* abaixo obviamente não exaure a complexidade e a totalidade do papel do conectivo no discurso. Investigações cada vez mais específicas ou sob outros pontos de vista certamente reconhecerão outros usos de *e*, sobretudo se enfatizadas as restrições sintático-estruturais e as especificidades semântico-pragmáticas do conectivo, mesmo no nível mais estrutural da coordenação de termos e da coordenação de orações (Camacho (1999), por exemplo, procede a uma análise bastante exaustiva do comportamento semântico-pragmático do conectivo nas coordenações de termos e de orações; Lakoff (1971) e Sweetser (1991) também oferecem tratamentos mais específicos sobre certas funções do *e*-coordenador). No entanto, o objetivo do presente trabalho, dentre alguns outros aspectos, envolve considerar desde as funções mais radicalmente locais e estruturais (como a coordenação intratermos) até as funções discursivas mais globais (como a introdução de tópico discursivo) e submetê-las a um mesmo modelo de análise, fundamentado numa mesma

unesp

concepção e num mesmo modelo de discurso, para garantir coerência interna à sistematização. Além disso, a perspectiva assumida aqui prioriza verificar a função de cada diferente uso de *e* na construção do discurso, ou seja, localizar que lugar cada um dos usos de *e* ocupa no quadro geral da organização do discurso (o que é tratado na seção seguinte). Assim, o conjunto de funções de *e* abaixo parece adequado para proceder a esse tratamento, além de parecer suficientemente representativo do papel do conectivo na língua, especialmente porque pode servir como base para situar na organização global do discurso outras funções do conectivo que venham a ser identificadas. O que se vê no quadro a seguir é que, na coordenação de termos e de orações, o conectivo exerce claramente a função de coordenador, enquanto, na articulação de unidades discursivas, exerce a função de marcador discursivo.

Consideremos, então, as seguintes funções do conectivo *e*.

Funções do conectivo *e* no discurso

focalização	articulação de unidades discursivas
manutenção/assalto de turno conversacional	
introdução de tópico discursivo	
distinção de unidades discursivas	
seqüenciamento retroativo-propulsor	
coordenação de orações sem equivalência funcional	coordenação de orações
coordenação de orações assimétrica	
coordenação de orações simétrica	
coordenação entre posições de termos	coordenação de termos
coordenação no interior de posições de termos	

As funções de *e* elencadas acima podem ser definidas como segue:

Focalização: função discursiva predominantemente interpessoal, pela qual o falante lança mão do valor semântico aditivo de *e* e utiliza o conectivo para introduzir um constituinte, ou um segmento de discurso maior, atribuindo-lhe um valor de ênfase (sentido mais discursivizado do significado aditivo).

Manutenção/assalto de turno: função discursiva predominantemente interpessoal, pela qual o falante estende o significado aditivo de *e* para um valor discursivo de continuação e o emprega para informar a seu interlocutor que pretende continuar seu turno de fala (manutenção de turno) ou para interromper a fala do interlocutor e sugerir sua intervenção como continuação que contribui com a fala do outro (assalto a turno).

Introdução de tópico discursivo: função discursiva predominantemente ideacional, pela qual o falante, novamente atribuindo ao conectivo um valor de continuação, introduz tópicos discursivos ao longo da interação, definindo e organizando, assim, o conteúdo informacional do discurso. O segmento discursivo introduzido é conectado a todo o discurso subseqüente, a alguma interação verbal desenvolvida pelos interlocutores em outro momento, ou a um conhecimento de mundo partilhado entre eles. Essa função geral compreende a introdução de um tópico discursivo global, a introdução de Tema, Tópico novo, Tópico dado, Subtópico e Tópico Retomado.

Distinção de unidades discursivas: função discursiva predominantemente ideacional, pela qual o falante utiliza *e* em associação a outros conectivos (*então*, *portanto*, *aí*, zero) para delimitar diferentes unidades discursivas e estabelecer relações funcionais entre elas (como em estruturas argumentativas contendo posição, argumentação e conclusão) (SCHIFFRIN, 1987).

unesp

Seqüenciamento retroativo-propulsor: função discursiva de caráter ideacional, pela qual o falante expande o discurso para frente, conectando novos segmentos a todo um bloco precedente; trata-se de um mecanismo de coesão textual (integrando, portanto, os procedimentos de ordem textual (externa) na superfície discursiva), certamente o de natureza mais neutra, que estabelece uma relação semântica simplesmente de adição entre novas seqüências inseridas e o discurso já enunciado.

Coordenação de orações sem equivalência funcional: função pela qual o falante estabelece as condições discursivas necessárias para a enunciação conjunta, integrada de orações que apresentam forças ilocucionárias diferentes entre si ou diferentes graus de comprometimento com a verdade do conteúdo proposicional que expressam. Trata-se de uma função de *e* intermediária entre um uso discursivo e um uso coordenativo mais estrutural, no nível da sentença; ou seja, é uma situação limítrofe entre *e-marcador discursivo* e *e-coordenador*.

Coordenação assimétrica de orações: função prototipicamente coordenativa de *e* (como as demais funções daqui adiante) para a qual a definição do processo de coordenação finalmente se aplica integralmente: "construção que consiste de dois ou mais membros funcionalmente equivalentes, conectados no mesmo nível da estrutura por meio de mecanismos de ligação" (DIK, 1997, p.189). Nessa função, o significado aditivo de *e* assume um valor neutro e abstrato o suficiente para conectar orações que mantêm entre si relações semânticas diversas, responsáveis pela assimetria da construção, como seqüenciamento temporal, causa, conclusão, explicação, adversidade, condição e finalidade. Essa assimetria semântica representa, de certa forma, um tipo de ausência de equivalência funcional (no caso, na camada da predicação), como na situação acima. Porém, esse tipo de construção (a coordenação assimétrica) constitui um caso típico de coordenação, aliás, o caso mais recorrente de coordenação no *corpus* analisado, ao contrário da coordenação sem equivalência funcional acima, que representa um

uso pouco recorrente, se afasta da coordenação prototípica e certamente define uma fronteira entre *e-marcador discursivo* e *e-coordenador*. Por essa razão é que parece necessário e pertinente considerar uma distinção dessa natureza entre coordenação sem equivalência funcional e coordenação assimétrica.

Coordenação simétrica de orações: função também prototipicamente coordenativa de *e* em que o conectivo estabelece uma relação semântica puramente aditiva entre as orações conectadas, assumindo um valor funcional-veritativo, ao qual equivale o do operador $\wedge$ da linguagem lógica.

Coordenação entre posições de termos: função predominantemente estrutural de *e* que consiste na expansão da posição de um constituinte na estrutura subjacente da oração; o que é coordenado nesse caso são as posições expandidas de um constituinte e, por isso, cada termo inserido em uma dessas posições desempenha funções sintática, semântica e pragmática próprias dentro da oração, embora normalmente equivalentes às dos termos inseridos nas demais posições expandidas.

Coordenação no interior de posições de termos: função mais fortemente estrutural de *e*, em que opera a coordenação de constituintes para a formação de um constituinte único, composto; a coordenação se dá, portanto, no interior de uma mesma posição de um constituinte na estrutura subjacente da oração e, assim, os termos coordenados desempenham uma mesma e única função sintática, semântica e pragmática.

6.3 O lugar das funções de *e* na organização do discurso

Como detalhado no capítulo de análise de dados, a grande maioria das funções de *e*, especialmente as de caráter discursivo, exerce ao mesmo tempo funções particulares na

organização dos componentes ideacional e interpessoal do sistema lingüístico. No entanto, para efeito de análise, é possível considerar a função de maior relevância em cada uso do conectivo e proceder a uma sistematização mais definida. Assim, no nível da **organização textual-interativa**, as funções de Focalização e de Manutenção e Assalto de Turno Conversacional desempenham papel fundamental no processamento das relações face a face entre os interlocutores no momento da interação verbal, no interior do componente **interpessoal** do sistema lingüístico. As funções de Introdução de Tópico, Distinção de Unidades Discursivas e Seqüenciamento retroativo-propulsor atuam na organização do conteúdo **ideacional** do discurso.

No nível da **organização sentencial**, a Coordenação sem Equivalência Funcional, no sentido considerado acima, deve ser tratada nas camadas do **ato de fala** e da **proposição** da estrutura subjacente da oração, já que se refere à coordenação de orações com ilocuções diferentes (ausência de equivalência na camada do ato de fala) e com diferentes graus de comprometimento do falante com o conteúdo proposicional de seu enunciado (ausência de equivalência, portanto, na camada da proposição). Por outro lado, a assimetria e a simetria na construção coordenada podem ocorrer nos quatro tipos de estruturas coordenadas identificados por Dik (1997) aqui agrupados sob o rótulo geral de *coordenação de orações*, ou seja, as coordenações de *sentenças*, *de orações*, *de proposições* e de *predicações* (como demonstram exemplos analisados no capítulo V acima). Dessa forma, a Coordenação Assimétrica e a Coordenação Simétrica devem ser localizadas nas três camadas mais altas da estrutura subjacente da oração, ou seja, as camadas do **ato de fala**, da **proposição** e da **predicação**.

Finalmente, na coordenação de termos, cabe considerar a Coordenação Entre Posições de termos e a Coordenação no Interior de Posições de Termos, que constituem processos coordenativos em diferentes níveis; o primeiro, um nível acima do segundo. Esses dois processos, contudo, devem ser localizados na **camada dos termos e predicados** na estrutura

unesp

subjacente da oração, constituindo as funções mais locais e estruturais do papel de *e* na organização do discurso.

O uso de *e* nos domínios funcional-cognitivos referencial (ou de conteúdo), epistêmico e conversacional (ou ilocucionário) é um processo que se dá simultânea, ou paralelamente, ao emprego do conectivo para realizar cada uma de suas funções, as quais, portanto, têm seus respectivos correlatos do ponto de vista funcional-cognitivo. Ao desempenhar, por exemplo, a função de Distinção de Unidades Discursivas, no interior do componente ideacional do sistema lingüístico, o conectivo manifesta um comportamento que, do ponto de vista funcional-cognitivo, trata-se da organização de um domínio referencial, que envolve o conteúdo sócio-físico representado na linguagem; quando assume a função de coordenar orações com ilocuções diferentes (particularmente a coordenação de uma oração declarativa com uma interrogativa), localizada na camada do ato de fala na estrutura subjacente da oração, o conectivo, daquele ponto de vista, opera num domínio ilocucionário, das relações conversacionais. O fato mais relevante a visualizar aqui é a flutuação de *e* pelos três domínios funcional-cognitivos, e isso tanto ao atuar no nível mais local da organização sentencial, quanto ao atuar na organização discursiva mais ampla.

6.4 Coordenadores e Marcadores Discursivos

O conectivo manifesta uma diversidade de funções distribuídas pelos diversos níveis de organização e representação lingüística, inclusive no âmbito sentencial, em que opera diferentes tipos de coordenação inter e intra-oracionais. Assim, como demonstrado ao longo do trabalho, é possível reconhecer, no nível sentencial, a *coordenação de sentenças*, *de orações*, *de proposições*, *de predicações* (reunidas aqui sob o rótulo geral de **coordenação de orações**); e mais localmente a *coordenação múltipla*, a *coordenação simultânea*, a *coordenação de termos*, *de predicados*, *de* (*e dentro de*) *restritores*, *de operadores* e *de*

funções (aqui distribuídas entre Coordenação Entre Posições de Termos e Coordenação no Interior de Posições de termos, que juntas compõem o quadro geral da **coordenação de termos**). Essa ampla flutuação pela estrutura da língua possivelmente seja compartilhada pelo conectivo *ou*, mas certamente não é característica do funcionamento de *mas*, que não ocorre, pelo menos naturalmente, no plano da coordenação de termos (considerando que os conectivos *ou* e *mas*, juntamente com *e*, formam o conjunto mais recorrentemente tratado como conjunções coordenativas).

Além disso, o conectivo *e* se revela como o modo não marcado de construção coordenativa, relativamente a demais itens coordenativos copulativos e a demais mecanismos de junção em geral. O conectivo manifesta um conjunto muito pequeno de restrições sintáticas no uso e apresenta um valor semântico-pragmático neutro, fundamentalmente aditivo, o que possibilita a sua multiplicidade de usos e um papel cada vez mais amplo e diversificado na organização do discurso.

A discussão de conceitos e de dados ao longo do trabalho deve propiciar uma visão concreta do que seja prototipicamente o processo de coordenação. Convém, de qualquer forma, sintetizar duas características da coordenação que mais chamaram a atenção ao longo da análise.

(i) o processo de coordenação só ocorre naturalmente quando os membros coordenados apresentam **equivalência funcional**, localizando-se, portanto, no mesmo nível ou camada de organização e representação lingüísticas (qualquer desvio desse princípio representa um passo do conectivo em direção ao processo de estruturação discursiva);

(ii) o falante projeta o conjunto coordenado como uma **estrutura única no discurso**, em que os primeiros membros coordenados já prevêem os últimos e estes pressupõem aqueles, de modo que os segmentos coordenados são enunciados normalmente com aumento na velocidade de fala e não são interrompidos por pausas prosódicas.

unesp

Essas características do processo de coordenação, somadas a outras mais tradicional e consensualmente arroladas nos estudos sobre coordenação, podem ser, enfim, adequadamente sintetizadas na definição abaixo, ligeiramente adaptada de Dik (1997, p.189):

(13) A coordenação é uma construção que consiste em dois ou mais membros funcionalmente equivalentes, localizados ambos no mesmo nível da estrutura, projetados pelo falante como uma unidade única no discurso e relacionados por meio de mecanismos de ligação.

Passando para o nível mais amplo da organização discursiva, o conectivo *e* exerce também aí um comportamento prototípico, porém, nesse caso, de *marcador discursivo*. Convém igualmente sintetizar algumas generalizações, a partir das características mais salientes observadas na análise de *e*, que provavelmente se aplicam à classe dos marcadores discursivos em geral:

(i) os marcadores discursivos atuam não na organização local de sentenças individuais, mas na **organização discursiva mais global**, que pressupõe, por um lado, a articulação mais ampla entre blocos de sentenças (unidades discursivas) e, por outro, o monitoramento de procedimentos discursivos de natureza interacional mais relevante;

(ii) os marcadores discursivos, em geral, exercem **simultaneamente** uma função particular no interior da organização do componente **interpessoal**, dando sustentação ao processo de conversação e a procedimentos de modalização, e do componente **ideacional**, em que atuam na definição e no encadeamento dos tópicos discursivos, na formação de unidades informacionais e no estabelecimento das relações semânticas entre essas unidades e no processamento da coesão textual;

unesp

(iii) por serem, na maioria dos casos (se não em todos), resultantes de processos de discursivização, os marcadores discursivos constituem casos de **multifuncionalidade**, ou seja, um conjunto de funções discursivas distintas que compartilham sincronicamente um mesmo valor semântico fundamental (do qual possivelmente são derivadas) – trata-se de um estado resultante de processos similares ao previsto no princípio de *persistência* (HOPPER, 1991) e no mecanismo da *transferência metafórica de significado* (Gonçalves, 2003), relativos ao processo de gramaticalização.

Com base nessas características e em outras discutidas ao longo do trabalho, parece que uma definição pertinente e suficientemente abrangente da classe dos marcadores discursivos pode ser formulada nos seguintes moldes:

(14) Os marcadores discursivos são constituintes lingüísticos com a função de delimitar unidades discursivas e estabelecer relações funcionais entre elas e/ou com a função de orientar o processo de interação verbal face a face entre os interlocutores. Definem-se mediante a função que exercem na organização do discurso e, por isso, possuem natureza gramatical bastante diversificada; porém, são formados principalmente por conjunções (*e*, *ou*, *mas*), advérbios (*agora*, *então*, *assim*, *finalmente*), formas verbais ou pequenas orações (*né?* (*não é verdade?*), *tá?*, *entende?*, *sei*, *veja bem*, *quer dizer*, *concluindo*), sintagmas relativamente cristalizados (*em resumo*, *em primeiro lugar*), e sons não lexicalizados (*eh*, *uhn uhn*), formados, em geral, por um processo de mudança lingüística que parece poder ser denominado *discursivização*.

Observando agora as definições das classes dos coordenadores e da classe dos marcadores discursivos e os funcionamentos prototípicos de ambos, é possível notar que esses

dois tipos de constituintes apresentam natureza distinta em determinados aspectos, decorrente naturalmente das particularidades das funções que exercem, e, ao mesmo tempo, algumas similaridades, que muitas vezes dificultam decidir se um item está sendo usado como coordenador ou como marcador. De modo bastante geral, esses dois tipos de constituintes podem ser tratados como os mesmos mecanismos, atuando, o primeiro, na organização de sentenças, e, o segundo, na organização mais global das relações discursivas. No caso de *e*, o levantamento e a análise de dados permitiram definir os seguintes critérios como delimitadores do que poderia ser considerada uma "fronteira" entre essas duas classes, (o que deve lançar alguma luz sobre o funcionamento e o modo de análise dos conectivos em geral):

(i) presença de dois (ou mais) membros coordenados;

(ii) equivalência funcional entre os membros coordenados;

(iii) escopo da função textual e/ou grau de saliência da função interacional do conectivo.

A distinção acima entre os processos de coordenação e estruturação discursiva obviamente é válida (se é que de fato o é) para o funcionamento de *e*. Mas esse modo de lidar com a sua multiplicidade de funções provavelmente pode servir como alternativa para a análise de outros conectivos e como ponto de partida para definições cada vez mais precisas do que sejam os processos de coordenação, estruturação discursiva e das similaridades e divergências entre eles.

6.5 Possível trajetória de discursivização do conectivo *e*

Conforme discutido em capítulos anteriores, é possível detectar, nos mais diversos usos de *e*, a presença de um valor semântico fundamentalmente aditivo. Em alguns usos, o

significado de adição é explicitamente evidente (por exemplo, na coordenação simétrica); em outros, porém, é mais difícil reconhecer o significado de adição (como na função de introdução de tópico discursivo global, quando não há sequer um segmento materialmente expresso anterior ao conectivo ao qual o segmento por ele introduzido possa estar adicionado). Porém, mesmo nestes últimos casos, uma análise cuidadosa permite recuperar o sentido de adição. E entre um e outro desses extremos, considerando os diversos tipos de emprego de *e*, é claramente perceptível uma diminuição gradativa na explicitação desse valor semântico aditivo comum e uma intensificação do caráter discursivo que esse significado pode ir assumindo. É exatamente esse aspecto do funcionamento de *e* que levanta a hipótese de tratá-lo como um caso de discursivização e de explicar, assim, a sua multifuncionalidade.

No entanto, mais do que sugerir uma trajetória diacrônica de mudança de significado de *e* (o que definitivamente não poderia ser investigado neste trabalho), o objetivo aqui consiste em identificar como se manifesta o significado aditivo nos diferentes usos do conectivo, que nuances esse significado fundamental pode assumir nos seus diversos empregos ao longo da organização do discurso.

Nesse sentido, com base na análise das diversas funções de *e*, parece pertinente admitir quatro principais formas de manifestação do valor semântico de adição:

(18) adição 1 > adição 2 > continuação > ênfase

Da esquerda para a direita, o que ocorre é uma diminuição da relevância do valor semântico no uso de *e* e uma intensificação da relevância da função discursiva que esse significado pode assumir (o que se assemelha a uma trajetória de discursivização) – um processo similar ao que, em gramaticalização, é tratado como *bleaching*, *desbotamento semântico*, *dessemantização* etc.). As funções de *e* sistematizadas em (6.2) e (6.3) distribuem-se conforme o *continuum* em (18) da seguinte forma:

unesp

adição 1	**adição 2**	**continuação**	**ênfase**
Coordenação Simétrica	Coordenação Assimétrica, Coordenação sem Equivalência Funcional	Seqüenciamento retr-prop., Distinção de Unidades Discursivas, Introdução de Tópico, Manutenção/Assalto de Turno	Focalização

Na Coordenação Simétrica, o **valor semântico aditivo** de *e* é evidente. A esse comportamento de *e* equivale o funcionamento do conectivo lógico Λ, que pode se submeter ao cálculo funcional-veritativo. A relação simétrica/assimétrica perpassa todos os níveis em que o conectivo opera e se aplica a quase todas as funções que exerce. Porém, a simetria, contexto em que *e* assume um valor mais tipicamente aditivo (adição 1), é mais comum no processo de coordenação de orações e, sobretudo, de termos (entre termos e no interior de posições de termos).

Na Coordenação Assimétrica e na Coordenação sem Equivalência Funcional, os membros coordenados já mantêm entre si relações semântico-pragmáticas mais diversificadas e específicas (como seqüenciamento temporal, causa, conclusão, explicação, adversidade, condição e finalidade). Nesses casos, o significado do conectivo é empregado com um valor mais abstrato, mais neutro, que lhe permite exatamente atuar num conjunto tão variado de contextos. Em outras palavras, em situações como essas, não é o conectivo o elemento responsável por estabelecer a relação semântico-pragmática entre os membros coordenados, mas essa relação depende do significado dos próprios membros e da situação, assumindo o conectivo uma **função mais coesiva** de ligar dois segmentos do discurso.

Já na maioria das funções propriamente discursivas de *e* (Seqüenciamento retroativo-propulsor, Distinção de Unidades Discursivas, Introdução de Tópico e Manutenção/Assalto de Turno), o valor semântico de adição assume o estatuto de uma **continuação do discurso**. O

unesp

falante emprega *e* para marcar uma linearidade na organização de sua fala; para retomar a linearidade interrompida por alguns instantes; para iniciar uma interação simulando uma continuação de uma interação anterior ou de um conhecimento compartilhado entre os interlocutores; ou para intervir na fala de seu interlocutor, configurando sua intervenção exatamente como continuação da fala do outro.

Finalmente, na função de Focalização, o conectivo assume um valor de **ênfase**. É o caso em que o conectivo mais se afasta de seu significado aditivo característico. Mas também aí é possível observar que esse valor discursivo está intimamente ligado ao sentido fundamental de adição (e do qual possivelmente é decorrente). (19) mostra essa situação; nesse exemplo, o emprego de *e* poderia ser parafraseado por algo como "como se não bastasse o fato de eu poder me alimentar só de carne, eu posso ainda me alimentar de carne mal passada", ou "eu não só posso me alimentar só de carne, mas de carne mal passada".

(19) L1 eu, poderia me alimentar só de carne
L2 só carne?
L1 só carne, impressionante, ***e*** mal passada (NURC-D2-PA-291:1).

A verificação mais apurada de uma possível trajetória de discursivização de *e* depende de um trabalho de ordem diacrônica. O objetivo aqui é tão somente levantar a hipótese de que o conectivo constitua um caso de discursivização e de que isso explique sua multifuncionalidade e reunir alguma contribuição para a discussão do processo de discursivização e particularmente para a definição, no contexto desse processo, de algo semelhante a um *princípio de persistência* ou um mecanismo de *bleaching semântico* ou *dessemantização*, que envolva a persistência de um mesmo traço semântico fundamental em uma diversidade de funções que um item lingüístico pode assumir ao longo da organização discursiva.

unesp

6.6 Resumo

Procurando depreender uma síntese do que foi desenvolvido ao longo deste trabalho, o presente capítulo apresentou um conjunto das principais funções de *e*; uma contextualização do papel dessas funções no quadro geral da organização do discurso; uma relação de propriedades características da classe dos coordenadores e da classe dos marcadores discursivos (que se mostraram mais salientes na análise dos dados) e um grupo de critérios de distinção entre *e-coordenador* e *e-marcador discursivo*; e uma possível trajetória de discursivização do conectivo *e*.

CONCLUSÕES

Este trabalho, em termos gerais, perseguiu o objetivo de descrever a diversidade de funções de *e* e propor uma forma de sistematizar e explicar seu funcionamento, investigando, como questão central da pesquisa, subjacente aos diversos aspectos da análise, se os vários usos de *e* correspondem a um mesmo item lingüístico, exercendo diferentes funções ao longo de toda a extensão do discurso, ou se se trata de dois mecanismos diferentes, um coordenador na organização da sentença e um marcador na organização textual-interativa. Nesse sentido, o balanço geral dos resultados indica que o trabalho parece ter alcançado satisfatoriamente sua proposição.

A presença, nos diversos usos de *e*, de um mesmo significado aditivo fundamental, que assume sentidos particulares conforme a função que o conectivo exerce e o nível e a camada em que atua, antes de sugerir uma possível trajetória de discursivização, atesta que os muitos empregos de *e* correspondem a um mesmo item lingüístico, que manifesta um **estatuto multifuncional**.

O que varia nesse caso é a função, não propriamente o significado, o que é compatível com o estatuto de *e* como um exemplo de ambigüidade pragmática na abordagem de Sweetser (1991). Embora não manifeste ambigüidade acentuada como outros conectivos, *e* é usado naturalmente nos domínios referencial, epistêmico e ilocucionário, e isso tanto no nível mais local da sentença quanto na organização discursiva mais ampla, no nível textual-interativo.

Os diversos empregos de *e* podem ser sistematizados considerando duas funções gerais que exercem no discurso, seus usos como coordenador e como marcador discursivo, e, em ambos, definindo seus papéis ideacional e interpessoal.

Os dados sugerem que os níveis e camadas do modelo de Gramática Funcional do Discurso (GFD) proposto por Hengeveld (2004) acomodam os diferentes usos de *e*. Nesse sentido, um dos passos prospectivos mais evidentes neste trabalho é a relevância e a

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

necessidade de estudos que se voltem para a análise do conectivo *e* (e de conectivos em geral) com base no modelo da GFD.

Similarmente, a diversidade de funções de *e* na organização textual-interativa evidencia a pertinência de pesquisas que privilegiem a função e a própria natureza dos itens agrupados sob o rótulo de marcadores discursivos. A esse respeito, este trabalho mostrou que um princípio fundamental no estudo dos MDs deve ser realizar a análise com base em duas funções gerais dos marcadores, que podem ser denominadas *funções textuais* e *funções interacionais*, na linha adotada pelos pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado, as quais se ligam, respectivamente, aos componentes ideacional e interpessoal, nos termos de Halliday.

O presente trabalho deve propiciar muito mais controvérsia do que contribuições bem definidas. Mas, considerando a ausência de maior consenso no que se refere ao estudo de coordenadores e, sobretudo, de marcadores discursivos, e tendo em vista a fase transitória por que passa a Gramática Funcional, as tentativas aqui registradas podem servir como um lugar de incentivo às discussões nessa área da lingüística, o que representaria o cumprimento do principal objetivo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. T. O português culto falado no Brasil – história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D.; URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* – v.IV: Estudos. São Paulo: T.A.Queiroz/Fapesp, 1990, p.141-197.

_____. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Proposta funcionalista de mudança lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. Primeira versão, 2003.

CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do Português Falado* – v.VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FAPESP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.351-405.

CAMACHO, R. G.; PENHAVEL, E. Uso multifuncional e níveis de análise: interface gramática e discurso. *Revista do GEL*. São Paulo, v.1, n.1, 2004, p.101-121.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Dodrecht: Foris, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. N.York: Mouton de Gruyter, 1997.

FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmmatics*. v.31, 1999, p.931-952.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso do português do Brasil*. Campinas, 2003, 246f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

GORSKI, E. M. *et al.* Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003, p.106-122.

unesp

GUIOTTI, L. P. *O estudo da variante retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, 2002, 180f. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem (Tradução de Jesus Antônio Durigan). In: LYONS, J. (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. As bases funcionais da linguagem (Tradução de Rodolfo Ilari). In: DASCAL, M. (org). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. v.1. São Paulo: Global, 1978, p.125-161.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics* 25, 1989, p.127-157 (=WPFG 27).

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A. M.; VET, C. (eds.). *Layers and levels of representation in language theory*: a functional view. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p.1-24.

_____. *The Architecture of a Functional Discourse Grammar*. Versão preliminar, 2000.

_____. *Dynamic expressions in Functional Discourse Grammar*. Versão preliminar, 2004.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds). *Aproaches to grammaticalization*. Amsterdan: John Benjamin, 1991, p.17-35.

LAKOFF, R. If's, and's and but's about conjunction. In: FILLMORE, Ch.; LANGENDOEN, D. T. (eds.) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971, p.114-149.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MARTELOTTA, M. E. *et al.* (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEVES, M. H. M. As construções causais. In: _____. (org.) *Gramática do Português Falado* – v.VII: Novos Estudos. 2ªed. São Paulo: Humanitas/FAPESP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.461-496.

PENHAVEL, E. *Funções textuais e discursivas do conector aditivo*. Relatório final de Iniciação Científica apresentado à FAPESP, Unesp/São José do Rio Preto, 2002.

RISSO, M. S. "Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do Português Falado* – v.III: As abordagens. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996a, p.31-60.

_____. O articulador discursivo "então". In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do Português Falado* – v.IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, 1996b, p.423-451.

RISSO, M. S. *et al.* Marcadores Discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do Português Falado* – v.VI: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, 1996, p.21-94.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18